

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Outubro 2013
Volume 7 | Número 4



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Outubro 2013
Volume 7 | Número 4



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 7	n. 4	out.	2013	p. 1-129
---	----------	------	------	------	------	----------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1022

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 7, n. 4.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-1898
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Deati/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	20
Ceará _____	25
Pernambuco _____	30
Região Centro-Oeste	35
Região Sudeste	41
Minas Gerais _____	46
Rio de Janeiro _____	52
São Paulo _____	57
Região Sul	63
Paraná _____	70
Rio Grande do Sul _____	77
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	85
Boxes	
Grau de Abertura ao Comércio Externo: uma análise regional _____	91
Análise da Composição da Cesta de Consumo Familiar _____	96
Escolaridade e Mercado de Trabalho Regional no Brasil _____	105
Economia Cearense: estrutura produtiva e desempenho recente _____	110
Dimensão Regional da Inclusão Financeira _____	117
Apêndice	123

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

O ritmo da atividade observado em nível nacional, no final do primeiro semestre de 2013, não teve continuidade no início do segundo, conforme sinalizaram indicadores econômicos antecedentes e coincidentes. Nesse sentido, o crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) atingiu 0,1% no trimestre encerrado em agosto (1,3% naquele terminado em maio), e a produção industrial variou -0,3% e 0,7%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A atividade econômica no Norte – em cenário de crescimento da indústria extrativa e da atividade agrícola, e de expansão moderada do crédito e do emprego – se mostrou mais dinâmica do que nas demais regiões. Nesse contexto, o IBCR-N cresceu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuara 0,5%, nesse tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados; as vendas varejistas aumentaram 0,9%; e a produção industrial manteve-se estável, com expansão de 12,9% na indústria extrativa e recuo de 2% na de transformação. A receita nominal do setor de serviços cresceu 9,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2012. As perspectivas apontam continuidade do crescimento da economia do Norte, com intensificação da atividade no polo industrial de Manaus; ritmo forte da atividade extrativa no Pará; e avanço dos projetos de investimentos na região.

No Nordeste, o ritmo de atividade reflete os efeitos da seca sobre a renda agrícola e o crescimento moderado do setor industrial. Nesse cenário, o IBCR-NE aumentou, na margem, 0,1% no trimestre encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados, e as vendas do comércio varejista, em linha com a expansão da renda do trabalho e a continuidade dos programas de transferência de renda, cresceram 3%. Por sua vez, a receita nominal do setor de serviços aumentou 10,9% em relação ao trimestre finalizado em agosto de 2012. Os efeitos do segundo ano consecutivo de seca se expressam, por exemplo, na projeção de aumento anual modesto, de 1,5%, para a safra de grãos da região em 2013, não obstante a base de comparação

deprimida. Nos próximos trimestres, a atividade econômica no Nordeste tende a ser beneficiada pela continuidade da expansão da massa salarial ampliada e, possivelmente, pela recuperação da renda agrícola.

No Centro-Oeste, a evolução da economia no trimestre encerrado em agosto foi condicionada pelo desempenho negativo da indústria de transformação e pela menor produção da agricultura, decorrente do término das colheitas de inverno. Nesse cenário, o IBCR-CO recuou 0,4% em relação ao trimestre terminado em maio, quando havia crescido 0,3%, na mesma base de comparação; as vendas varejistas aumentaram 3,1%; e a produção industrial de Goiás recuou 0,4%, em parte, devido ao desempenho desfavorável dos segmentos produtos químicos e metalurgia básica. A receita nominal do setor de serviços aumentou 11,7% em relação ao trimestre finalizado em agosto de 2012. Ressalte-se, ainda, o desempenho positivo das exportações, impulsionadas pela agricultura.

No Sudeste, indicadores publicados desde a divulgação do último Boletim apontam moderação da atividade econômica, com retração, na margem, de 2,5% na produção da indústria de transformação, no trimestre encerrado em agosto (recuos em quatorze das 23 atividades pesquisadas), e certa estabilidade da atividade agrícola. Nesse cenário, apesar do vigor do comércio varejista, o IBCR-SE se manteve estável no trimestre mencionado, de acordo com dados dessazonalizados. Em ambiente de demanda doméstica relativamente robusta e considerando ainda a depreciação cambial nos últimos semestres, entre outros aspectos, antecipa-se, para os próximos trimestres, trajetória mais benigna para a atividade industrial do Sudeste do que a recentemente observada.

O desempenho recente dos indicadores econômicos do Sul sugere dinamismo da atividade, no trimestre encerrado em agosto, com aumentos, na margem, das vendas no varejo, 2,3%; e da produção industrial, 1,8%. Note-se, além disso, o desempenho positivo do setor primário, o que tem estimulado investimentos em toda a cadeia produtiva da região, em especial do agronegócio. A dinâmica desses indicadores, no entanto, não é ratificada pela evolução do IBCR-S, que recuou 2,8% no período, ante expansão de 6% no trimestre encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados. A aparente inconsistência reflete o fato de os efeitos da safra agrícola recorde, por questões metodológicas, concentrarem-se em abril, elevando a base de comparação do IBCR-S. Os projetos de investimentos em execução na região deverão contribuir para a dinâmica da economia do Sul nos próximos trimestres, favorecendo a manutenção do vigor do mercado de trabalho e da atividade varejista.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados
2002 = 100

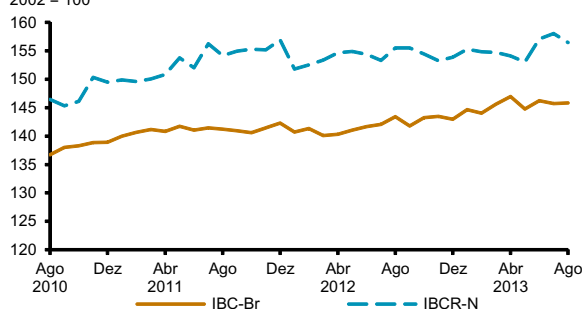
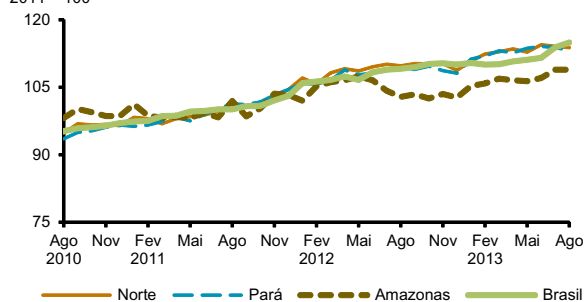


Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.1 – Receita nominal de serviços – Norte

Índice geral

UF	2012		2013		Var. %
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 Meses	
Região Norte	11,0	10,5	9,2	9,0	
Acre	5,7	9,6	9,2	8,2	
Amapá	21,5	5,4	3,5	9,3	
Amazonas	9,1	11,7	11,9	9,2	
Pará	12,0	10,3	6,4	8,1	
Rondônia	11,5	5,7	12,4	10,0	
Roraima	17,1	5,1	5,6	10,1	
Tocantins	9,2	16,7	15,4	13,0	

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A economia da região mostra recuperação moderada no segundo semestre do ano, em cenário de relativa retomada da indústria e da atividade agrícola. Nesse contexto, o IBCR-N cresceu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuara 0,5%, nesse tipo de análise, de acordo com dados sazonalmente ajustados. O indicador aumentou 0,3% no período de doze meses finalizado em agosto (-0,1% em maio).

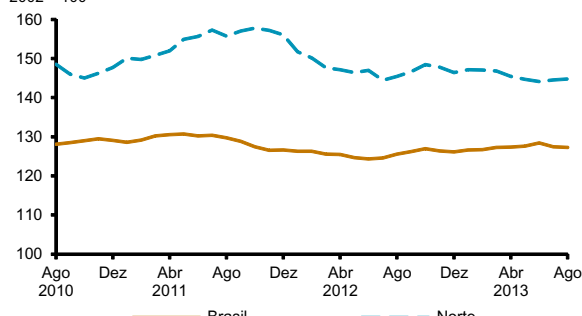
As vendas do comércio varejista cresceram 0,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam aumentado 2,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacaram-se os aumentos em Rondônia, 2,4%; Amapá, 2,1%; e Amazonas, 1,6%, e o recuo de 2,2% em Roraima. As vendas do comércio ampliado decresceram 2,8% no trimestre (aumento de 2,1% no trimestre encerrado em maio), destacando-se a redução de 3,8% no Pará.

Considerados períodos de doze meses, as vendas no varejo aumentaram 5,0% em agosto (6,3% em maio), em relação a igual intervalo do ano anterior, destacando-se as elevações em Roraima, 11,3%; Amapá, 8,5%; e Tocantins, 8,1%. Nas mesmas bases de comparação, o comércio ampliado cresceu 5,1% e 8,2%, respectivamente.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) para a região Norte, elaborado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 130,1 pontos em setembro (134,9 pontos em junho e 134,7 pontos em setembro de 2012). A evolução trimestral refletiu, em especial, a retração de 4,6 pontos no componente que avalia as perspectivas sobre investimentos.

A receita nominal do setor de serviços cresceu 9,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2012 (10,5% em maio), de acordo com a Pesquisa

Gráfico 1.3 – Produção industrial – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.2 – Produção industrial – Amazonas
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	4,6	-3,0	-1,1
Indústria extrativa	2,5	-3,7	-6,2	-2,8
Indústria de transformação	97,5	2,2	-2,2	-1,1
Material eletrônico	26,5	-6,8	5,7	-7,7
Alimentos e bebidas	21,1	8,6	-9,6	0,4
Equipamentos transporte	13,9	9,6	-3,7	-15,5
Gravações	7,5	-5,0	-25,0	-2,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.3 – Produção industrial – Pará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-7,0	7,0	-5,6
Indústria extrativa	49,0	-13,6	14,8	-4,8
Indústria de transformação	51,0	-3,6	0,1	-6,4
Metalurgia básica	29,1	-5,0	-0,3	-7,9
Alimentos e bebidas	11,4	-4,0	9,0	0,9
Minerais não metálicos	5,0	4,9	-6,7	5,4
Celulose e papel	4,8	-22,8	-7,9	-22,6

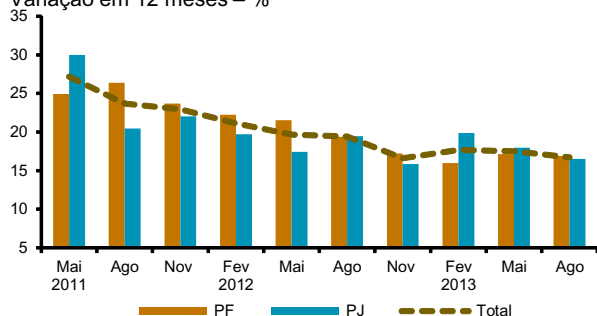
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo IBGE. Todos os estados da região apresentaram crescimento da receita no período, com destaque para Tocantins, 15,4%, Rondônia, 12,4%, e Amazonas, 11,9%. Considerados intervalos de doze meses, o indicador variou 9,0% em agosto (9,2% em maio), em relação a igual período de 2012, com as maiores elevações em Tocantins, 13,0%; Roraima, 10,1%; e Rondônia, 10,0%.

A produção industrial na região manteve-se estável no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando declinara 1,6%, no mesmo tipo de comparação, considerada a série dessazonalizada da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE. Destacaram-se a expansão de 12,9% na indústria extrativa e o recuo de 2,0% na indústria de transformação. No Amazonas, destacaram-se as reduções nos segmentos edição, impressão e reprodução de gravações, 25%, e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, 11,0%, e os aumentos respectivos de 15,6% e 5,7% nas indústrias de máquinas e equipamentos, e de material eletrônico. No Pará, ressaltou-se os crescimentos de 14,8% da indústria extrativa e de 9,0% na de alimentos e bebidas.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial da região contraiu 2,6% em agosto (-4,3% em maio), em relação a igual intervalo de 2012. A retração de 2,2% na indústria de transformação refletiu, em parte, os recuos nos segmentos outros equipamentos de transportes, 15,5%, e material eletrônico, 7,7%, no Amazonas, e metalurgia básica, 7,9%, no Pará. A indústria extrativa da região contraiu 4,6% no período.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o faturamento nominal das vendas da indústria recuou 3,6% em agosto, em relação a igual período de 2012 (2,4% em maio). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu 83,0% em agosto (81,4% em maio e 81,2% em agosto de 2012).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) da Região Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 57,2 pontos em setembro, mesmo patamar de junho (58,5 pontos em setembro de 2012).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região somou R\$97,3 bilhões em agosto, aumentando 4,3%, no trimestre e 16,7% em doze meses. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$54,1

Tabela 1.4 – Necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Total	-2 104	-1 272	723	469
Governos estaduais	-1 709	-1 200	719	467
Capitais	-186	-121	4	11
Demais municípios	-209	49	-0	-9

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2013 Jun
		2012 Dez	Nominal Primário	Juros Total ^{3/}		
	Total	5 895	-1 272	469	-803	183
Governos estaduais	6 547	-1 200	467	-733	160	5 974
Capitais	-279	-121	11	-110	23	-366
Demais municípios	-372	49	-9	40	0	-332

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.6 – Dívida líquida – Norte^{1/}

Composição

Região Norte	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Jun
Dívida bancária	5 766	8 528	8 636
Renegociação ^{2/}	4 049	4 190	4 043
Dívida externa	1 676	2 414	2 703
Outras dívidas junto à União	32	23	42
Dívida reestruturada	286	290	307
Disponibilidades líquidas	-5 501	-9 551	-10 456
Total (A)	6 307	5 895	5 276
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	546 077
(A/B) (%)	1,3	1,1	1,0

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

bilhões, crescimentos respectivos de 4,2% e 16,9% nas bases de comparações mencionadas, com destaque para as modalidades financiamentos habitacionais, financiamentos rurais e agroindustriais e crédito rotativo vinculado a cartões de crédito. O estoque no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$43,2 bilhões em agosto, elevando-se 4,4% no trimestre e 16,5% em doze meses, ressaltando-se as contratações dos segmentos de serviços públicos (exceto saúde e educação), construção e indústrias de informática, eletrônicos e ótica.

A taxa de inadimplência dessa operações de crédito, em trajetória declinante desde junho de 2012, atingiu 4,3% em agosto (4,5% em maio). Houve redução de 0,3 p.p. no segmento de pessoas físicas e estabilidade no de pessoas jurídicas, com taxas respectivas de 5,5% e 3,0%, em agosto.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a região Norte totalizaram R\$5,3 bilhões no primeiro semestre de 2013 (R\$5,5 bilhões em igual período do ano anterior).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte atingiu R\$1,3 bilhão no primeiro semestre do ano (R\$2,1 bilhões em igual período de 2012). A retração anual de 39,6% decorreu de reduções nas esferas dos governos estaduais, 29,8%, e das capitais, 35,0%, e de reversão, de *superavit* de R\$209 milhões para *deficit* de R\$49 milhões, no resultado dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$469 milhões (R\$723 milhões no primeiro semestre de 2012), contribuindo para que o *superavit* nominal atingisse R\$803 milhões no período (R\$1,4 bilhão no primeiro semestre de 2012).

A dívida líquida dos estados, da capital e dos principais municípios da região totalizou R\$5,3 bilhões em junho, recuo de 10,5% em relação a dezembro de 2012, passando a representar 1,0% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país (1,1% em dezembro de 2012).

A safra de grãos da região para 2013 está estimada em 4,6 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro, do IBGE. A retração anual de 3,2% reflete, principalmente, os prognósticos de reduções para as colheitas de milho, 13,3%;

Tabela 1.7 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013	
Grãos ^{3/}	34,2	4 746	4 594	-3,2
Soja	16,5	2 125	2 241	5,5
Milho	7,9	1 636	1 419	-13,3
Arroz (em casca)	6,8	820	804	-2,0
Outras lavouras				
Mandioca	26,9	7 750	7 437	-4,0
Banana	5,7	820	896	9,3
Cacau	4,9	88	100	12,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.8 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 644	13 435	6,3	-1,6
Básicos	9 278	10 530	13,5	-0,7
Industrializados	3 366	2 906	-13,7	-2,5
Semimanufaturados	1 392	1 123	-19,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	1 973	1 782	-9,7	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.9 – Importação por categoria de uso – FOB

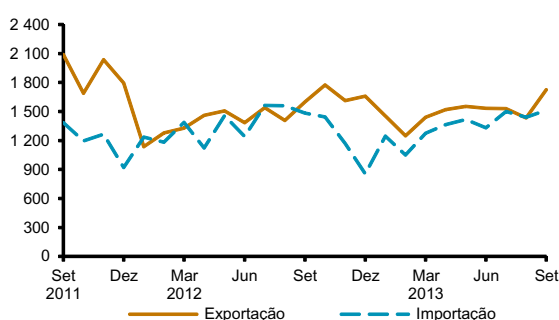
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 234	12 141	-0,8	8,7
Bens de capital	3 166	3 211	1,4	6,5
Matérias-primas	4 781	5 156	7,8	7,8
Bens de consumo	3 531	3 354	-5,0	4,6
Duráveis	3 266	3 135	-4,0	-1,3
Não duráveis	265	220	-17,0	12,5
Combustíveis e lubrificantes	756	420	-44,5	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 1.5 – Balança comercial – Norte

US\$ milhões



feijão, 23,1%; e de arroz, 2,0%, e de aumento de 5,5% para a safra de soja. Entre as demais culturas com maior importância econômica para a região, estão estimados aumentos para as produções de cacau, 12,9%; banana, 9,3%; e abacaxi, 1,4%, e redução de 4,0% para a colheita de mandioca.

O Primeiro Levantamento de Intenção de Plantio da Safra 2013/2014, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em outubro, indica que a produção de grãos da região deverá aumentar de 1,2% a 3%. Esse resultado incorpora projeções de crescimento de 7,8% a 10,3% para a colheita de soja e de reduções para as de arroz, de 2,8% a 4,4%, e de milho, de 4,9% a 5,7%.

Os abates de bovinos realizados em estabelecimentos supervisionados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) aumentaram 8,9% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas aumentaram 40,1% no período, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O *superavit* da balança comercial da região somou US\$1,3 bilhão nos nove primeiros meses do ano (US\$410 milhões em igual período de 2012), de acordo com o MDIC. As exportações cresceram 6,3%, para US\$13,4 bilhões, e as importações recuaram 0,8%, para US\$12,1 bilhões.

O desempenho das exportações, resultante de variações de 7,96% no *quantum* e de -0,54% nos preços, refletiu, em especial, o aumento de 13,5% nos embarques de produtos básicos (minérios de cobre, 51,7%; carnes de bovinos, 39,7%; soja, 14,7%; e minério de ferro, 8,1%). As vendas de produtos industrializados contraíram 13,7% (alumina calcinada, -19,4%). China, Japão, Alemanha, Venezuela e Coreia do Sul adquiriram, em conjunto, 55,1% das exportações da região no período, ressaltando-se os aumentos nas vendas para China, Alemanha e Venezuela.

A redução nas importações, resultante de retração de 3,59% no *quantum* e aumento de 2,79% nos preços, refletiu aumentos nas aquisições de bens de capital, 1,4%, e de bens intermediários, 7,8%, e reduções nas compras de combustíveis e lubrificantes, 44,5%, e de bens de consumo, 5,0%. As importações provenientes da China, EUA, Coreia do Sul, Japão e Taiwan representam, em conjunto, 77,5% das compras externas da região nos nove primeiros meses de 2013.

Tabela 1.10 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	30,8	3,1	-32,1	2,6	18,3
Extrativa mineral	0,9	-0,2	-0,4	0,1	-0,1
Indústria de transformação	3,9	-1,0	-7,1	-0,3	4,6
Comércio	4,4	6,5	-5,8	0,1	1,4
Serviços	9,1	1,8	-8,5	1,2	4,4
Construção civil	10,3	-2,6	-7,5	2,1	7,4
Agropecuária	1,8	-0,9	-2,0	-0,9	1,0
Outros ^{2/}	0,3	-0,4	-0,9	0,4	-0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

Tabela 1.11 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

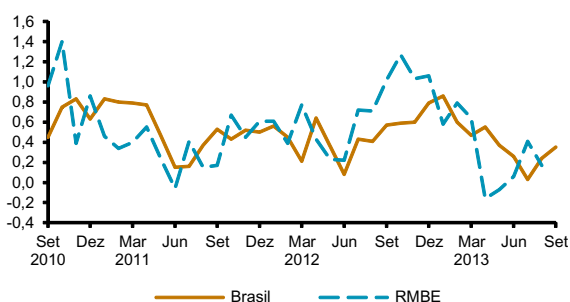
UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Região Norte	30,8	3,1	-32,1	2,6	18,3
Acre	1,3	-0,9	-2,5	0,7	0,3
Amapá	2,1	0,7	-0,7	1,0	0,3
Amazonas	4,7	2,0	-7,6	1,3	7,8
Pará	15,0	4,4	-12,1	0,8	8,7
Rondônia	5,7	-2,0	-5,0	-0,5	0,7
Roraima	1,3	1,2	-1,1	-1,3	0,0
Tocantins	0,6	-2,2	-3,1	0,5	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Gráfico 1.6 – IPCA - Norte

Variação (%)



Fonte: IBGE

O mercado de trabalho na região Norte criou 18,3 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (30,8 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Destacaram-se as contratações líquidas na construção civil, 7,4 mil; na indústria de transformação, 4,6 mil; e no setor de serviços, 4,4 mil. O estado do Pará respondeu por 8,7 mil vagas e o Amazonas, por 7,8 mil. O nível de emprego formal decresceu 0,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando aumentara 0,1%, neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB) aumentou 0,64% no trimestre finalizado em setembro (0,41% no encerrado em junho).

Os preços livres desaceleraram de 0,24% para 0,22%, com destaque para a reversão, de 0,46% para -0,53%, na variação dos preços dos produtos não comercializáveis (tubérculos, raízes e legumes, -27,53%, e hortaliças e verduras, -11,95%). Os preços dos itens comercializáveis aceleraram de 0,07% para 0,82%, no período, destacando-se as elevações nos itens leites e derivados, 6,91%, e panificados, 5,09%.

Os preços monitorados aceleraram de 1,10% para 2,34%, com ênfase nos aumentos nos itens energia elétrica, 14,08%, e transporte hidroviário, 34,36%, e nas reduções nos preços de produtos farmacêuticos, 1,56%, e gasolina, 0,49%. O índice de difusão atingiu 60,31% no terceiro trimestre do ano (59,01% no segundo).

Considerados intervalos de doze meses, a inflação da região Norte atingiu 7,0% em setembro (8,08% em junho), resultado de desacelerações nos preços livres, de 9,64% para 8,44%, e nos monitorados, de 2,28% para 1,71%. Ressaltem-se, no período, os aumentos de preços nos grupos alimentação, 11,42%; educação, 7,41%; e despesas pessoais, 7,14%.

A intensificação do ritmo de atividade no Norte reflete, em parte, o crescimento no Pará, especialmente do comércio varejista e da indústria extrativa mineral. As perspectivas apontam continuidade desse processo, que tende a ser sustentado pelo aquecimento da atividade no polo industrial de Manaus; pela manutenção da atividade mineral no Pará; e pelo avanço dos projetos de investimentos nas diversas regiões do estado.

Tabela 1.12 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		
		Ano	II Tri	III Tri	Ano
IPCA	100,0	8,30	0,41	0,64	3,53
Livres	79,7	8,69	0,24	0,22	4,37
Comercializáveis	44,6	5,33	0,07	0,82	3,54
Não comercializáveis	35,1	13,45	0,46	-0,53	5,48
Monitorados	20,3	6,87	1,10	2,34	0,35
Principais itens					
Alimentação	34,2	14,30	-0,47	-1,53	4,14
Habitação	11,7	7,89	2,06	5,24	0,87
Artigos de residência	5,3	2,01	0,56	2,12	4,40
Vestuário	9,0	3,92	0,73	0,92	3,40
Transportes	13,0	3,59	-0,44	0,95	2,06
Saúde	10,5	6,09	2,36	0,54	4,70
Despesas pessoais	8,1	9,88	0,55	2,26	5,01
Educação	4,6	7,35	0,42	0,90	7,50
Comunicação	3,7	1,01	0,09	-0,18	-0,08

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

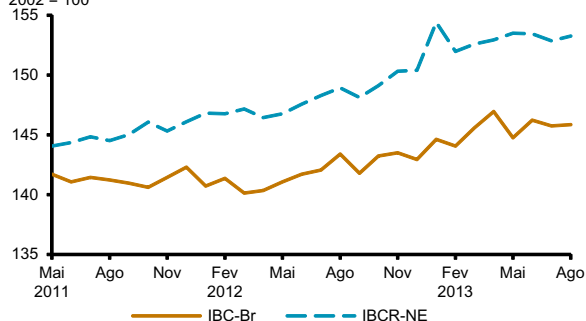
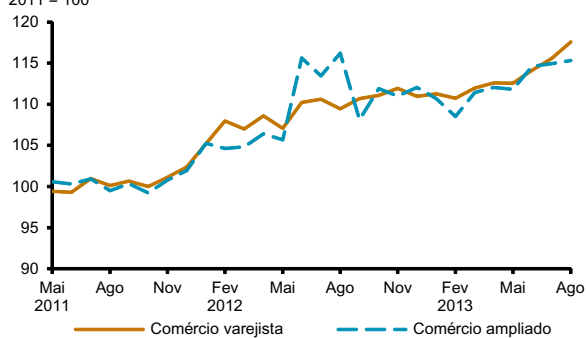


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,3	1,3	3,0	6,2
Combustíveis e lubrificantes	9,1	5,1	0,9	1,5
Híper e supermercados	7,4	-1,2	3,1	2,9
Móveis e eletrodomésticos	14,4	2,0	4,9	8,8
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	15,9	1,8	5,0	-1,9
Comércio ampliado	9,8	1,2	2,9	5,0
Automóveis e motocicletas	8,9	-1,7	2,6	-1,3
Material de construção	10,9	4,5	0,5	7,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Nordeste se apresentou menos dinâmica em meses recentes, como apontam, por exemplo, indicadores da atividade agrícola, pelo lado da oferta; e do crédito, pela ótica da demanda. Nesse cenário, o IBCR-NE aumentou 0,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando aumentara 0,5%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador cresceu 3,4% no período de doze meses encerrado em agosto (3,3% em maio) e 3,9% nos oito primeiros meses do ano.

As vendas do comércio varejista cresceram 3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam aumentado 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE, destacando-se as elevações nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, 7,5%, e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 5%. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de 2,6% e 0,5% nos segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, cresceu 2,9% no trimestre encerrado em agosto (1,2% em maio).

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 6,2% em agosto, em relação a igual período de 2012 (7,3% em maio), ressaltando-se os aumentos nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 20,9%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13%. O comércio ampliado, refletindo as variações respectivas de 7,9% e -1,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, expandiu 5% no período (9,0% em maio).

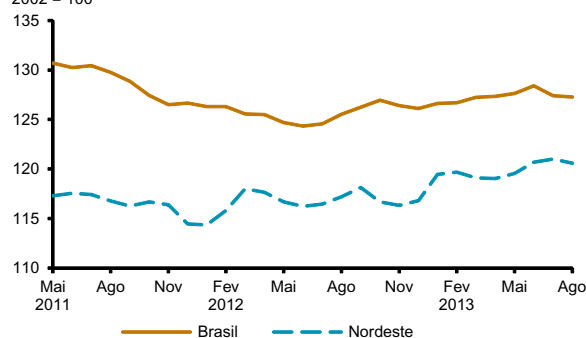
Segundo a PMS, do IBGE, a receita nominal do setor de serviços cresceu 10,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação a igual período de 2012, ressaltando-se o desempenho dos segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares, 16,4%; serviços auxiliares aos transportes e correios, 13,7%; e serviços

Tabela 2.2 – Receita nominal de serviços – Nordeste

Segmentos	Variação %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	10,4	10,3	10,9	10,3
Serviços prestados às famílias	9,1	8,4	10,7	10,3
Serviços de infor. e comunicação	5,6	6,7	6,0	5,4
Serviços profiss. e administrativos	14,8	12,4	16,4	14,4
Transportes e correio	13,6	13,9	13,7	12,5
Outros serviços	4,7	5,5	4,9	7,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

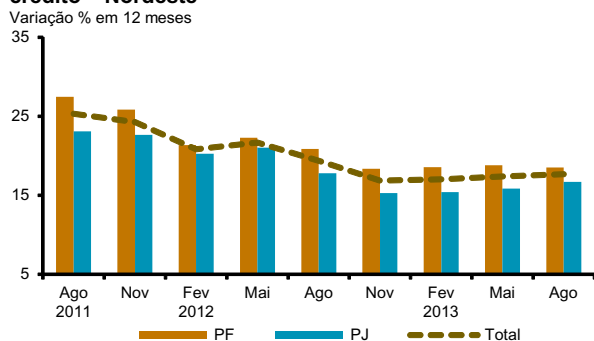
Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,1	0,9	1,8
Indústria extrativa	6,6	-0,7	-2,2	0,0
Indústria de transformação	93,4	-0,3	1,1	1,9
Alimentação e bebidas	29,1	0,6	0,4	-5,6
Produtos químicos	19,7	3,0	1,1	4,5
Refino de petróleo e álcool	12,4	2,5	5,3	12,3
Metalurgia básica	7,5	2,4	0,9	4,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

prestados a famílias, 10,7%. Note-se ainda que a receita nominal aumentou 10,4% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, com destaque para os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares, 14,8%; serviços auxiliares aos transportes, e correios 13,6%; e serviços prestados a famílias, 9,1%.

A produção industrial nordestina cresceu 0,9% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram, no trimestre, crescimentos em seis das onze atividades pesquisadas, com destaque para os setores têxtil, 6%, e refino de petróleo e álcool, 5,3%.

A análise em doze meses revela que a produção industrial da região aumentou 1,8% em agosto de 2013, em relação a igual intervalo do ano anterior (1,3% em maio), resultado de crescimentos na indústria extrativa, 0,04%, e na de transformação, 1,9%, destacando-se os segmentos refino de petróleo e álcool, 12,3%, e calçados e artigos de couro, 10,5%.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$331 bilhões em agosto, elevando-se 3,9% no trimestre e 17,6% em doze meses. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$157 bilhões, expandindo-se 3,2% e 16,7% respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com destaque para as atividades transmissão e distribuição de energia elétrica e gás, serviços públicos (exceto educação e saúde), construção e refino de petróleo. Os créditos às pessoas físicas totalizaram R\$174 bilhões, aumentos de 4,5% no trimestre e 18,5% em doze meses, com destaque para as modalidades crédito consignado, empréstimos habitacionais e financiamento a veículos.

A inadimplência atingiu 3,9% no trimestre encerrado em agosto, diminuindo 0,4 p.p. em relação a maio e 0,5 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu das retrações respectivas de 0,5 p.p. e 0,4 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, nos quais a taxa atingiu 2,4% e 5,5%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região Nordeste totalizaram R\$6,6 bilhões no trimestre finalizado em julho, elevando-se 109,7% em relação a igual período do ano anterior. Os desembolsos somaram R\$28,4 bilhões no período de doze meses encerrado em julho, com acréscimo de 63,1% em relação a igual período de 2012.

Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Total	-3 139	-4 270	2 866	1 874
Governos estaduais	-2 584	-3 133	2 730	1759
Capitais	-198	-874	65	60
Demais municípios	-357	-263	71	56

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste^{1/}

Região Nordeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Jun
Dívida bancária	10 309	12 427	13 916
Renegociação ^{2/}	23 313	23 000	21 670
Dívida externa	5 080	8 715	10 270
Outras dívidas junto à União	101	62	104
Dívida reestruturada	805	817	865
Disponibilidades líquidas	-6 759	-7 497	-11 088
Total (A)	32 848	37 524	35 736
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	546 077
(A/B) (%)	6,7	6,9	6,5

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
Total	37 524	-4 270	1874	-2396	608	35 736
Governos estaduais	36 088	-3133	1759	-1375	527	35 240
Capitais	803	-874	60	-814	80	69
Demais municípios	633	-263	56	-207	2	428

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O *superavit* primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$4,3 bilhões nos seis primeiros meses de 2013. O crescimento de 36% em relação a igual período do ano anterior, devido, em parte, ao aumento de 4,1% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), refletiu variações nos resultados dos governos estaduais, 21,2%; das capitais, 342,1%; e dos demais municípios considerados na região, -26,3%.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,9 bilhão (R\$1,8 bilhão na esfera estadual), contribuindo para que o *superavit* nominal totalizasse R\$2,4 bilhões no semestre.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região totalizou R\$35,7 bilhões em junho (6,5% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), reduzindo-se 4,8% em relação a dezembro de 2012. A participação das dívidas renegociadas/reestruturadas com a União atingiu 63,1% do endividamento líquido em junho de 2013, e, por esfera de credor, a dívida bancária representava 38,9% do total e a externa, 28,7%.

A safra de grãos do Nordeste deverá atingir 12,1 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE (6,5% da produção nacional). A projeção de aumento anual de 1,5% incorpora expansão de 97,8% para a cultura de feijão, decorrente de aumentos na área de plantio e na produtividade, e de 23,9% para a de milho, e recuos respectivos de 12,6% e de 24,7% para as safras de soja e caroço de algodão. Em relação às demais lavouras, estimam-se elevações respectivas de 2,6% e 5,3% para as culturas de cana-de-açúcar e banana; e recuo de 25,7% para a safra da mandioca.

De acordo com o MDIC, o *deficit* da balança comercial do Nordeste atingiu US\$8,3 bilhões nos nove primeiros meses do ano (US\$4,2 bilhões em igual período de 2012), resultado de retração de 11% nas exportações e aumento de 14,4% nas importações, que somaram, na ordem, US\$12,2 bilhões e US\$20,5 bilhões.

O desempenho das exportações, evidenciando reduções respectivas de 9,7% e 1,5% no *quantum* e nos preços, resultou de reduções nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos básicos recuaram 27,8% nos nove primeiros meses do ano, destacando-se as reduções nos itens minérios de ferro, 98,6%, e algodão em

Tabela 2.7 – Produção agrícola – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2013/2012
		2012	2013	
Produção de grãos		11 885	12 064	1,5
Soja	15,08	6 096	5 308	-12,9
Milho	8,42	3 901	4 834	23,9
Caroço de algodão (herbáceo)	8,15	855	644	-24,7
Feijão	5,01	258	511	97,8
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	17,56	68 137	69 930	2,6
Mandioca	5,54	5 976	4 442	-25,7
Banana	5,43	2 428	2 556	5,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 2.8 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	13 687	12 181	-11,0	-1,6
Básicos	3 905	2 819	-27,8	-0,7
Industrializados	9 782	9 361	-4,3	-2,5
Semimanufaturados	3 522	3 493	-0,8	-6,1
Manufaturados ^{1/}	6 261	5 868	-6,3	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.9 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	17 885	20 462	14,4	8,7
Bens de capital	2 309	3 084	33,6	6,5
Matérias-primas	7 609	8 388	10,2	7,8
Bens de consumo	1 800	1 783	-0,9	4,6
Duráveis	1 306	1 233	-5,6	-1,3
Não duráveis	494	551	11,4	12,5
Combustíveis e lubrificantes	6 167	7 206	16,9	19,0

Fonte: MDIC/Secex

bruto, 55%; as exportações de manufaturados decresceram 6,3%, ressaltando-se a retração de 25,5% nos embarques de óleos combustíveis; e as vendas de semimanufaturados recuaram 0,8%, com ênfase na redução de 8,3% nas relativas a açúcar de cana em bruto. As vendas externas à China, EUA, Argentina, Holanda e Espanha, representaram, em conjunto, 53,6% das exportações da região nos nove primeiros meses do ano.

O desempenho das importações nos nove primeiros meses do ano refletiu variações de -1,8% nos preços e de 16,5% na quantidade importada. As aquisições de bens de capital aumentaram 33,6%, destacando-se veículos de carga, 243,2%, e motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes, 81%. As compras de combustíveis e lubrificantes cresceram 16,9% (óleos combustíveis, 12,1%); e as de bens intermediários, 10,2% (trigo em grãos, 46,4%; naftas, 17,4%). As importações de bens de consumo recuaram 0,9% no período (automóveis de passageiros, -12,7%). As importações originárias dos EUA, China, Argentina, Índia e Chile responderam, em conjunto, por 52,6% das aquisições externas do Nordeste, no período.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 63,7 mil empregos formais no Nordeste no trimestre encerrado em agosto (73,2 mil em igual período de 2012). A redução no ritmo de criação de vagas refletiu o menor dinamismo da indústria de transformação e da construção civil, responsáveis, em conjunto, pela criação de 13,9 mil postos de trabalho, ante 29,4 mil no trimestre finalizado em agosto de 2012.

Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal na região cresceu 0,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio. Ocorreram aumentos em quatro das oito atividades pesquisadas, com ênfase nos relativos aos setores serviços, 0,8%, e serviços industriais de utilidade pública, 0,6%.

A taxa de desemprego da região Nordeste, segundo dados do IBGE para as Regiões Metropolitanas de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 8,1% no trimestre terminado em agosto (6,8% em igual período de 2012), reflexo de aumentos de 4,3% na População Economicamente Ativa (PEA) e de 2,8% na população ocupada. O rendimento real médio habitual recuou 2,2%, mas a massa salarial real aumentou 0,5%, no trimestre. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, indica que a taxa média de

Tabela 2.10 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	73,2	102,1	-95,8	-35,2	63,7
Indústria de transformação	24,3	50,4	-41,7	-40,8	16,1
Serviços ind. de utilidade pública	-0,5	-2,1	0,6	1,3	0,0
Construção civil	5,1	-0,2	-14,1	-2,6	-2,2
Comércio	6,6	36,2	-11,1	-2,5	6,4
Serviços	18,9	21,1	-6,3	13,4	24,2
Agropecuária	18,1	-2,9	-22,3	-4,6	18,3
Outros ^{2/}	0,8	-0,5	-0,8	0,5	0,8

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.11 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2013				
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses	
IPCA	100,0	2,19	1,33	0,28	6,28	
Livres	78,9	3,02	1,57	0,26	7,70	
Comercializáveis	39,9	1,51	0,77	1,01	6,09	
Não comercializáveis	39,0	4,64	2,41	-0,51	9,42	
Monitorados	21,1	-0,78	0,42	0,36	1,28	
Principais itens						
Alimentação	28,2	5,69	1,73	-1,29	10,52	
Habitação	13,6	-2,12	2,28	1,43	2,86	
Artigos de residência	4,9	1,52	1,25	0,62	4,15	
Vestuário	7,5	-0,20	1,87	1,09	5,84	
Transportes	17,5	1,58	-0,64	0,16	3,33	
Saúde	10,9	1,54	2,54	1,27	6,53	
Despesas pessoais	8,9	1,74	1,61	1,09	7,02	
Educação	4,4	6,19	0,54	1,40	8,50	
Comunicação	4,2	-0,10	0,07	0,78	1,99	

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

desemprego no Nordeste atingiu 7,7% no trimestre encerrado em agosto (6,8% no finalizado em maio).

A inflação na região, medida pelo IPCA¹, atingiu 0,28% no terceiro trimestre do ano (1,33% no segundo), reflexo de desacelerações, de 1,57% para 0,26% nos preços livres, e de 0,42% para 0,36% nos monitorados, esta evidenciando, em parte, as variações de preços nos itens táxi, 4,03%; gás de botijão, 3,69%; taxa de água e esgoto, 2,58%; energia elétrica residencial, -1,90%; e gasolina, -1,18%. O desempenho dos preços livres decorreu de aumento, de 0,77% para 1,01%, na variação dos preços dos bens comercializáveis, destacando-se as elevações nos preços de macarrão, 6,76%, e automóvel novo, 1,37%; e de recuo, de 2,41% para 0,51%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis, com ênfase nas reduções nos preços de tubérculos, raízes e legumes, 34,56%; feijão carioca, 30,45%; e feijão mulatinho, 28,04%. O índice de difusão atingiu 55,82% no trimestre encerrado em setembro (59,09% no finalizado em junho e 61,47% em igual intervalo de 2012).

Considerados períodos de doze meses, a inflação no Nordeste alcançou 6,28% em setembro (7,62% em junho). A variação dos preços livres atingiu 7,70%, resultado de aumentos de 6,09% nos preços dos bens comercializáveis (etanol, 7,70%; cuidados pessoais, 7,54%; e vestuário, 5,84%); e de 9,42% nos preços dos bens não comercializáveis (farinha de mandioca, 128,83%, e alimentação fora do domicílio, 11,38%). A variação dos preços monitorados atingiu 1,28% (1,17% no período de doze meses encerrado em junho), destacando-se a elevação de 8,51% no preço da gasolina.

As perspectivas para a evolução da atividade econômica no Nordeste mostram-se positivas para os próximos trimestres. Sob a ótica da demanda, a atividade varejista tende a ser favorecida pela trajetória da massa salarial ampliada, em cenário de manutenção do dinamismo do mercado de trabalho e continuidade dos programas sociais do governo federal.

1/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

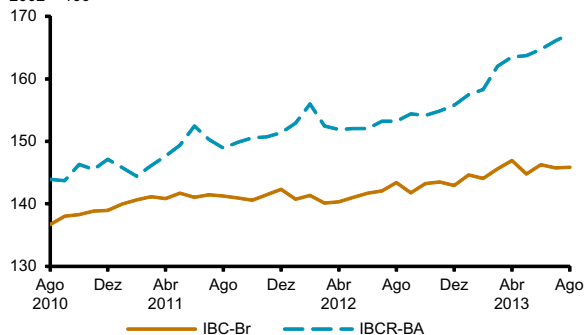
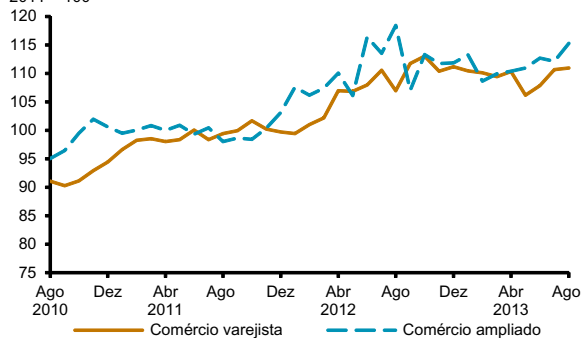


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.12 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2013			
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,7	1,1	3,2	3,9
Combustíveis e lubrificantes	-7,4	4,9	-1,6	-10,7
Híper, supermercados	-2,4	-2,2	3,5	3,7
Tecidos, vestuário e calçados	1,1	-0,9	0,7	9,4
Móveis e eletrodomésticos	2,7	4,1	4,3	7,7
Comércio ampliado	0,5	-0,7	2,7	3,8
Automóveis e motocicletas	7,0	-6,1	2,8	3,7
Material de construção	0,9	2,6	0,5	4,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.13 – Receita nominal de serviços – Bahia

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2012		2013	
	Ano	Abr ^{1/}	Jul ^{1/}	12 meses
Total	9,4	10,2	14,0	10,0
Serviços prestados às famílias	8,0	10,6	6,6	9,9
Serviços de informação e comunicação	7,8	7,0	5,5	5,3
Serviços profissionais e administrativos	19,9	12,7	32,8	18,2
Transportes e correio	5,7	12,9	13,6	10,4
Soutros serviços	6,9	1,7	6,4	4,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia aumentou 4% no segundo trimestre de 2013, em relação à igual período do ano anterior, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O resultado decorreu de expansões no setor industrial, 6,5%, destacando-se o crescimento de 10,6% da indústria de transformação, e no setor de serviços, 3,1%, e de contração de 3,9% na agropecuária, sensibilizada pelos efeitos da prolongada seca. Considerados dados dessazonalizados, o PIB baiano cresceu 2,2% em relação ao primeiro trimestre do ano. Dados mais recentes ratificam a expansão da economia do estado, com o IBCR-BA aumentando 1,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando crescera 3,8%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados.

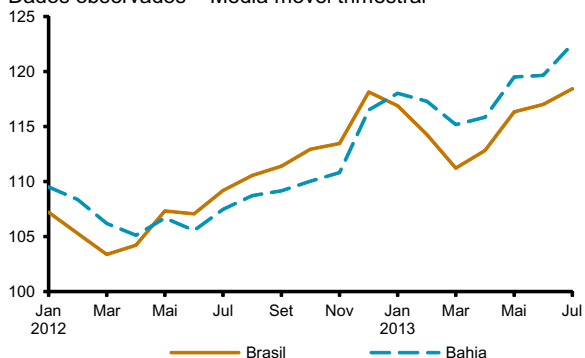
As vendas varejistas no estado cresceram 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam se elevado 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos livros, jornais, revistas e papelaria, 14,5%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 9%; móveis e eletrodomésticos, 4,3%; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 3,5%. O comércio ampliado, agregando as expansões respectivas de 2,8% e 0,5% nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção, cresceu 2,7% no período (reco de 0,7% no trimestre anterior).

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 3,9% em agosto, em relação a igual período de 2012 (6,1% em maio), destacando-se as expansões das vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 26,8%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 12,2%; e livros, jornais, revistas e papelaria, 11,2%; e o recuo de 10,7% nas relativas a combustíveis e lubrificantes. Na mesma base de comparação, incluídos os aumentos nos segmentos material de construção, 4,7%, e automóveis e motocicletas, 3,7%, as vendas do comércio ampliado cresceram 3,8%.

O setor de serviços cresceu 14%, em termos nominais, no trimestre encerrado em julho, em relação a igual período de 2012 (10,2% no trimestre encerrado em abril), ressaltando-se o aumento de 32,8% no segmento serviços profissionais e administrativos. A análise em

Gráfico 2.7 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Gráfico 2.8 – Produção industrial – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

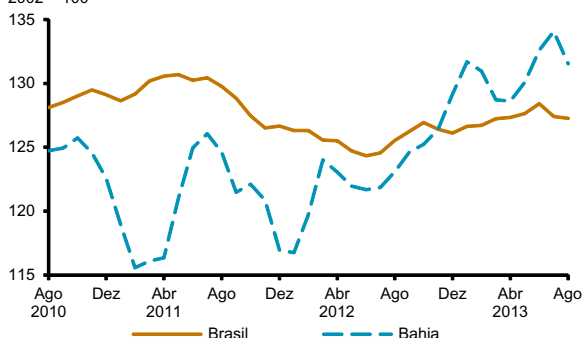


Tabela 2.14 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		Acumulado em 12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-0,7	1,1	6,6
Indústria extrativa	4,0	-1,9	0,6	1,8
Indústria de transformação	96,0	-0,5	0,2	6,8
Produtos químicos	31,1	-2,1	3,8	2,8
Ref. petróleo e prod. álcool	23,0	-1,6	4,4	16,1
Alimentos e bebidas	16,0	2,9	-0,1	-5,0
Celulose e papel	11,3	1,2	-1,7	4,4
Metalurgia básica	6,3	2,8	-3,8	22,3

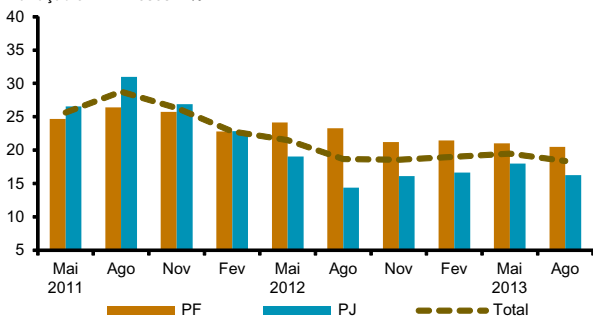
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

doze meses indica que o setor cresceu 10% em julho, com o segmento de serviços profissionais e administrativos expandindo 18,2%, no período.

A produção industrial da Bahia cresceu 1,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuou 0,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Dos oito segmentos da indústria de transformação do estado, cinco cresceram, destacando-se refino de petróleo e produção de álcool, 4,4%, e produtos químicos, 3,8%. O principal resultado negativo (3,8%) ocorreu na metalurgia básica, refletindo a paralisação para manutenção em importante unidade produtiva do segmento.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado cresceu 6,6% em agosto (4,7% em maio), resultado de expansões nas indústrias extrativa, 1,8%, e de transformação, 6,8%, destacando-se as atividades veículos automotores, 41,1%, e metalurgia básica, 22,3%.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), elaborado pela SEI, atingiu -45,7 pontos em junho (-4,5 pontos no mês anterior e 32,5 pontos em março), mantendo-se na zona definida como Pessimismo Moderado (o indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença). O da indústria, -142,9 pontos; da agropecuária, -111,1 pontos; e do setor de serviços e comércio, 6 pontos.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somaram R\$93,7 bilhões em agosto, aumentando 3,2% no trimestre e 18,4% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$47,3 bilhões (expansões respectivas de 4,7% e 20,5% nas mesmas bases de comparação), ressaltando-se o dinamismo das modalidades empréstimos consignados e financiamentos habitacionais, responsáveis, em conjunto, por 44,5% do saldo do segmento. O estoque de crédito contratado pelas pessoas jurídicas totalizou R\$46,4 bilhões, elevando-se 1,8% no trimestre e 16,2% em doze meses, ressaltando-se o saldo das contratações realizadas pelas indústrias químicas, de papel e papelão, e de construção, responsáveis, em conjunto, por 38,1% do estoque do segmento.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 4,11% em agosto (4,48% em maio), ocorrendo recuos respectivos de 0,43 p.p e 0,34 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência situou-se em, na ordem, 5,45% e 2,87%.

Tabela 2.15 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Estado da Bahia	-710	-1 395	547	522
Governo estadual	-618	-849	430	419
Capital	-19	-445	65	58
Demais municípios	-73	-100	52	46

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2012 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2013 Jun	Outros ^{4/}
		Primário	Juros	Total ^{3/}		
	Estado da Bahia	11 239	-1 395	522	-873	376
Governo estadual	9 179	-849	419	-431	257	9 005
Capital	1 108	-445	58	-388	117	838
Demais municípios	952	-100	46	-54	2	899

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.17 – Produção agrícola – Bahia
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Variação % 2013/2012
		Produção		2013 ^{2/}	
		2012	2013 ^{2/}		
Grãos					
Soja	18,5	3 213	2 779		-13,5
Algodão herbáceo	16,4	1 256	985		-21,6
Milho	6,3	1 883	2 140		13,7
Feijão	2,6	107	249		133,2
Outros grãos ^{3/}	1,3	85	60		-29,8
Outras lavouras					
Cacau	6,4	159	158		-1,0
Banana	6,1	1 081	1 263		16,8
Café	6,5	143	159		11,2
Mandioca	4,0	2 202	1 328		-39,7
Cana-de-açúcar	3,5	6 894	6 667		-3,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Segundo o LSPA de setembro de 2013.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia somou R\$1,4 bilhão no primeiro semestre de 2013, elevando-se 96,5% em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado decorreu de aumentos nas esferas da capital, 2.220,8%; dos demais municípios, 37,8%; e do governo estadual, 37,4%.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$521,88 milhões no semestre (recuo de 4,6% em relação a igual período de 2012), contribuindo para que o *superavit* nominal totalizasse R\$872,9 milhões, no período.

A dívida líquida do estado da Bahia totalizou R\$10,7 bilhões em junho. O decréscimo de 4,4% em relação a dezembro de 2012 refletiu, em especial, a retração de 24,4% na dívida do governo da capital.

A safra estadual de grãos deverá totalizar 6,2 milhões de toneladas em 2013 (19,5% da produção nordestina), de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE. A retração anual de 5,1% incorpora reduções nas culturas de algodão, 21,6%, e soja, 13,5%, e aumentos nas safras de feijão, 133,2% e milho, 13,7%. Em relação às demais lavouras, destaque para a estimativa de redução de 39,7% para a produção de mandioca.

O *superavit* da balança comercial da Bahia atingiu US\$1,6 bilhão nos nove primeiros meses do ano. O recuo de 34,7% em relação a igual período de 2012 decorreu de variações respectivas de -3,7% e 9,3% nas exportações e nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$7,8 bilhões e US\$6,2 bilhões.

O desempenho das vendas externas refletiu reduções de 2% nos preços e 1,7% no *quantum*. As exportações de produtos básicos recuaram 22,9%, influenciadas pela redução de 57,8% nas vendas de algodão, e os embarques de produtos industrializados (78,2% da pauta) aumentaram 3,5%. Ressalte-se, nessa categoria, a exportação de US\$380 milhões em plataformas de perfuração/exploração e os aumentos nas vendas de catodos de cobre, 403,7%, e de automóveis, 131,1%. China, Holanda e Argentina adquiriram, em conjunto, 46,9% das exportações baianas.

O aumento das importações resultou de variações de -9,6% nos preços e de 20,9% no *quantum*. As aquisições de bens de capital e matérias-primas (81% do total importado no estado) elevaram-se, na ordem, 51,8% e 5,4% nos nove primeiros meses do ano, destacando-se os aumentos

Tabela 2.18 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	8 112	7 813	-3,7	-1,6
Básicos	2 211	1 704	-22,9	-0,7
Industrializados	5 901	6 108	3,5	-2,5
Semimanufaturados	1 914	2 055	7,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	3 987	4 053	1,7	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.19 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	5 715	6 247	9,3	8,7
Bens de capital	773	1 173	51,8	6,5
Matérias-primas	3 686	3 887	5,4	7,8
Bens de consumo	1 025	907	-11,5	4,6
Duráveis	959	830	-13,4	-1,3
Não duráveis	67	77	15,3	12,5
Combustíveis e lubrificantes	231	280	21,3	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.20 – Evolução do emprego formal – Bahia

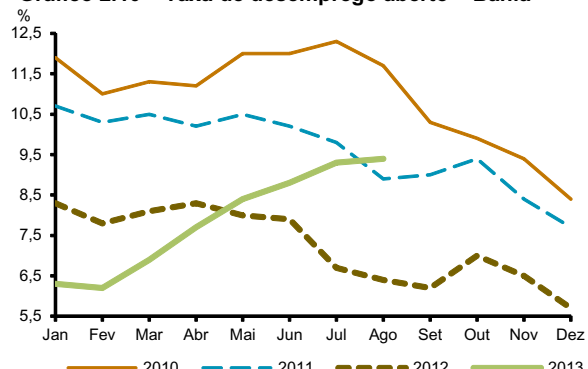
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	2,9	4,3	-18,0	15,1	8,7
Indústria de transformação	1,7	-3,6	-6,3	1,9	1,4
Comércio	1,4	7,2	-2,3	0,0	1,1
Serviços	2,9	4,2	-0,7	3,5	1,3
Construção civil	-0,8	1,8	-3,4	5,1	2,5
Agropecuária	-2,1	-4,9	-4,7	4,4	1,9
Serviços industriais utilidade pública	-0,0	-0,5	0,0	-0,1	-0,0
Outros ^{2/}	-0,1	0,1	-0,6	0,4	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.10 – Taxa de desemprego aberto – Bahia

Fonte: IBGE

nas compras de veículos de carga (42,4%) e de naftas e minérios de cobre (4,8%). As aquisições de combustíveis cresceram 21,3% e as de bens de consumo recuaram 11,5%, com destaque para a redução de 19,1% nas compras de automóveis. As importações originárias da Argentina, EUA e Chile representaram 37,9% do total adquirido pelo estado nos nove primeiros meses de 2013.

O mercado formal de trabalho baiano criou 8,7 mil vagas no trimestre encerrado em agosto (2,9 mil em igual período de 2012), segundo o Caged/MTE, das quais 2,5 mil na construção civil, 1,9 mil na agropecuária, 1,4 mil na indústria de transformação e 1,3 mil no setor de serviços. O nível de emprego formal do estado recuou -0,1% em relação ao trimestre encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego na região metropolitana de Salvador atingiu 9,2% no trimestre finalizado em agosto (7,0% em igual período de 2012), resultado de aumentos de 6,8% na população ocupada e de 9,3% na PEA. O rendimento médio real habitual retraiu 2,8% no período. Na margem, considerados dados dessazonalizados, o desemprego aumentou 1,4 p.p. em relação ao trimestre finalizado em maio.

O IPCA da RMS variou -0,02% no terceiro trimestre de 2013 (1,04% no segundo), de acordo com o IBGE. A variação dos preços livres recuou de 1,51% para -0,01%, resultado de aceleração, de 0,58% para 1,07%, dos preços dos bens comercializáveis, destacando-se as elevações nos itens farinhas, féculas e massas 8,38%, e farinha de mandioca, 9,15%; e de redução, de 2,35% para -0,98% na variação dos preços dos bens não comercializáveis, com ênfase no recuo de 19,1% nos alimentos *in natura*.

Os preços monitorados variaram -0,07% (-0,59% no segundo trimestre), destacando-se os aumentos nos itens taxa de água e esgoto, 2,38%, e plano de saúde, 2,28%, e as reduções nos preços da gasolina, 2,80%, e da energia elétrica residencial, 2,13%. O índice de difusão atingiu 61,0% (59,4% no segundo trimestre e 66,9% no terceiro de 2012).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA variou 5,47% em setembro (7,02% em junho). Os preços livres desaceleraram de 9,23% para 7,16%, reflexo de reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, 1,06 p.p., e dos não comercializáveis, 3,02 p.p. Os

Tabela 2.21 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2012	2013			12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	III Tri	
IPCA	100,00	6,21	2,04	1,04	-0,02	5,47
Livres	77,94	6,48	3,12	1,51	-0,01	7,16
Comercializáveis	37,29	3,60	1,55	0,58	1,07	5,58
Não comercializáveis	40,65	9,33	4,60	2,35	-0,98	8,64
Monitorados	22,06	5,26	-1,54	-0,59	-0,07	-0,21
Principais itens						
Alimentação	27,36	11,50	5,74	1,93	-1,81	9,79
Habitação	13,61	7,57	-2,95	1,67	0,99	0,96
Artigos de residência	4,66	0,18	0,95	1,93	-0,18	2,35
Vestuário	7,29	4,01	1,39	0,46	1,70	7,26
Transportes	20,37	2,37	0,91	-0,80	-0,37	2,93
Saúde	9,99	5,17	1,40	2,33	1,13	5,72
Despesas pessoais	8,04	6,96	2,08	0,83	0,55	4,80
Educação	4,25	6,72	7,25	0,28	2,01	9,91
Comunicação	4,43	1,14	0,36	0,32	1,25	3,32

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2013.

preços monitorados recuaram 0,21% (-0,27% em junho), destacando-se os aumentos nos itens gasolina, 14,46%; taxa de água e esgoto, 9,82%; e plano de saúde, 8,50%, e a redução de 27,4% no item energia elétrica residencial.

A atividade econômica da Bahia segue com perspectivas de expansão, favorecida pela manutenção do dinamismo do mercado de trabalho e pela continuidade dos programas sociais do governo federal. A manutenção da retomada da indústria, em cenário de redução da inflação, continuidade dos investimentos públicos e privados, deve assegurar esse desempenho nos próximos trimestres.

Gráfico 2.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

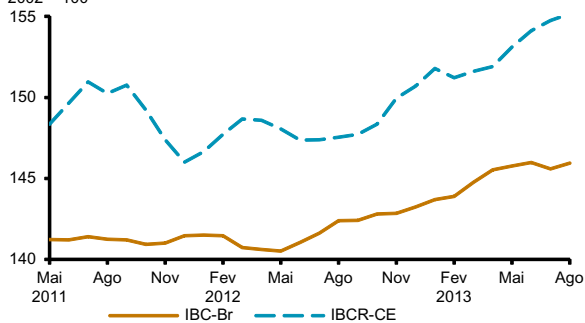
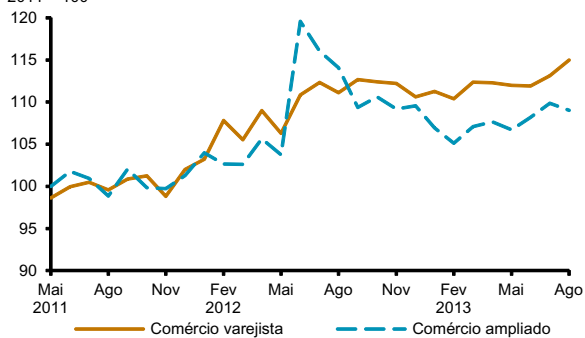


Gráfico 2.12 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.22 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,6	1,3	1,0	5,8
Combustíveis e lubrificantes	22,3	3,5	-3,0	17,1
Hiper e supermercados	7,5	-0,4	1,6	2,8
Móveis e eletrodomésticos	22,0	1,4	2,8	11,4
Artigos farm. médicos, ortopédicos	13,2	6,5	-2,4	19,3
Comércio ampliado	9,1	-0,1	1,8	1,8
Automóveis e motocicletas	6,8	-3,3	2,4	-6,5
Material de construção	15,8	-3,5	-1,6	4,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.23 – Receita nominal de serviços – Ceará

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %			
	2012	2013		
		Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}
Total	14,7	15,2	14,1	14,3
Serviços prestados às famílias	17,1	15,7	25,9	17,1
Serviços de informát. e comunicação	5,9	7,1	7,9	5,6
Serviços profission. e administrativos	24,2	26,2	16,3	22,9
Transportes e correio	12,8	11,7	14,0	12,2
Outros serviços	10,2	7,0	10,9	12,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Ceará

O PIB cearense cresceu 2% no segundo trimestre do ano, em relação ao anterior, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), dessazonalizados. Indicadores coincidentes sugerem continuidade da expansão nos meses seguintes. Nesse sentido, o IBCR-CE aumentou 1,3% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando havia registrado a mesma taxa de expansão, neste tipo de análise, considerados dados dessazonalizados. Note-se também que IBCR-CE variou 3% no período de doze meses encerrado em agosto.

O comércio varejista do estado cresceu 1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia aumentado 1,3%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacam-se os segmentos tecidos, vestuário e calçados, 3,9%, e livros, jornais, revistas e papelaria, 3,4%. Incorporadas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 2,4%, e de material de construção, -1,6%, o comércio ampliado no estado cresceu 1,8% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 5,8% em agosto, em relação a igual período de 2012 (8,3% em maio), destacando-se os aumentos nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 19,3%, e combustíveis e lubrificantes, 17,1%. Incorporadas a redução de 6,5% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e a elevação de 4,3% nas de material de construção, o comércio ampliado expandiu-se em 1,8% no período.

Segundo a PMS, do IBGE, a receita nominal do setor de serviços cearense cresceu 14,1% no trimestre encerrado em agosto comparativamente a igual período de 2012, ressaltando-se o desempenho dos segmentos serviços prestados às famílias, 25,9%, serviços profissionais, administrativos e complementares, 16,3%, e serviços auxiliares aos transportes e correios, 14%. A receita nominal aumentou 14,7% no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2012, com destaque para os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços prestados às famílias.

A produção industrial do Ceará cresceu 2,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando decrescera 1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do

Gráfico 2.13 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

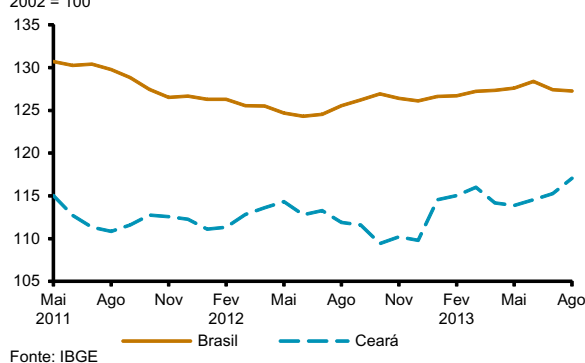


Tabela 2.24 – Produção industrial – Ceará
Geral e setores selecionados

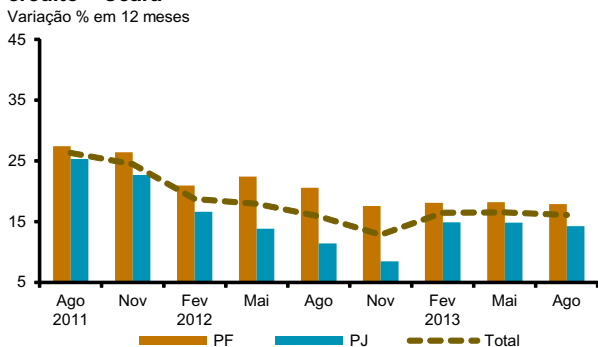
Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,0	2,8	0,9
Alimentação e bebidas	35,4	-0,4	2,4	-4,3
Têxtil	16,2	-8,6	6,4	14,1
Calçados e artigos de couro	14,0	7,1	8,1	21,2
Produtos químicos	11,8	2,1	-6,0	-12,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.14 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}
Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.25 – Necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado do Ceará	-353	-800	159	171
Governo estadual	-166	-426	157	171
Capital	-101	-191	4	5
Demais municípios	-87	-183	-2	-6

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

IBGE. Ocorreram crescimentos em seis das dez atividades pesquisadas, ressaltando-se produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 13,7%, e artigos de couros, 8,1%. Nas quatro atividades que recuaram, destaque-se a metalurgia básica, 13,2%, e a produtos químicos, 6%.

A análise em doze meses revela que a produção industrial do estado cresceu 0,9% em agosto, em relação a igual intervalo do ano anterior (estabilidade em maio), ressaltando-se os crescimentos nos segmentos calçados e artigos de couro, 21,2%, e refino de petróleo e álcool, 18,1%.

O faturamento real da indústria de transformação cearense cresceu 15,5% no período de doze meses encerrado em agosto, em relação a igual intervalo de 2012 (12,2% em maio), de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve aumentos no pessoal empregado, 7,7%, e na remuneração real, 3,3%, e redução de 1,2% nas horas trabalhadas. O Nuci médio atingiu 87,4% em agosto de 2013 (87,2% em maio e 85,2% em agosto de 2012).

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$47 bilhões em agosto, elevando-se 2,8% no trimestre e 16,1% em doze meses. A carteira do segmento pessoas jurídicas totalizou R\$23 bilhões, com variações respectivas de 1,2% e 14,3% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações dos setores geração e transmissão de energia elétrica, serviços públicos (exceto educação e saúde), e construção civil. O saldo de operações no segmento de pessoas físicas atingiu R\$24 bilhões, elevando-se 4,4% no trimestre e 17,9% em doze meses, com destaque para as modalidades crédito consignado, aquisição de automóveis e financiamentos habitacionais.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4% em agosto (5,3% em maio e 4,6% em agosto de 2012). A evolução trimestral decorreu das retrações respectivas de 2 p.p. e 0,52 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, nos quase a taxa atingiu 2,6% e 5,6%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$800 milhões no primeiro semestre de 2013. O aumento de 126,2% em relação a igual período de 2012 decorreu de elevações nas esferas do governo estadual, 156,8%; da capital, 89,3%; e dos demais municípios considerados, 110,6%.

Tabela 2.26 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
Est. do Ceará	3 313	-800	171	-629	239	2 923
Governo estadual	3 508	-426	171	-255	221	3 475
Capital	147	-191	5	-185	18	-21
Demais municípios	-342	-183	-6	-189	0	-531

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.27 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2013/2012
		2012	2013	
Produção de grãos		232	262	12,9
Milho	20,25	123	140	14,2
Feijão	19,14	53	62	17,5
Arroz (em casca)	2,30	51	56	8,5
Outras lavouras selecionadas				
Banana	9,75	416	420	0,9
Mandioca	6,86	469	385	-17,9
Castanha-de-caju	5,61	39	165	328,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 2.28 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	924	902	-2,4	-1,6
Básicos	237	189	-20,3	-0,7
Industrializados	687	713	3,8	-2,5
Semimanufaturados	221	194	-12,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	466	519	11,4	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$171 milhões, crescendo 7,5% em relação ao primeiro semestre de 2012. O *superavit* nominal totalizou R\$629 milhões, elevando-se 223% no período.

A dívida líquida do estado atingiu R\$2,9 bilhões em junho, reduzindo-se 11,8% em relação a dezembro de 2012, destacando-se que sua participação no endividamento regional recuou de 8,8% para 8,2%, no período.

A safra de grãos do Ceará de 2013 está estimada em 262 mil de toneladas, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE. Vale ressaltar que a perspectiva de crescimento anual de 12,9% reflete, em grande parte, a base de comparação deprimida, haja vista que em 2013 e, principalmente, em 2012 a produção agrícola cearense foi impactada pela seca. Estão projetados crescimentos respectivos de 17,5% e 14,2% para as culturas do feijão e do milho, que devem responder, conjuntamente, por 77,1% da produção total do estado, e de 8,5% para a produção de arroz. Em relação às demais culturas, destacam-se as variações previstas para as safras de castanha-de-caju, 328,2%; abacaxi, 6,7%; e mandioca, -17,9%.

De acordo com estatísticas do MDIC, o *deficit* da balança comercial do estado atingiu US\$1,6 bilhão nos nove primeiros meses de 2013 (US\$919 milhões em igual período de 2012). As exportações somaram US\$902 milhões e as importações, US\$2,5 bilhões, variando, na ordem, -2,4% e 35,7%, no período.

O desempenho das exportações decorreu de redução de 5,5% nos preços e aumento de 3,3% no *quantum*. Ocorreram recuos respectivos de 20,3% e de 12,3% nas vendas de produtos básicos, influenciado pelo decréscimo de 32,9% nos embarques de castanha-de-caju, principal produto da pauta no período, e de semimanufaturados, ressaltando-se os decréscimos nas vendas de couros e peles, 5%, e de ceras vegetais, 23,9%. As exportações de manufaturados aumentaram 11,4%, com destaque óleos combustíveis (US\$54,1 milhões, sem correspondência no ano anterior). As vendas destinadas aos EUA, Argentina, Holanda, Alemanha, e Cingapura representaram, em conjunto, 47,2% das exportações cearenses nos nove primeiros meses de 2013

O crescimento das importações – com de variações de 38,9% no *quantum* e de -2,3% nos preços – decorreu de aumentos nas compras em todas as categorias de uso. Com o Terminal de Regaseificação do Porto do Pecém operando desde janeiro de 2009, as aquisições de combustíveis e

Tabela 2.29 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	1 843	2 501	35,7	8,7
Bens de capital	419	534	27,5	6,5
Matérias-primas	1 086	1 306	20,3	7,8
Bens de consumo	112	122	8,8	4,6
Duráveis	54	56	4,4	-1,3
Não duráveis	58	66	12,8	12,5
Combustíveis e lubrificantes	226	539	138,5	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.30 – Evolução do emprego formal – Ceará
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	15,7	17,2	-6,9	5,0	20,8
Indústria de transformação	4,5	4,3	-1,1	0,9	4,1
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	-0,2	0,1	0,1	0,1
Construção civil	0,5	-1,0	-1,8	1,7	0,5
Comércio	1,8	8,3	-0,9	1,4	2,5
Serviços	5,8	5,7	-1,2	1,0	10,7
Agropecuária	2,9	0,8	-2,4	-0,3	2,8
Outros ^{2/}	0,4	-0,5	0,4	0,3	0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.31 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2013			
		I Tri	II tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	2,36	1,19	0,49	7,08
Livres	80,1	2,83	1,06	0,56	8,17
Comercializáveis	43,4	0,77	0,62	0,94	5,94
Não comercializáveis	36,7	5,42	1,57	0,10	10,93
Monitorados	19,9	0,47	1,77	0,23	2,97
Principais itens					
Alimentação	31,8	5,50	0,90	-0,53	11,54
Habitação	13,3	-1,53	3,07	1,72	4,34
Artigos de residência	4,6	1,81	0,08	1,68	4,18
Vestuário	7,6	-3,64	2,01	0,27	2,56
Transportes	16,0	3,31	-0,23	-0,12	4,26
Saúde	9,7	1,74	2,34	1,40	6,75
Despesas pessoais	8,9	1,42	1,49	1,73	9,07
Educação	4,3	5,52	1,41	1,10	8,33
Comunicação	3,7	-0,04	-0,65	0,76	1,51

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

lubrificantes cresceram 138,5% nos nove primeiros meses do ano (aumento de 210,1% nas relativas a gás natural liquefeito). As importações de bens de capital cresceram 27,5%, destacando-se as aquisições turbinas a vapor e suas partes (US\$184,1 milhões); as de bens intermediários aumentaram 20,3%, ressaltando-se o crescimento de 63,5% nas relativas a trigo; e as de bens de consumo duráveis elevaram-se 4,4%, com ênfase no aumento de 66,8% nas compras de aparelhos eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico. As aquisições provenientes da China, EUA, Trinidad e Tobago e Argentina e Espanha representaram, em conjunto, 62,1% das importações do estado, no período.

Segundo o Caged/MTE, foram gerados 20,8 mil empregos formais no estado no trimestre encerrado em agosto de 2013 (15,7 mil em igual período de 2012). O aumento refletiu maior dinamismo dos setores comércio e serviços, responsáveis, em conjunto, pela criação de 13,2 mil vagas (7,6 mil no trimestre finalizado em agosto de 2012).

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 1,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, registrando-se aumentos em seis das oito atividades pesquisadas, com destaque para extrativa mineral, 3,1%, e serviços industriais de utilidade pública, 2,1%.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 0,49% no terceiro trimestre (1,19% no segundo), de acordo com o IBGE. Ocorreram desacelerações nos preços livres, de 1,06% para 0,56%, e nos monitorados, de 1,77% para 0,23%.

A evolução dos preços livres decorreu de aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 0,62% para 0,94% (panificados, 4,66%; aparelhos eletrônicos, 3,09%; e cuidados pessoais, 1,64%); e de desaceleração dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,57% para 0,10% (com destaque para a redução de 38,56% dos preços de tubérculos, raízes e legumes). No âmbito dos preços monitorados, destacaram-se as elevações nos preços de táxi, 7,89%, e da taxa de água e esgoto, 6,59%, e o recuo na tarifa de energia elétrica residencial, 3,80%. O índice de difusão atingiu 53,53% no trimestre finalizado em setembro (57,95% naquele encerrado em junho e 59,20% em igual intervalo de 2012).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMF variou 7,08% em setembro (8,56% em junho). Os preços livres desaceleraram de 9,77% para 8,17% e os preços monitorados, de 4,01% para 2,97%.

Os principais indicadores econômicos do estado continuam apontando para expansão da atividade no decorrer de 2013, não obstante o impacto negativo da seca, pelo segundo ano consecutivo. A atividade da economia cearense tende a ser favorecida, nos próximos trimestres, pelos programas sociais do governo federal, pela expansão moderada do crédito, e pela consolidação de importantes investimentos, de caráter público e privado.

Gráfico 2.15 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2002 = 100

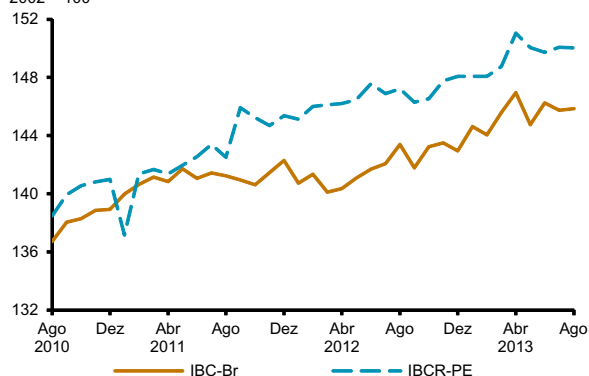
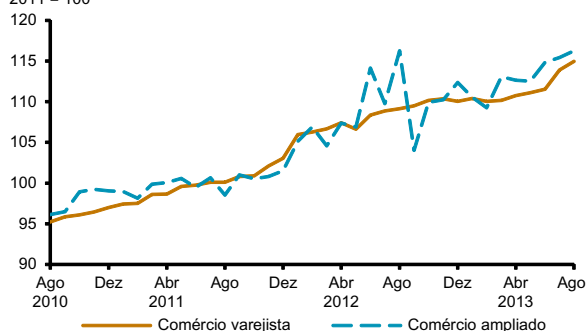


Gráfico 2.16 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.32 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2013			
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,6	0,7	4,6	7,1
Combustíveis e lubrificantes	2,7	8,5	6,6	8,4
Hiper e supermercados	-1,9	-0,3	4,5	1,1
Tecidos, vestuário e calçados	9,0	-2,3	1,2	10,1
Móveis e eletrodomésticos	2,9	-2,1	8,8	9,0
Comércio ampliado	2,5	1,8	2,5	5,0
Automóveis e motocicletas	4,3	5,4	0,8	-2,5
Material de construção	3,5	10,9	1,0	16,3

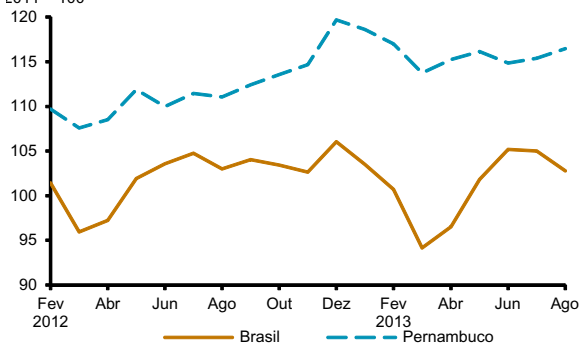
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.17 – Receita nominal de serviços

Dados observados - Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Pernambuco

O PIB de Pernambuco cresceu 1,3% no segundo trimestre de 2013, em relação ao trimestre anterior, quando havia aumentado 1,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Ocorreram expansões de 2,4% da indústria e de 1,3% dos serviços, e retração de 4,4% da agropecuária, sensibilizada pelas condições climáticas desfavoráveis. Dados mais recentes indicam arrefecimento da atividade no estado, com o IBCR-PE mantendo-se estável no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando crescera 1,3%, no mesmo tipo de comparação.

As vendas varejistas elevaram-se 4,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam aumentado 0,7%, neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Destacaram-se as elevações nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 8,8%, e combustíveis e lubrificantes, 6,6%. Incluídas as elevações nas vendas de veículos, 0,8%, e de materiais de construção, 1%, o comércio ampliado cresceu 2,5%, no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 7,1% em agosto (8% em maio), ressaltando-se as expansões nos segmentos vestuário e calçados, 10,1%, e combustível e lubrificantes, 8,4%. O comércio varejista ampliado, incorporadas as variações nas vendas de veículos, -2,5%, e de material de construção, 16,3%, cresceu 5% no período (8,2% em maio).

A receita nominal do setor de serviços cresceu 4,9% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2012, conforme a PMS/IBGE, destacando-se o aumento de 12,7% no segmento transportes e correios. O indicador cresceu 6,6% no período de doze meses encerrado em agosto, com ênfase no desempenho dos segmentos transportes e correios, 14,2%; serviços prestados a famílias, 5,4%; e outros serviços.

A produção industrial de Pernambuco cresceu 1,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia aumentado 2,1%, nesta base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. As expansões mais acentuadas ocorreram nas atividades metalurgia básica, 13,9%, e produtos de metal, 16,4%.

Tabela 2.33 – Receita nominal de serviços – Pernambuco

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	12,4	3,8	4,9	6,6
Serviços prestados às famílias	14,3	1,9	5,2	5,4
Serviços de informação e comunicação	7,6	5,7	5,6	5,4
Serviços profissionais e administrativos	16,3	-6,4	-1,6	1,4
Transportes e correio	11,8	15,4	12,7	14,2
Outros serviços	23,0	-0,5	-4,1	8,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do anterior.

Tabela 2.34 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2013			
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	2,1	1,2	-0,6
Alimentação e bebidas	35,8	3,1	-0,5	-1,7
Metalurgia básica	15,7	-11,0	13,9	-0,5
Química	14,7	8,1	-0,2	0,4
Minerais não metálicos	8,0	-2,7	-0,2	-1,7
Produtos de metal	7,3	-11,1	16,4	-1,0
Borracha e plástico	6,7	-2,2	-6,3	7,3

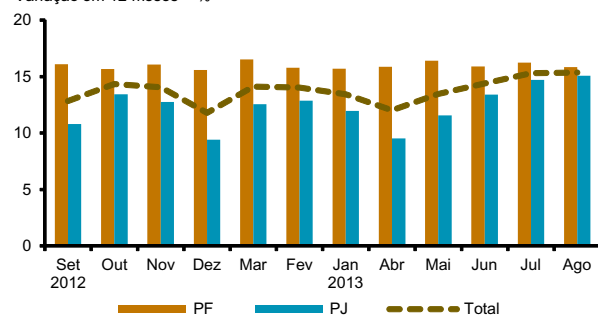
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.35 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado de Pernambuco	-527	-396	377	283
Governo estadual	-232	-99	379	287
Capital	-159	-236	-1	-0
Demais municípios	-137	-61	-1	-4

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

O nível de utilização de capacidade instalada atingiu 67,7% no trimestre encerrado em agosto (64,2% no encerrado em maio), de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). Ressalte-se que a média da série histórica do indicador, iniciada em janeiro de 2003, é de 73,3%.

A indústria pernambucana retraiu 0,6% no período de doze meses encerrado em agosto (-0,6% em maio), com ênfase nos recuos de 1,7% nas atividades alimentação e bebidas, e minerais não metálicos. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) atingiu 55,5 pontos em agosto, nível inferior apenas ao dos dois primeiros trimestres de 2009.

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil em Pernambuco atingiu R\$72,9 bilhões em agosto, aumentando 4,5% no trimestre e 15,4% em doze meses. O saldo relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$29,1 bilhões, com crescimentos respectivos de 15,8% e 4% nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito imobiliário e crédito consignado. O saldo das operações contratadas pelas pessoas jurídicas totalizou R\$43,7 bilhões, elevando-se 4,9% no trimestre e 15,1% em doze meses, destacando-se as contratações dos setores refino de petróleo, coque e álcool, e fabricação de equipamentos e locação e aluguéis.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,1% em agosto (3,2% em maio), ocorrendo reduções de 0,03 p.p., para 1,4%, no segmento de pessoas jurídicas, e de 0,17 p.p., para 5,9%, no de pessoas físicas.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos totalizou R\$396 milhões no primeiro semestre de 2013 (R\$527 milhões no mesmo período de 2012), ressaltando-se o recuo para R\$99 milhões na esfera do governo estadual.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$283 milhões. A redução de 24,9% em relação a igual período do ano anterior refletiu, em especial, a redução de 1,7 p.p. na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), principal indexador das dívidas estaduais com a união, no período. Nesse cenário, o *superavit* nominal atingiu de R\$112 milhões, no primeiro semestre de 2013.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios totalizou R\$5,5 bilhões em

Tabela 2.36 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Jun
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
		2012	Nominal	Total ^{3/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		
Estado de Pernambuco	5 425	-396	283	-112	144	5 457
Governo estadual	5 336	-99	287	188	138	5 662
Capital	288	-236	-0	-236	6	58
Demais municípios	-199	-61	-4	-64	0	-263

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.37 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	6,6	18	44	142,7
Milho	2,1	18	1	-94,0
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	46,0	14 242	15 179	6,6
Uva	15,4	225	229	1,8
Banana	6,7	408	362	-11,2
Mandioca	3,8	342	319	-6,7
Tomate	3,0	100	93,9	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 2.38 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2012	2013	Var. %	
Total ^{1/}	1 000	572	-42,8	-1,6
Básicos	71	63	-10,9	-0,7
Industrializados	929	508	-45,3	-2,5
Semimanufaturados	174	120	-31,4	-6,1
Manufaturados	755	389	-48,5	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.39 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2012	2013	Var. %	
Total	4 311	5 142	19,3	8,7
Bens de consumo	465	497	6,9	6,5
Duráveis	241	271	12,8	7,8
Não duráveis	224	225	0,6	4,6
Bens intermediários	1 473	1 635	11,0	-1,3
Bens de capital	642	573	-10,6	12,5
Combustíveis e lubrificantes	1 732	2 436	40,6	19,0

Fonte: MDIC/Secex

junho. O aumento de 5,8% em relação a dezembro de 2012, a despeito do *superavit* nominal obtido, decorreu de ajustes patrimoniais decorrentes de variação cambial, reconhecimento de dívidas e privatizações.

De acordo com o LSPA de setembro, do IBGE, as culturas de cana-de-açúcar e uva deverão aumentar, na ordem, 6,6% e 1,8% em 2013, e as de banana, mandioca e tomate, com redução de área plantada, decrescer 11,2%, 6,7% e 6,5%, respectivamente. A produção de grãos do estado deverá crescer 12,1% em 2013, reflexo, em especial, do prognóstico de aumento de 142,7% para a safra de feijão.

O *deficit* da balança comercial do estado atingiu US\$4,6 bilhões nos nove primeiros meses de 2013 (US\$3,3 bilhões no mesmo período de 2012), segundo o MDIC. As exportações somaram US\$572 milhões e as importações, US\$5,1 bilhões, variando -42,8% e 19,3%, respectivamente, no período.

A redução das exportações, reflexo de recuos de 4,8% nos preços e de 39,9% no *quantum*, foi determinada, em parte, pelo decréscimo de 48,5% nas vendas de produtos manufaturados, decorrente da venda de uma plataforma de petróleo no período anterior. Excluída essa operação, as exportações de manufaturados aumentariam 11,2% nos nove primeiros meses de 2013, com destaque para os embarques de insumo para resina Politereftalato de Etileno (PET). As vendas de bens semimanufaturados e básicos decresceram 31,4% e 10,9%, respectivamente, no período. Argentina, EUA, Venezuela, Portugal e Holanda adquiriram, em conjunto, 46,8% das exportações do estado, no período.

A ampliação das importações, decorrente de variações de 21,8% no *quantum* e -2,1% nos preços, refletiu as variações nas compras de combustíveis e lubrificantes, 40,6%, influenciada pelos aumentos nos itens Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) (58,3%) e óleo diesel (39,7%), para abastecimento de usinas termoeletricas; bens intermediários, 11,0%; bens de consumo, 6,9%; e de bens de capital, -10,6%. As aquisições provenientes dos EUA, China, Argentina, México e Antilhas Holandesas responderam, em conjunto, por 62,2% das importações do estado, no período.

O mercado de trabalho formal do estado gerou 8,9 mil postos no trimestre encerrado em agosto (22 mil no mesmo período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 5,9 mil na agropecuária e 5,3 mil na indústria de transformação. O nível de emprego, considerados dados dessazonalizados, cresceu 0,1% no trimestre encerrado em

Tabela 2.40 – Evolução do emprego formal – Pernambuco
Novos postos de trabalho

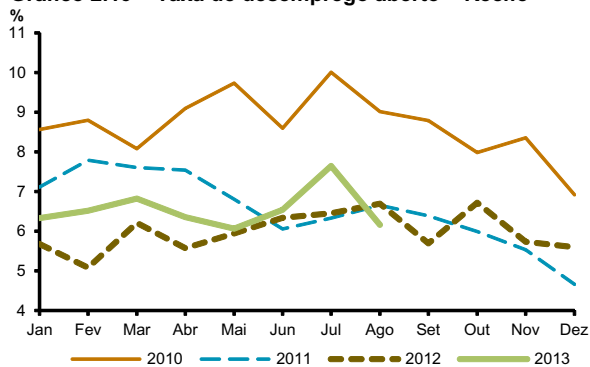
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	22,0	23,5	-25,5	-19,3	8,9
Indústria de transformação	8,6	14,5	-15,7	-10,5	5,3
Comércio	0,7	9,0	-3,1	-3,9	-1,1
Serviços	2,3	2,9	-2,5	1,3	1,0
Construção civil	2,0	-0,5	0,5	-4,5	-2,0
Agropecuária	8,6	-1,9	-5,3	-2,3	5,9
Serviços industr. de utilidade pública	-0,4	-0,6	0,5	0,5	-0,1
Outros ^{2/}	0,1	0,0	0,0	0,0	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.19 – Taxa de desemprego aberto – Recife



Fonte: IBGE

Tabela 2.41 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	2,03	2,27	1,80	0,60
Livres	78,9	2,41	3,02	2,01	0,47
Comercializáveis	40,4	2,37	1,90	1,16	1,08
Não comercializáveis	38,5	2,45	4,24	2,91	-0,16
Monitorados	21,1	0,72	-0,43	1,02	1,07
Principais itens					
Alimentação	26,8	3,73	5,79	2,08	-1,17
Habitação	13,3	1,39	-1,27	2,65	1,88
Artigos de residência	5,2	2,21	2,09	1,09	1,04
Vestuário	7,9	1,49	0,09	3,68	0,83
Transportes	15,2	1,07	1,60	-0,62	1,31
Saúde	12,7	1,30	1,61	2,89	1,39
Despesas pessoais	9,9	2,71	1,54	2,62	1,34
Educação	4,7	0,33	5,27	0,33	0,80
Comunicação	4,2	0,94	-0,79	0,13	0,11

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

agosto, em relação ao finalizado em maio, quando expandira 0,8%, na mesma base de comparação.

A taxa de desemprego da RMR, divulgada pela PME/IBGE, atingiu 6,8% no trimestre encerrado em agosto (6,5% em igual período de 2012). De acordo com dados dessazonalizados, a taxa de desemprego da RMR atingiu 6,9% no trimestre encerrado em agosto (6,5% naquele terminado em maio), resultado de recuos de 1,6% na população ocupada e de 1,0% na PEA. Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos e a massa de rendimentos decresceram, na ordem, 0,7% e 3,0%, no trimestre.

O IPCA da RMR cresceu 0,60% no terceiro trimestre (1,80% no segundo), variação decorrente de desaceleração dos preços livres, de 2,01% para 0,47%, e aceleração dos monitorados, de 1,02% para 1,07%. A trajetória dos preços livres refletiu a redução, de 2,91% para -0,16%, na variação dos preços dos produtos não comercializáveis, com ênfase nos recuos nos itens tubérculos, 25,49%; feijão mulatinho, 23,91%; e feijão carioca, 26,32%, e a desaceleração, de 1,16% para 1,08%, nos preços dos bens comercializáveis, destacando-se os recuos nos itens sal e condimentos, 3,63%; óleos e gorduras, 3,30%; e aparelhos eletroeletrônicos, 1,42%. No âmbito dos bens monitorados, destacaram-se os aumentos nos itens botijão de gás, 8,47%; gasolina, 2,70%; e planos de saúde, 2,35%. O índice de difusão atingiu 60,63% (67,72% no segundo trimestre do ano).

Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da RMR atingiu 6,86% em setembro (7,79% em junho), resultado de aumento de 8,13% nos preços livres, impulsionado pelas elevações nos itens aluguel residencial, 15,00%, e alimentação fora do domicílio, 12,24%; e de 2,39% nos preços monitorados, destacando-se a evolução dos preços dos itens gás de botijão, 17,60%; planos de saúde, 8,61%; e tarifa da energia elétrica residencial, -14,64%.

A atividade econômica do estado segue sustentada pela atividade varejista, em especial nos segmentos de menor valor agregado, impulsionada pelos programas de transferência de renda do governo federal, pelas operações de crédito e pelo dinamismo, ainda que menor do que em meses recentes, do mercado de trabalho. A retração da construção civil, os reflexos das condições climáticas desfavoráveis sobre a agroindústria e a redução na confiança dos empresários industriais deverão contribuir para que a economia de Pernambuco apresente expansão moderada nos próximos trimestres.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

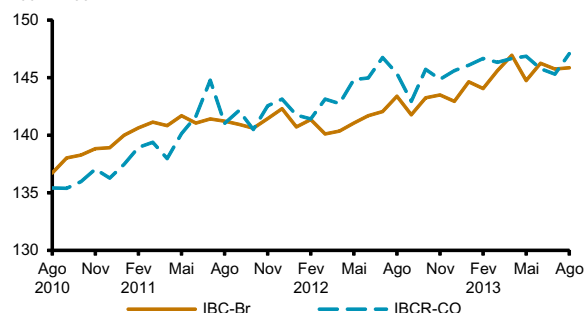
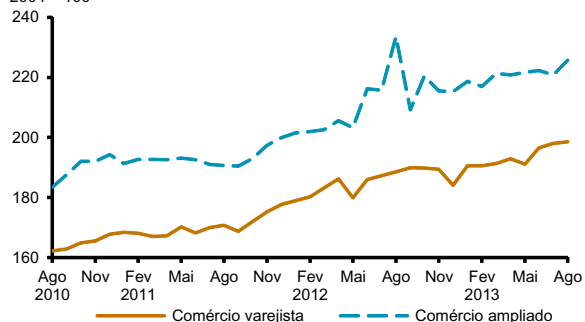


Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	3,1	1,9	2,9	4,1
Combustíveis e lubrificantes	4,4	1,4	2,5	6,1
Hiper e supermercados	4,2	-1,3	2,0	-0,1
Tecidos, vestuário e calçados	9,1	7,4	3,0	8,4
Móveis e eletrodomésticos	4,0	2,6	6,0	8,0
Outros art. de uso pessoal/dom.	7,7	1,0	0,9	9,8
Comércio varejista ampliado	9,9	0,8	0,0	4,6
Veículos e motos, partes e peças	8,2	-1,6	-1,9	5,9
Material de construção	6,1	3,6	2,3	6,4

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Centro-Oeste evidenciou, no trimestre encerrado em agosto, o desempenho negativo da indústria de transformação e a menor produção da agricultura, decorrente do término das colheitas de inverno. Nesse cenário, o IBCR-CO recuou 0,4% em relação ao trimestre terminado em maio, quando havia crescido 0,3%, na mesma base de comparação. O indicador cresceu 1,8% no período de doze meses encerrado em agosto (2,3% em maio).

As vendas varejistas aumentaram 3,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam crescido 1,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Esse desempenho decorreu de crescimentos de 3,1% em Goiás, 2,5% no Mato Grosso do Sul, e de 1,9% no Mato Grosso e no Distrito Federal. As vendas do comércio ampliado aumentaram 0,8% no período (2,0% no trimestre encerrado em maio).

A desagregação das vendas conjuntas do Distrito Federal e Goiás, únicos entes federados da região com estatísticas por ramo de atividade comercial divulgadas pelo IBGE, indica que os aumentos mais expressivos ocorreram nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 34,1%; móveis e eletrodomésticos, 6,0%; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,0%. As vendas de veículos recuaram 1,9% enquanto as de material de construção aumentaram 2,3% no trimestre encerrado em agosto.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 6,1% em agosto, em relação a igual intervalo de 2012 (7,3% em maio), resultado de elevações em Mato Grosso do Sul, 13,8%; Mato Grosso, 6,2%; Goiás, 5,1%; e no Distrito Federal, 1,7%. Em Goiás e no Distrito Federal, destacaram-se, no período, os crescimentos respectivos de 15,9%, 9,8% e 8,0% nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e

Tabela 3.2 – Receita nominal de serviços – Agregação para GO e DF^{1/}

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Total	9,3	13,2	13,0	11,0
Serv. prestados às famílias	20,6	12,4	13,8	17,0
Serv. de informação e comunicação	4,0	11,5	12,1	8,4
Serv. profissionais e administrativos	13,4	14,4	12,1	10,2
Transportes e correio	13,5	11,2	11,8	12,9
Outros serviços	18,6	37,1	32,5	26,6

Fonte: IBGE

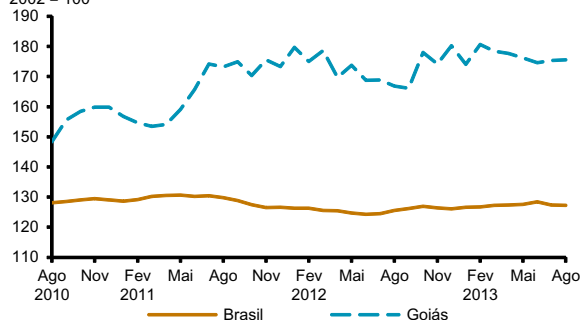
1/ Goiás e DF são as unidades da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Goiás

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.3 – Produção industrial – Goiás

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % trimestral		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-2,5	-0,4	2,4
Indústria extrativa	5,1	11,8	4,1	0,2
Indústria de transformação	94,9	-4,5	-1,9	2,5
Alimentos e bebidas	51,0	-2,8	1,7	0,6
Produtos químicos	31,6	-4,9	-8,0	6,5
Minerais não metálicos	6,8	-4,1	7,9	2,2
Metalurgia básica	5,5	3,5	-1,1	-1,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

cosméticos; outros artigos de uso pessoal e doméstico; e móveis e eletrodomésticos.

As vendas do comércio ampliado aumentaram 6,4% no intervalo de doze meses encerrado em agosto (10,6% em maio), reflexo de elevações no Mato Grosso do Sul, 10,2%; Mato Grosso, 7,9%; Goiás, 7%; e no Distrito Federal, 0,4%. Considerando o agregado de Goiás e Distrito Federal, as vendas de veículos e de material de construção cresceram, na ordem, 5,9% e 6,4%, no período.

A receita nominal do setor de serviços do Centro-Oeste cresceu 15,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior (15,8% em maio), de acordo com a PMS, do IBGE. No agregado de Goiás e Distrito Federal, únicas unidades da federação da região com dados desagregados, destacam-se, no período, os aumentos nos segmentos outros serviços, 32,5%; serviços prestados às famílias, 13,8%; e serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços de informação e comunicação, ambos com 12,1%. Sugerindo aceleração na margem, o setor de serviços expandiu 14,5% no período de doze meses encerrado em agosto, em relação a igual período de 2012 (13,2% em maio).

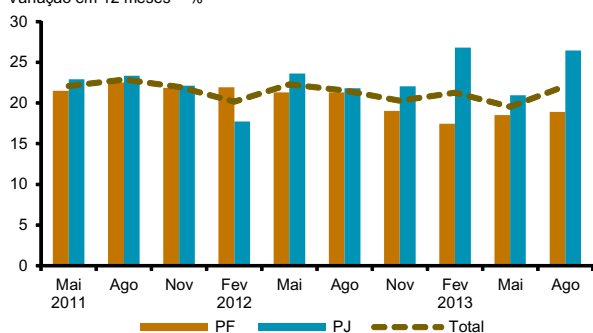
A produção industrial no estado de Goiás recuou 0,4% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia decrescido 2,5%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa mineral cresceu 4,1% enquanto a de transformação recuou 1,9%, destacando-se as reduções respectivas de 8,0% e 1,1% nos segmentos produtos químicos e metalurgia básica, e as expansões nas indústrias de alimentos e bebidas, 1,7%, e de minerais não metálicos, 7,9%.

A produção da indústria goiana acumulada em doze meses aumentou 2,4% em agosto, em relação a igual período de 2012 (-0,1% em maio). A indústria extrativa, estimulada pelo aumento na exploração de amianto, cresceu 0,2%, e a indústria de transformação – evidenciando as expansões nos segmentos produtos químicos, 6,5%, e minerais não metálicos, 2,2% – aumentou 2,5%.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Goiás (Icei/GO), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 58,1 pontos em setembro (60 pontos em junho e 58,6 pontos em setembro de 2012). A retração trimestral decorreu de recuos respectivos de 3,1 pontos e 0,5 ponto no Índice de Expectativas e no Índice de Condições Atuais.

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.4 – Necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Total	-1 750	-2 134	1 464	966
Governos estaduais	-1 223	-1 657	1 440	1 301
Capitais	-219	-364	19	-261
Demais municípios	-308	-112	6	-73

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}	2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
Total	25 865	-2 134	966	-1 167	15	24 712
Governos estaduais	26 728	-1 657	1301	-356	56	26 428
Capitais	-73	-364	-261	-626	-42	-741
Demais municípios	-791	-112	-73	-186	1	-975

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizaram R\$242,8 bilhões na região, em agosto, aumentando 6,6% no trimestre e 22,1% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$137,0 bilhões, elevando-se 5,1% e 18,9%, respectivamente, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e rurais, e crédito consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$105,8 bilhões, expandindo 8,5% no trimestre, com ênfase nas contratações dos setores de energia, holdings de instituições não financeiras e serviços públicos, e 26,5% em doze meses.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 2,72% em agosto (3,12% em maio), ocorrendo reduções trimestrais de 0,48 p.p. em Goiás, 0,43 p.p. no Distrito Federal, 0,36 p.p. no Mato Grosso e 0,25 p.p. no Mato Grosso do Sul.

Os desembolsos do BNDES para a região Centro-Oeste totalizaram R\$4,1 bilhões no trimestre encerrado em julho, aumentando 54,2% em relação a igual período de 2012. Os desembolsos somaram R\$24,6 bilhões no período de doze meses encerrado em julho, elevando-se 105% em relação a igual período de 2012.

O *superavit* primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região totalizou R\$2,1 bilhões no primeiro semestre de 2013. O aumento de 21,9% em relação a igual período do ano anterior decorreu de acréscimos respectivos de 35,4% e 66,4% nos resultados dos governos estaduais e das capitais, e de recuo de 63,6% no *superavit* dos demais municípios. Ressalte-se que a arrecadação do ICMS aumentou 8,9% no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$966 milhões nos seis primeiros meses do ano. O recuo de 34% relativamente ao mesmo período de 2012 refletiu, em especial, a redução de 0,97 p.p. registrada, na mesma base de comparação, na variação do IGP-DI, indexador da maior parte dos passivos regionais renegociados com a União. O resultado nominal foi superavitário em R\$1,2 bilhão (R\$286 milhões no primeiro semestre de 2012).

A dívida líquida da região Centro-Oeste totalizou R\$24,7 bilhões em junho (4,5% da dívida total das regiões), recuando 6,5% em relação a dezembro de 2012. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 81,2% do endividamento líquido ao final do semestre e as dívidas

Tabela 3.6 – Dívida líquida – Centro-Oeste^{1/}

Composição

Região Centro-Oeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Jun
Dívida bancária	3 530	5 742	6 380
Renegociação ^{2/}	22 216	20 856	20 055
Dívida externa	1 136	2 444	2 632
Outras dívidas junto à União	2	2	8
Dívida reestruturada	585	598	631
Disponibilidades líquidas	-2 601	-3 777	-4 994
Total (A)	24 868	25 865	24 712
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	546 077
(A/B) (%)	5,1	4,8	4,5

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 3.7 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	2013/2012
Grãos	81,2	70 821	78 685	11,1
Algodão (caroço)	10,9	2 061	1 359	-34,0
Arroz (em casca)	1,1	744	743	-0,2
Feijão	2,1	660	608	-7,9
Milho	15,0	30 748	36 190	17,7
Soja	51,1	34 986	38 231	9,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,3	112 776	130 964	16,1
Mandioca	1,1	1 299	1 267	-2,5
Tomate	1,0	1 194	1 382	15,8

Fonte: IBGE

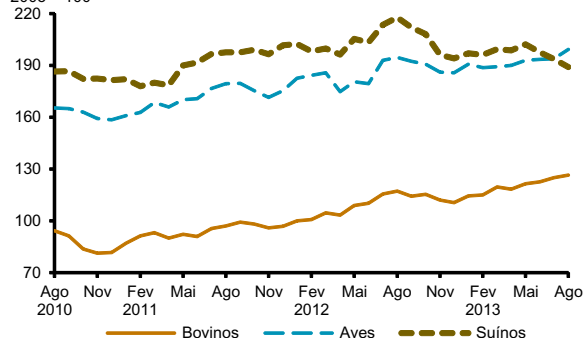
1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

bancária e externa, 25,8% e 10,7% respectivamente. A posição credora em disponibilidades líquidas correspondia, no período, a 20,2% da dívida líquida da região.

A safra de grãos do Centro-Oeste deverá totalizar 78,7 milhões de toneladas em 2013 (aumento anual de 11,1%), de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE. Esse desempenho reflete estimativas de crescimentos para as produções de soja, 9,3%, e de milho, 17,7%, favorecidas por elevações de 12,1% e 18,6% nas respectivas áreas plantadas. Ocorreram aumentos nas safras de Mato Grosso, 13,8%, e Mato Grosso do Sul, 21,1%, e recuo de 1,1% na de Goiás, prejudicada pelas reduções nas colheitas de milho, algodão e feijão. Em relação às demais culturas, ressalte-se a estimativa de elevação anual de 16,1% para a produção de cana-de-açúcar.

De acordo com o primeiro levantamento de intenção de plantio da Conab, divulgado em outubro, a produção de grãos da região deverá aumentar de 0,8% a 2,4% em 2014. Esse resultado incorpora projeções de crescimentos para as colheitas de soja, de 7,1% a 9,2%, e de caroço de algodão, de 14,7% a 20,7%, e retração de 4,2% a 4,5% para a safra de milho.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 95% do total na região) aumentaram 11,9% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, reflexo de crescimentos no Mato Grosso, 13,5%; Goiás, 19,1%; e Mato Grosso do Sul, 5%. As cotações do boi gordo, em elevação desde agosto de 2012, aumentaram, no trimestre encerrado em agosto, 2,3% em relação ao trimestre encerrado em maio e 10,5% em relação a igual intervalo de 2012. Os abates de aves e de suínos variaram 4,7% e -4,7%, respectivamente, nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012.

O *superavit* da balança comercial do Centro-Oeste somou US\$12,1 bilhões nos nove primeiros meses do ano, elevando-se 26,1% em relação a igual período de 2012, conforme o MDIC. As exportações atingiram US\$22,5 bilhões e as importações, US\$10,4 bilhões, aumentando 18,8% e 11,2%, respectivamente.

O desempenho das exportações, evidenciando variações de 17,6% no *quantum* e de 1% nos preços, foi impulsionado pelo aumento de 21,0% nas vendas de produtos básicos, destacando-se soja, 22,1%; milho, 77,7%; e carne de bovino, 16,8%. As vendas externas de produtos

Gráfico 3.6 – Indicador boi gordo

ESALQ/BM&FBovespa

R\$/arroba – Valor à vista



Fonte: Cepea/ESALQ

Tabela 3.8 – Exportação por fator agregado

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	18 987	22 548	18,8	-1,6
Básicos	15 950	19 302	21,0	-0,7
Industrializados	3 036	3 246	6,9	-2,5
Semimanufaturados	2 516	2 702	7,4	-6,1
Manufaturados ^{1/}	521	544	4,5	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.9 – Importação por categoria de uso

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	9 369	10 419	11,2	8,7
Bens de capital	1 032	1 038	0,7	6,5
Matérias-primas	3 406	3 945	15,8	7,8
Bens de consumo	2 541	2 504	-1,5	4,6
Duráveis	1 053	684	-35,0	-1,3
Não duráveis	1 488	1 820	22,3	12,5
Combustíveis e lubrificantes	2 391	2 932	22,6	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.10 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	34,9	-9,9	-8,3	46,0	32,0
Indústria de transformação	8,8	-8,1	-3,0	16,0	5,3
Comércio	2,9	9,7	-4,2	0,3	4,5
Serviços	10,9	5,9	5,3	16,8	13,0
Construção civil	2,1	-8,9	-5,3	10,1	4,4
Agropecuária	7,0	-7,9	-1,0	1,6	4,5
Indústria extrativa mineral	0,4	-0,3	-0,1	0,7	0,0
Outros ^{2/}	2,9	-0,2	-0,0	0,6	0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

semimanufaturados elevaram-se 7,4%, com ênfase nos aumentos nos embarques de pastas químicas de madeira, 149,3%; e ouro em formas não-monetário, 56,8%, e as de produtos manufaturados cresceram 4,5%, ressaltando-se as elevações nas vendas de carne de peru em preparações e conservas, 75,0%, e de álcool etílico, 36,9%. China, Holanda, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Itália adquiriram, em conjunto, 58% das exportações da região, no período.

A evolução das importações decorreu de variações respectivas de -1,7% e 13,1% nos preços e no *quantum*. As compras de bens de capital aumentaram 0,7%, destacando-se de maquinaria industrial, 31,2%, e acessórios de maquinaria industrial, 196,4%; as aquisições de matérias-primas e produtos intermediários cresceram 15,8%, com as relativas a outras matérias-primas para agricultura, elevando-se 32,7%; e as importações de combustíveis e lubrificantes aumentaram 22,6%, com acréscimo de 23,4% nas aquisições de gás natural. As compras de bens de consumo recuaram 1,5% nos nove primeiros meses do ano, ressaltando-se a redução de 40,2% nas relativas a veículos. As importações provenientes da Bolívia, EUA, Alemanha, China, Coreia do Sul e Japão representaram, em conjunto, 63% das compras da região, no período.

De acordo com o Caged/MTE, foram criados 32 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (34,9 mil em igual período do ano anterior), dos quais 13 mil no setor de serviços, 5,3 mil na indústria de transformação, 4,5 mil na agropecuária e no comércio, e 4,4 mil na construção civil. A geração de empregos concentrou-se, no período, em Mato Grosso, 14,2 mil, e em Goiás, 12,6 mil.

A variação do IPCA no Centro-Oeste, agregando dados de Brasília e Goiânia, atingiu 0,74% no terceiro trimestre (1,03% no segundo), resultado de aumentos respectivos de 0,92% e 0,19% nos preços livres e nos monitorados (1,11% e 0,73% no segundo trimestre do ano).

O desempenho dos preços livres decorreu de aceleração, de 0,36% para 1,43%, nos preços dos produtos comercializáveis, influenciados pela variação cambial recente e pelo início da entressafra de alguns produtos agropecuários, e de desaceleração, de 1,71% para 0,51%, nos preços dos produtos não comercializáveis. No primeiro segmento, destacaram-se os aumentos nos itens leites e derivados, 9,85%; pão francês, 6,61% e carnes, 2,50%, e no segmento de bens não comercializáveis, as elevações nos itens empregado doméstico, 2,43%; aluguel residencial,

2,09%; e alimentação fora do domicílio, 1,91%. Os preços do grupo alimentação e bebidas, evidenciando reduções nos preços de tubérculos, raízes e legumes, 40,63%, e hortaliças e verduras, 11,51%, recuaram 0,67% no trimestre.

No âmbito dos preços monitorados, destacaram-se os aumentos nos itens plano de saúde, 2,33%; energia elétrica residencial, 1,75%; e gasolina, 0,62%, e os recuos nos itens ônibus urbanos, 2,69%; taxa de água e esgoto; 1,23% e produtos farmacêuticos, 0,44%. O índice de difusão atingiu 56,1% no terceiro trimestre do ano (55,7% no anterior).

Considerado período de doze meses até setembro, o IPCA variou 5,80% (6,57% em junho), com a inflação dos preços livres se deslocando de 7,86% para 7,12%, e a dos monitorados, de 2,71% para 1,81%. A variação dos preços dos itens comercializáveis recuou de 6,33% para 6,15%, e a dos preços dos itens não comercializáveis, de 9,08% para 7,91%.

A desaceleração na atividade econômica do Centro-Oeste refletiu não só a desaceleração da indústria, mas também a moderação da economia local, evidenciada pelo resultado do comércio e pelo menor volume de contratações. O desempenho positivo do mercado externo, impulsionado pelos resultados da agricultura, contribui para sustentar a demanda regional de veículos, principalmente no Mato Grosso. A desvalorização do real ocorrida no segundo trimestre, por sua vez, tende a amenizar os efeitos da queda nas cotações agrícolas no mercado internacional sobre a renda agrícola.

A desaceleração na atividade econômica do Centro-Oeste, em que pese o período de transição entre colheitas da safra de inverno e início do plantio da próxima safra, refletiu, assim como no trimestre anterior, a redução na produção da indústria de transformação e o menor dinamismo do setor de construção. Ressalte-se o desempenho favorável das exportações, impulsionadas pela agricultura, setor que, com importância fundamental na cadeia produtiva da região, tende a continuar em expansão em 2014.

Tabela 3.11 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012	2013		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,00	2,19	1,73	1,03	0,74
Livres	77,05	2,37	2,55	1,11	0,92
Comercializáveis	33,96	2,75	1,48	0,36	1,43
Não comercializáveis	43,10	2,06	3,42	1,71	0,51
Monitorados	22,95	1,62	-0,73	0,73	0,19
Principais itens					
Alimentos e bebidas	22,71	2,36	5,09	0,99	-0,67
Habitação	15,25	2,13	-1,58	1,61	1,39
Artigos de residência	4,69	2,82	1,34	1,36	1,78
Vestuário	6,24	2,64	0,03	1,24	1,06
Transportes	20,32	2,67	0,72	-0,50	1,08
Saúde	10,22	1,12	1,54	2,37	1,01
Despesas pessoais	10,99	2,76	1,84	2,29	1,63
Educação	4,66	0,59	5,83	0,45	0,92
Comunicação	4,91	0,93	0,32	0,26	-0,05

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

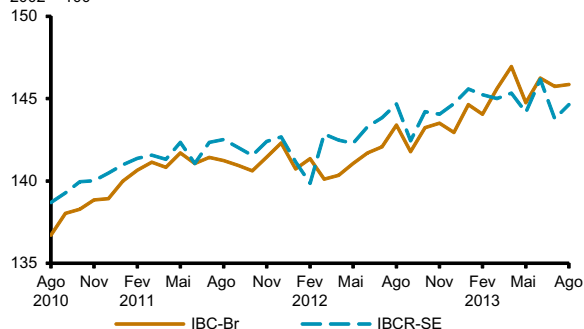


Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012 Ano	2013 Mai ^{1/}	2013 Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	8,0	0,2	2,8	4,6
Combustíveis e lubrificantes	6,2	3,8	1,9	9,2
Hiper e supermercados	9,3	-1,2	3,1	4,2
Tecidos, vestuário e calçados	1,4	3,7	-1,0	2,2
Móveis e eletrodomésticos	11,5	-1,6	3,3	5,2
Comércio ampliado	7,6	0,4	0,3	3,7
Automóveis e motocicletas	6,7	0,1	-2,9	0,9
Material de construção	7,9	-0,9	-1,6	5,8

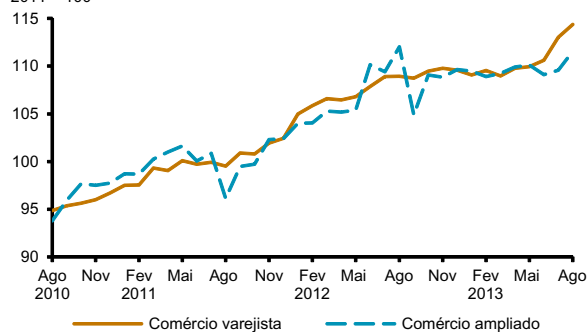
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Indicadores publicados desde a divulgação do último Boletim, a exemplo da produção industrial, apontam moderação da atividade econômica do Sudeste. Nesse cenário, apesar do vigor do comércio varejista, o IBCR-SE mostrou estabilidade no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 1,2% em agosto, em relação a igual período de 2012 (1,4% em maio).

As vendas varejistas da região, estimadas com base em dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, aumentaram 2,8% no trimestre terminado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando haviam crescido 0,2%, no mesmo tipo de análise. Esse resultado refletiu, em especial, os aumentos nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 3,3%; e hipermercados e supermercados, 3,1%. As vendas do comércio ampliado, incorporados os recuos nas relativas a veículos, 2,9%, e material de construção, 1,6%, cresceram 0,3% no período (0,4% no trimestre encerrado em maio).

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 4,6% em agosto, em relação a igual período de 2012 (5,8% em maio), e as do comércio ampliado, evidenciando elevações respectivas de 0,9% e 5,8% nas vendas de veículos e de material de construção, cresceram 3,7% (6,8% em maio).

O setor de serviços da região Sudeste cresceu 7,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior (7,8% em maio), de acordo com a PMS, do IBGE. Destacaram-se as elevações de 8,7% nos segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares, e transportes e correio. Considerados períodos de doze meses, o setor de serviços expandiu 8,2% em agosto, em relação a igual período de 2012 (8,6% em maio).

Tabela 4.2 – Receita nominal de serviços – Sudeste

Segmentos	Variação % no período			
	2012		2013	
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	9,7	7,8	7,5	8,2
Serviços prestados às famílias	10,7	11,5	11,3	10,1
Serviços de informação e comunicação	6,7	7,1	5,9	6,3
Serviços profissionais e administrativos	12,5	8,5	8,7	9,6
Transportes e correio	11,4	8,7	8,7	10,1
Outros serviços	8,4	2,5	3,5	4,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Tabela 4.3 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,2	-2,1	0,7
Indústria extrativa	5,3	-4,6	1,9	-3,7
Indústria de transformação	94,7	0,2	-2,5	0,9
Alimentos	10,9	-3,4	-3,4	2,4
Veículos automotores	9,3	2,7	-5,8	3,9
Refino de petróleo e álcool	9,1	1,8	-0,9	6,7
Outros produtos químicos	7,7	0,5	1,0	2,1
Metalurgia básica	7,6	1,0	-0,7	-5,0

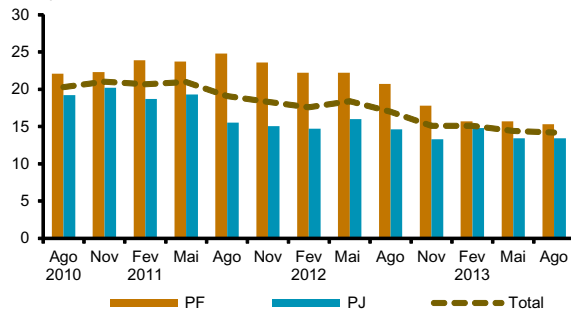
Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.4 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2013 ^{1/}	
	2010	2011	2012	2013 ^{1/}	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	36,7	-30,0	6,2	23,2	84 090	44
Brasil	23,5	-18,0	12,3	38,3	190 228	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até julho.

A produção industrial da região decresceu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A indústria extrativa expandiu 1,9% e a de transformação, evidenciando reduções em quatorze das 23 atividades pesquisadas, declinou 2,5%. Destacaram-se os recuos nas indústrias farmacêutica, 20,2%; de veículos automotores, 5,8%; e de alimentos, 3,4%; e as expansões nos segmentos produtos de metal, 5,0%; e máquinas e equipamentos, 1,8%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do Sudeste cresceu 0,7% em agosto (reco de 0,4% em maio), destacando-se as elevações respectivas de 6,7% e 3,9% nos segmentos refino de petróleo e álcool, e veículos automotores, e as retrações nas atividades edição, impressão e reprodução de gravações, 8,2%, e metalurgia básica, 5,0%.

De acordo com a CNI, o Icei da região atingiu 52,2 pontos em setembro (52,1 em junho e 55,6 pontos em setembro de 2012). A evolução trimestral decorreu de variações respectivas de -0,3 ponto e 0,2 ponto nos componentes condições atuais e expectativas.

A Sondagem Industrial da CNI revelou que o indicador de expectativas em relação à produção atingiu 51,4 pontos em agosto (50,5 pontos em julho e 53,5 pontos em agosto de 2012). O indicador de estoques, aproximando-se do nível desejado, atingiu 51,7 pontos (52,5 pontos em julho e 52,6 pontos em agosto de 2012).

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região totalizou R\$1.347,7 bilhões em agosto, aumentando 3,2% no trimestre e 14,2% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$558,7 bilhões, com variações respectivas de 3,9% e 15,3% nos períodos considerados, destacando-se o dinamismo da modalidade financiamento imobiliário. O estoque contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$789,1 bilhões, com elevações de 2,7% no trimestre e de 13,4% em doze meses, com destaque para as operações de financiamento rural.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,9% em agosto, variando -0,3 p.p. no trimestre e -0,5 p.p. em doze meses. O recuo trimestral decorreu de reduções respectivas de -0,5 p.p. e -0,2 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência totalizou, na ordem, 4,6% e 1,8%.

Tabela 4.5 – Necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Total	-16 954	-12 709	22 571	20 494
Governos estaduais	-12 383	-7 262	17 688	15 669
Capitais	-2 281	-4 114	4 464	4 454
Demais municípios	-2 290	-1 333	420	371

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2013 Jun
		2012 Dez	Nominal Primário	Juros Total ^{3/}		
	Total	396 934	-12 709	20 494	7785	65
Gov. estaduais	321 925	-7 262	15 669	8 407	618	330 950
Capitais	75 101	-4 114	4 454	340	-431	75 010
Demais municípios	-92	-1 333	371	-962	-122	-1 176

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.7 – Dívida líquida – Sudeste^{1/}

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Jun
Dívida bancária	9 484	15 679	21 076
Renegociação ^{2/}	334 203	360 005	366 924
Dívida externa	15 654	20 730	25 464
Outras dívidas junto à União	16 903	16 474	15 224
Dívida reestruturada	825	845	869
Disponibilidades líquidas	-18 682	-16 799	-24 774
Total (A)	358 386	396 934	404 784
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	546 077
(A/B) (%)	72,9	73,3	74,1

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Os desembolsos do BNDES para a região Sudeste somaram R\$84,1 bilhões no período de doze meses encerrado em julho (44% do total no país), com crescimento de 23,2% em relação a igual período de 2012.

O *superavit* primário dos governos dos estados, capitais e principais municípios do Sudeste totalizou R\$12,7 bilhões no primeiro semestre do ano. O recuo de 25% em relação a igual período de 2012 decorreu de reduções respectivas de 41,4% e 41,8% nos resultados dos governos estaduais e dos principais municípios e de aumento de 80,4% no *superavit* das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$20,5 bilhões (R\$22,6 bilhões no primeiro semestre de 2012), com destaque para a redução de 11,4% na esfera dos governos estaduais. O *deficit* nominal aumentou de R\$5,6 bilhões, no primeiro semestre de 2012, para R\$7,8 bilhões.

A dívida líquida dos estados, capitais e principais municípios da região atingiu R\$404,8 bilhões em junho (74,1% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 2% em relação a dezembro de 2012.

A produção de grãos da região Sudeste para 2013 está estimada em 19,6 milhões de toneladas em 2013 (10,5% da produção nacional), de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE. O aumento de 1,9% em relação à safra de 2012 reflete os prognósticos de aumento de 16,8% para a safra de soja, decorrente de expansões de 13,1% da área colhida e 3,3% da produtividade, e de reduções respectivas de 8%, 7% e 2,8% para as colheitas de feijão, arroz e milho, decorrentes de recuos no rendimento médio das culturas de feijão e milho, e na área colhida de arroz. Adicionalmente, estima-se aumento de 5,4% para a safra de cana de açúcar e reduções de 8,1% para a de café, em ciclo bienal de baixa produtividade, e de 17% para a de laranja, em razão da redução do rendimento.

De acordo com prognóstico divulgado pela Conab em outubro, a produção de grãos no Sudeste deverá variar de -1,5% a 1,6% em 2014, ressaltando-se as estimativas de redução, de 2% a 5,3%, para a safra do milho, e de expansão, de 4,9% a 7,9%, para a de soja.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF variaram 16,1%, -9% e -0,4%, respectivamente, nos oito primeiros meses de

Tabela 4.8 – Produção agrícola – Sudeste

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2012	2013	
Grãos		19 227	19 597	1,9
Arroz (em casca)	0,2	153	142	-7,0
Feijão	2,1	887	816	-8,0
Milho	6,7	12 471	12 122	-2,8
Soja	4,7	4 545	5 308	16,8
Outras lavouras				
Café	21,9	2 698	2 481	-8,1
Banana	2,7	2 276	2 351	3,3
Cana-de-açúcar	40,0	438 612	462 416	5,4
Laranja	8,3	15 418	12 793	-17,0

Fonte: IBGE

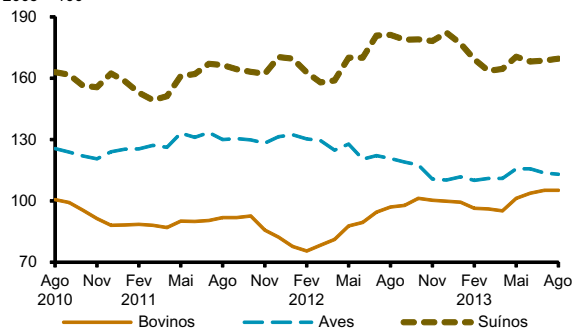
1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Gráfico 4.4 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.9 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	99 281	88 977	-10,4	-1,6
Básicos	39 543	33 139	-16,2	-0,7
Industrializados	59 737	55 838	-6,5	-2,5
Semimanufaturados	13 759	12 615	-8,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	45 979	43 222	-6,0	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.10 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	89 278	98 220	10,0	8,7
Bens de capital	22 735	23 359	2,7	6,5
Matérias-primas	39 578	42 931	8,5	7,8
Bens de consumo	14 714	15 976	8,6	4,6
Duráveis	7 160	7 607	6,3	-1,3
Não duráveis	7 554	8 369	10,8	12,5
Combustíveis e lubrificantes	12 251	15 954	30,2	19,0

Fonte: MDIC/Secex

2013, em relação a igual período de 2012, de acordo com o MAPA. O aumento do abate de bovinos foi estimulado pelo crescimento da demanda externa e pela maior inserção do produto brasileiro no mercado internacional, em decorrência do ganho de competitividade associado ao aprimoramento tecnológico no campo e à melhor logística de embarque. O desempenho desfavorável da avicultura refletiu o aumento dos custos de produção e a redução do preço no mercado interno.

A balança comercial da região foi deficitária em US\$9,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2013, ante o *superavit* de US\$10 bilhões em igual período de 2012. A reversão decorreu de redução de 10,4% nas exportações e aumento de 10% nas importações, que atingiram US\$89 bilhões e US\$98,2 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações, evidenciando retrações de 6% nos preços e de 4,7% no *quantum*, refletiu o recuo das vendas em todas as classes de produtos, com ênfase em produtos básicos (16,2%), principalmente óleos brutos de petróleo (43,6%). Os principais destinos foram China, EUA, Argentina, Holanda e Japão (49,7% do total, no período).

A evolução das importações, resultante de variações de -0,8% nos preços e de 10,9% no *quantum*, repercutiu os aumentos das compras em todas as categoria de uso, com destaque para combustíveis e lubrificantes (30,2%). As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Argentina e Nigéria representaram, em conjunto, 48,5% do total importado pelo Sudeste, no período.

O mercado de trabalho da região registrou, de acordo com estatísticas do Caged, do MTE, a criação de 137,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (186 mil em igual período de 2012). Destacaram-se as contratações líquidas nos segmentos serviços, 51,2 mil; agropecuária, 40,8 mil; e comércio, 37 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal da região cresceu 0,1% no trimestre terminado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando havia aumentado 0,3%, nesse tipo de análise.

A taxa média de desemprego do Sudeste, consideradas as PMEs para as Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 5,3% no trimestre encerrado em agosto. A retração de 0,2 p.p. em relação a igual período de 2012 decorreu de expansões de 0,5% na população ocupada e de 0,4% na

Tabela 4.11 – Evolução do emprego formal – Sudeste

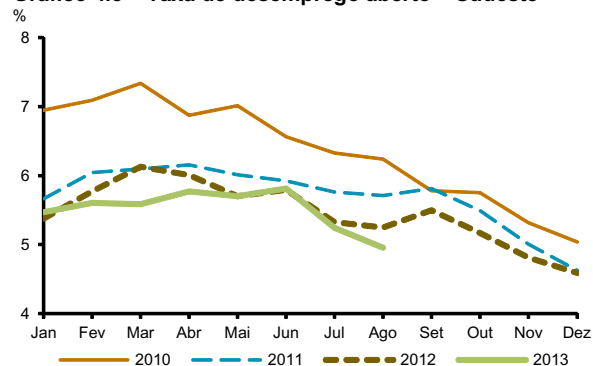
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	186,0	87,0	-202,7	265,1	137,4
Indústria de transformação	12,7	9,8	-49,9	61,8	0,3
Comércio	42,5	99,5	-41,1	5,0	37,0
Serviços	62,3	72,6	-22,0	91,5	51,2
Construção civil	18,9	-25,0	-11,9	29,2	6,6
Agropecuária	41,0	-67,4	-68,8	67,4	40,8
Serviços ind. de utilidade pública	3,0	1,3	2,8	0,3	-1,8
Outros ^{2/}	5,7	-3,8	-11,9	9,9	3,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.5 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

Tabela 4.12 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	5,57	1,29	0,56	5,70
Livres	75,7	6,33	1,20	0,92	7,30
Comercializáveis	33,1	4,29	0,44	1,08	6,33
Não comercializáveis	42,6	8,05	1,81	0,82	8,13
Monitorados	24,3	3,40	1,59	-0,57	1,00
Principais itens					
Alimentação	22,9	8,97	1,43	0,02	8,82
Habitação	14,8	6,61	1,97	1,58	3,77
Artigos de residência	4,2	0,75	0,90	1,97	6,18
Vestuário	5,9	6,49	2,01	0,02	5,06
Transportes	19,6	0,32	0,23	-0,80	2,11
Saúde	11,6	6,28	2,59	1,30	7,28
Despesas pessoais	11,3	10,17	1,51	1,79	8,55
Educação	4,9	7,85	0,32	0,71	7,94
Comunicação	4,8	0,28	-0,14	0,15	0,59

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, respectivamente, 1,4% e 1,9%, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 5,3% no trimestre encerrado em agosto (mesmo patamar do trimestre finalizado em maio).

A inflação na região Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas RMSP, RMRJ e RMBH, atingiu 0,56% no trimestre encerrado em setembro (1,29% no segundo trimestre do ano), resultado da desaceleração dos preços livres, de 1,20% para 0,92%, e recuo da variação dos preços monitorados, de 1,59% para -0,57%.

No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis aceleraram de 0,44% para 1,08%, destacando-se os aumentos nos itens leites e derivados, 6,51%; panificados, 3,23%; aparelhos eletroeletrônicos, 2,76%; bebidas e infusões, 1,81%; e carnes, 1,76%. Os preços dos bens não comercializáveis desaceleraram de 1,81% para 0,82%, reflexo, principalmente, das reduções nos itens tubérculos, 32,27%, e hortaliças e verduras, de 4,71%. Os preços dos serviços desaceleraram de 1,87% para 1,84%, no período, destacando-se a redução no item alimentação fora do domicílio, de 2,40% para 1,34%.

A evolução dos preços monitorados no terceiro trimestre de 2013 traduziu, em especial, o recuo de 4,72% no preço das passagens dos ônibus urbanos. O índice de difusão médio recuou 2,4 p.p., atingindo 52,5% no período.

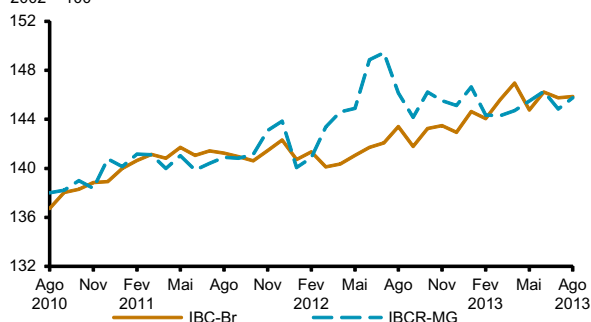
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 5,70% em setembro (6,52% em junho), reflexo de desacelerações nos preços livres, de 8,05% para 7,30%, e nos monitorados, de 2,08% para 1,00%.

A atividade econômica do Sudeste segue moderada na margem, especialmente, no setor industrial. Em ambiente de demanda doméstica relativamente robusta e desvalorização cambial ocorrida ao longo do ano, entre outros aspectos, antecipa-se, para os próximos trimestres, trajetória mais benigna para a atividade industrial da região do que a recentemente observada.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados
2002 = 100



O PIB de Minas Gerais, influenciado pela retração na atividade agropecuária, contraiu 0,1% no segundo trimestre de 2013, em relação ao anterior, quando recuara 0,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Considerados intervalos de doze meses, o crescimento do PIB mineiro atingiu 1,5% em junho (2,2% em março).

Dados mais recentes, evidenciando a recuperação da indústria extrativa e do comércio, sugerem tendência de retomada da economia do estado. Nesse sentido, após estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro e contração no subsequente, o IBCR-MG cresceu 0,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuara 0,4%, nesse tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-MG aumentou 0,6% em agosto (2,5% em maio).

Tabela 4.13 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,7	-0,5	1,4	2,1
Combustíveis e lubrificantes	7,7	-0,4	2,5	7,6
Hiper e supermercados	2,5	-4,1	3,8	-3,0
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	3,5	-2,4	1,7
Móveis e eletrodomésticos	21,8	3,1	3,2	11,8
Comércio ampliado	5,7	0,2	-0,8	2,2
Veículos e motos, partes e peças	4,0	-0,1	-4,8	3,9
Material de construção	4,9	0,4	1,3	2,6

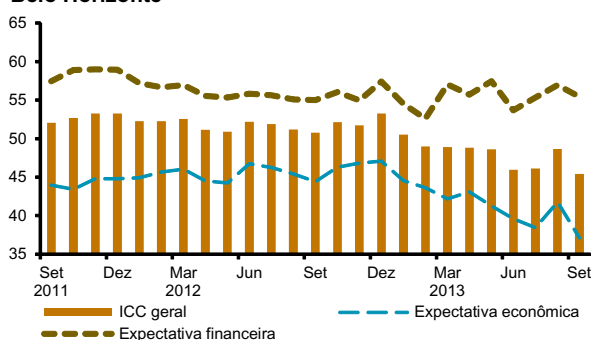
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

As vendas varejistas no estado cresceram 1,4% no trimestre encerrado em agosto, relativamente ao finalizado em maio, quando haviam recuado pelo terceiro trimestre consecutivo, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os crescimentos nos segmentos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 3,8%, e móveis e eletrodomésticos, 3,2%, e o recuo de 2,9% nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de -4,8% e 1,3% nas vendas de veículos e de material de construção, decresceu 0,8% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 1,4% em agosto, em relação a igual período de 2012 (3,6% em maio). Essa desaceleração foi determinada, em especial, pelas reduções respectivas de 2,1 p.p. e 4,4 p.p. nas variações das vendas nos segmentos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, e móveis e eletrodomésticos. O comércio ampliado cresceu 2,2% no período (4,6% em maio), com aumentos de 3,9% nas vendas de veículos e de 2,6% nas de material de construção.

Gráfico 4.7 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte



Fonte: Ipead/UFMG

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), recuou de 46 pontos, em junho, para 45,4 pontos, em setembro, menor nível para o mês desde 2005. O componente expectativa econômica recuou

Tabela 4.14 – Receita nominal de serviços – Minas Gerais
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	10,0	5,9	5,9	5,8
Serviços prestados às famílias	12,3	4,3	6,8	5,5
Serviços de informação e comunicação	6,0	2,5	5,0	3,5
Serviços profissionais e administrativos	15,9	12,2	7,3	8,8
Transportes e correio	10,0	5,4	5,5	5,9
Outros serviços	1,6	-1,2	6,3	2,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Tabela 4.15 – Produção industrial – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

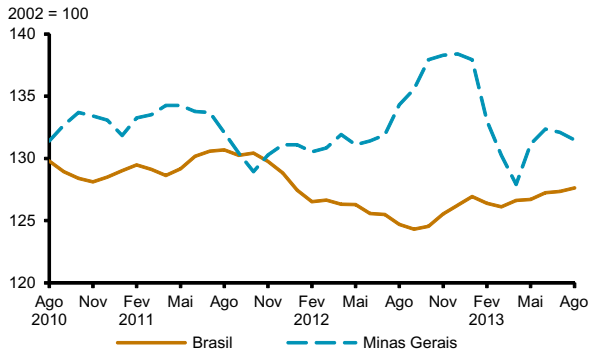
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,4	0,3	1,2
Indústria extrativa	14,2	-6,3	5,5	-2,8
Indústria de transformação	85,8	-1,3	-0,8	1,9
Metalurgia básica	16,9	3,2	-1,5	-5,1
Veículos automotores	16,4	1,7	-15,3	7,9
Alimentos	14,0	0,2	3,0	2,9
Minerais não metálicos	7,4	-3,3	1,5	-2,9
Outros produtos químicos	7,0	-24,7	31,1	1,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.8 – Produção industrial – Minas Gerais
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

2,5 p.p. no período, com deterioração mais acentuada na percepção sobre a situação econômica do país, e o componente expectativa financeira aumentou 1,8 p.p., com evolução positiva da expectativa sobre a situação financeira da família.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 5,9% em Minas Gerais, no trimestre encerrado em agosto, em relação a igual período do ano anterior (5,8% em maio), de acordo a PMS do IBGE. Destacaram-se, no período, os aumentos nos serviços profissionais, administrativos e complementares, 7,3%; serviços às famílias, 6,8%; e outros serviços, 6,3%. Considerados períodos de doze meses, o setor de serviços expandiu 6,3% em agosto, em relação a igual período de 2012 (7,3% em maio).

A produção industrial de Minas Gerais aumentou 0,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia retraído 1,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa mineral cresceu 5,5%, e a de transformação recuou 0,8%, ressaltando-se as retrações nos segmentos veículos automotores, 15,3%, e metalurgia básica, 1,5%, e as expansões nas produções de outros produtos químicos, 31,1%, e de alimentos, 3%, com ênfase no desempenho de carnes e miudezas de aves congeladas, iogurte e leite em pó.

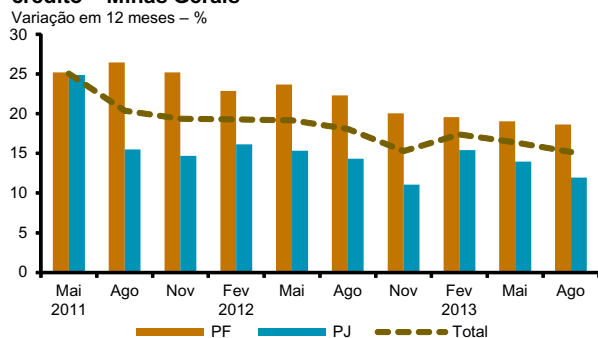
Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado cresceu 1,2% em agosto, em relação a igual período de 2012 (2,1% em maio). A produção da indústria extrativa decresceu 2,8%, influenciada pelo recuo na exploração de minério de ferro, e a da indústria de transformação expandiu 1,9%, impulsionada pelos aumentos nos segmentos veículos automotores, 7,9%, e alimentos, 2,9%.

De acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o faturamento real, o emprego e as horas trabalhadas na indústria mineira recuaram, na ordem, 2,6%, 0,4% e 0,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio. O Nuci atingiu 84,6%, decréscimo trimestral de 0,6 p.p.

O Icei/MG, divulgado pela Fiemg, atingiu 51,6 pontos em setembro (52,6 pontos em junho e 57 pontos em setembro de 2012). A redução trimestral decorreu de recuos no Índice de Condições Atuais, 1,4 ponto, evidenciando a deterioração da utilização da capacidade instalada, e no Índice de Expectativas para os próximos seis meses,

0,9 ponto, impactado pela redução nas perspectivas de contratação.

Gráfico 4.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil em Minas Gerais totalizaram R\$228,0 bilhões em agosto, aumentando 2,8% no trimestre e 15,2% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$113,8 bilhões, com acréscimos respectivos de 4,7% e 18,6%, destacando-se as modalidades financiamentos imobiliários, crédito rural e consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$114,2 bilhões, aumentando 1,1% no trimestre e 11,9% em doze meses, com ênfase nas contratações das indústrias de veículos automotores, da administração pública e do comércio atacadista, exceto veículos.

A inadimplência destas operações de crédito atingiu 3,11% em agosto, com reduções de 0,16 p.p. no trimestre e 0,32 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções de 0,34 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,03 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, nos quais as taxas situaram-se, na ordem, em 4,05% e 2,23%.

Tabela 4.16 – Necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado de Minas Gerais	-2 481	-670	4 118	3 974
Governo estadual	-1 804	-461	3 981	3 847
Capital	-264	-131	70	68
Demais municípios	-413	-78	67	59

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.17 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
	Est. Minas Gerais	72 732	-670	3 974	3 304	759
Governo estadual	70 914	-461	3 847	3 386	762	75 063
Capital	1 572	-131	68	-63	-9	1 501
Demais municípios	245	-78	59	-19	5	230

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$670 milhões no primeiro semestre de 2013. A redução de 73% em relação a igual período do ano anterior decorreu de recuos no âmbito dos governos estadual, de R\$1,8 bilhão para R\$461 milhões; da capital, de R\$264 milhões para R\$131 milhões; e dos demais municípios, de R\$413 milhões para R\$9 milhões.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$4 bilhões no semestre. O decréscimo de 3,5% em relação a igual período de 2012 refletiu, em especial, a redução de 0,97 p.p., para 1,75%, na variação do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União, no período. O *deficit* nominal totalizou R\$3,3 bilhões, no semestre.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios mineiros somou R\$76,8 bilhões em junho, elevando-se 5,6% em relação a dezembro de 2012, com destaque para o aumento de 5,9% na dívida líquida do governo estadual. As dívidas da capital e dos principais municípios recuaram 4,6% e 5,9%, respectivamente, no período.

A safra de grãos do estado de Minas Gerais deverá somar 12,1 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o

Tabela 4.18 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	
Grãos	26,4	12 000	12 067	0,6
Feijão	4,0	634	565	-10,9
Milho	11,9	7 625	7 448	-2,3
Soja	8,6	3 073	3 375	9,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	18,2	70 521	71 912	2,0
Café	40,0	1 597	1 535	-3,9

Fonte: IBGE

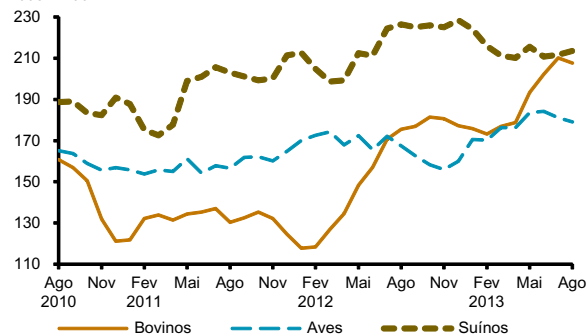
1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.19 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	25 033	24 714	-1,3	-1,6
Básicos	15 193	15 832	4,2	-0,7
Industrializados	9 840	8 881	-9,7	-2,5
Semimanufaturados	5 576	4 640	-16,8	-6,1
Manufaturados ^{1/}	4 264	4 241	-0,5	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

LSPA de setembro, do IBGE. O crescimento anual de 0,6% reflete projeções de aumento de 9,8% para a colheita de soja, influenciada pela expansão na área plantada, e de reduções para as produções de feijão, 10,9%, e de milho, 2,3%. Em relação às demais culturas, estão estimadas variações para a safra de cana-de-açúcar, 2%, e de café, -3,9%.

A produção de grãos do estado na próxima safra, de acordo com prognóstico da Conab, de outubro, deverá oscilar entre redução de 1,9% e crescimento de 1,4%. Essa projeção considera redução de 2,5% a 6,5% na produção de milho primeira safra, com parcela dos produtores direcionando o plantio para a soja, cuja produção deverá aumentar de 4,9% a 7,3%.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 75% do total) cresceram 28,8% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2012. A cotação média da arroba do boi gordo aumentou 5,6% nesse período e 2,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio. Os abates de aves e suínos aumentaram, na ordem, 5,8% e 1,2%, no período.

O *superavit* da balança comercial de Minas Gerais atingiu US\$15,5 bilhões nos nove primeiros meses do ano, de acordo com o MDIC, recuando 4,3% em relação a igual período de 2012. As exportações somaram US\$24,7 bilhões e as importações, US\$9,2 bilhões, variando, na ordem, -1,3% e 4,3%, no período.

O desempenho das exportações decorreu de variações de 3,3% no *quantum* e de -4,5% nos preços. As vendas de produtos básicos aumentaram 4,2%, condicionadas pelos aumentos nas exportações de minério de ferro, 6,6%, e soja, 85,2%, e as de produtos semimanufaturados recuaram 16,8%, influenciadas pelas reduções nos embarques de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 57,1%, e de ferro-ligas, 21,6%. As exportações de produtos manufaturados declinaram 0,5%, destacando-se as reduções nas relativas a silício, 40,7%, e produtos laminados planos de ferro e aço, 28,7%, e os aumentos nas vendas de automóveis de passageiros, 107,9%, e de tubos de ferro fundido, ferro ou aço, 47,1%. China, Holanda, Argentina, Japão, EUA e Reino Unido adquiriram, em conjunto, 63% das exportações do estado, no período.

O aumento das importações refletiu a elevação de 9,6% no *quantum* e a redução de 4,9% nos preços. As compras de bens de capital aumentaram 2,1%, destacando-se

Tabela 4.20 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	8 844	9 222	4,3	8,7
Bens de capital	2 608	2 663	2,1	6,5
Matérias-primas	3 973	4 098	3,1	7,8
Bens de consumo	1 624	1 820	12,1	4,6
Duráveis	1 330	1 424	7,1	-1,3
Não duráveis	293	395	34,8	12,5
Combustíveis e lubrificantes	640	641	0,3	19,0

Fonte: MDIC/Secex

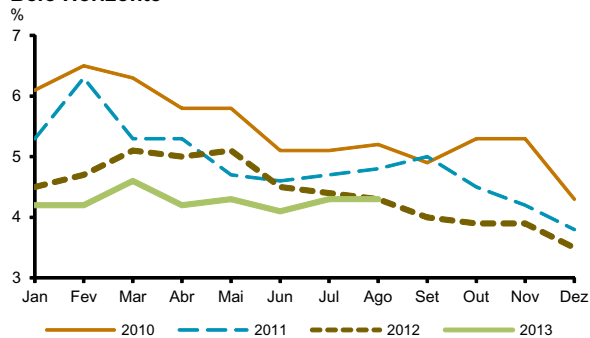
Tabela 4.21 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	54,9	-10,7	-39,6	69,0	38,0
Indústria de transformação	11,0	7,3	-10,2	12,7	1,9
Comércio	5,6	24,1	-8,7	2,6	5,8
Serviços	12,5	8,0	-3,4	19,3	11,5
Construção civil	8,9	-6,3	-7,2	8,7	1,2
Agropecuária	15,8	-43,8	-9,9	24,7	17,0
Indústria extrativa mineral	0,9	0,3	0,1	-0,1	0,3
Outros ^{1/}	0,2	-0,4	-0,3	1,1	0,3

Fonte: MTE

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

Gráfico 4.11 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte

Fonte: IBGE

a expansão de 19,1% nas relativas a equipamentos móveis de transporte, e as de matérias-primas e produtos intermediários cresceram 3,1%, com ênfase no aumento de 23,6% nas aquisições de acessórios de equipamentos de transporte. As importações de bens de consumo aumentaram 12,1%, ressaltando-se os acréscimos em produtos alimentícios, 65,7%, e automóveis de passageiros, 5,1%, e as de combustíveis e lubrificantes elevaram-se 0,3%, impactadas pelo aumento nas aquisições de coque. As importações provenientes da Argentina, EUA, China, Itália, Alemanha e México representaram 68% do total, no período.

O mercado de trabalho de Minas Gerais gerou 38 mil empregos formais no trimestre finalizado em agosto (54,9 mil no mesmo trimestre de 2012), dos quais 17 mil na agropecuária, 11,5 mil no setor de serviços, e 5,8 mil no comércio. De acordo com dados dessazonalizados, o emprego formal cresceu 0,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia aumentado 0,2%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego na RMBH atingiu 4,2% no trimestre encerrado em agosto (4,4% em igual período de 2012), segundo a PME do IBGE. A massa de rendimentos real recuou 4% no período, resultado de reduções de 2,3% no rendimento médio real e 1,7% na população ocupada remunerada. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego média atingiu 4,2% no trimestre (4,1% no trimestre finalizado em maio).

O IPCA da RMBH aumentou 0,35% no trimestre encerrado em setembro (1,32% naquele encerrado em junho), resultado de variações de 0,68% nos preços livres e de -0,74% nos monitorados (1,30% e 1,37%, respectivamente, no trimestre terminado em junho). Destacaram-se os aumentos de preços nos grupos artigos de residência, 2,71%, e despesas pessoais, 2,00%, e os recuos nos grupos transportes, 1,17%; alimentação e bebidas, 0,92%; e vestuário, 0,17%.

A evolução dos preços livres decorreu de arrefecimento no grupo de bens não comercializáveis, de 1,93% para 0,56%, com destaque para as elevações de preços nos itens empregado doméstico, 3,55%; aluguel residencial, 2,50%; e alimentação fora do domicílio, 0,89%, e de aceleração no segmento de bens comercializáveis, de 0,59% para 0,81%. Nesse grupo, impactado pela depreciação cambial recente e pelos efeitos sazonais de entressafra, destacaram-se os aumentos de preços nos itens leites e derivados, 4,18%; mobiliário, 2,73%; e carnes, 2,53%.

Tabela 4.22 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012	2013		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,56	2,22	1,32	0,35
Livres	77,2	1,94	3,13	1,30	0,68
Comercializáveis	36,1	2,48	2,00	0,59	0,81
Não comercializáveis	41,1	1,46	4,15	1,93	0,56
Monitorados	22,8	0,35	-0,76	1,37	-0,74
Principais itens					
Alimentos e bebidas	21,8	3,06	5,01	1,02	-0,92
Habitação	15,3	0,89	-1,55	2,99	1,21
Artigos de residência	5,2	-0,39	1,63	0,43	2,71
Vestuário	6,9	4,46	0,21	2,18	-0,17
Transportes	18,9	1,23	1,96	-0,20	-1,17
Saúde	10,9	1,29	1,35	2,57	1,48
Despesas pessoais	11,9	0,51	3,72	1,82	2,00
Educação	4,5	0,25	7,03	0,46	0,97
Comunicação	4,6	0,80	0,32	0,01	0,71

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

A retração de preços nos itens monitorados refletiu, em especial, os recuos nos itens em ônibus urbano, 5,35%; gasolina, 2,28%; e energia elétrica residencial, 1,90%. O índice de difusão atingiu 53% no trimestre encerrado em setembro (56,1% naquele encerrado em junho).

Considerados os últimos doze meses encerrados em setembro, IPCA variou 5,54%, em relação a igual intervalo de 2012, tendo os preços livres aumentado 7,22% no período e os monitorados, 0,21% (em junho, esse percentuais correspondiam a 6,66%, 8,36% e 1,31%, respectivamente). No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis variaram 6% (6,67% em junho), com destaque para os aumentos nos itens leites e derivados, 15,94%; pão francês, 14,45%; e calçados e acessórios, 8,86%. Os preços dos bens não comercializáveis variaram 8,32% no mesmo período (9,88% em junho), com ênfase nos aumentos nos itens aluguel residencial, 11,68%; empregado doméstico, 11,11%; e alimentação fora do domicílio, 10,30%. A evolução dos preços monitorados foi influenciada, em especial, pelas elevações nos itens plano de saúde, 8,46%; e gás de botijão, 7,04%, e pelas reduções nos preços dos itens energia elétrica residencial, 15,94%, e emplacamento e licença, 2,65%.

A economia do estado tende a mostrar recuperação no terceiro trimestre do ano, refletindo, em especial, o maior dinamismo da indústria extrativa e das vendas do comércio. A atividade varejista, sustentada pelos ganhos de renda, foi beneficiada pelo arrefecimento dos preços da alimentação, e a atividade extrativa refletiu o cenário externo mais favorável para as exportações de minério de ferro, *commodity* com peso relevante na estrutura da economia mineira.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados

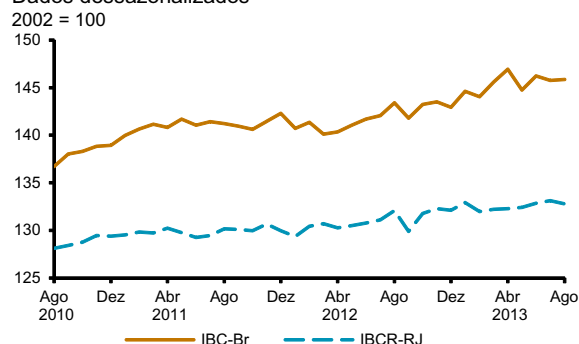


Tabela 4.23 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012 Ano	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	4,1	1,7	1,5	4,6
Combustíveis e lubrificantes	15,8	0,6	1,4	11,8
Hiper e supermercados	1,1	-0,4	2,5	2,1
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	5,1	-1,2	1,3
Móveis e eletrodomésticos	6,5	4,0	4,9	-1,0
Comércio ampliado	4,1	2,8	2,3	5,0
Veículos e motos, partes e peças	2,2	3,5	1,5	4,7
Material de construção	9,9	3,1	3,4	11,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.24 – Receita nominal de serviços – Rio de Janeiro

Segmentos	Var. %			
	2012 Ano	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	12,2	5,7	6,0	7,7
Serviços prestados às famílias	11,4	6,3	6,3	7,9
Serviços de informát. e comunicação	7,9	7,7	7,2	7,4
Serviços profission. e administrativos	13,7	6,9	6,9	9,4
Transportes e correio	15,9	6,3	5,9	8,7
Outros serviços	15,8	-8,3	-1,2	2,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A evolução da economia do estado do Rio de Janeiro no trimestre encerrado em agosto refletiu, em parte, o impacto de eventos atípicos na capital do estado (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e manifestações populares), que promoveram o turismo, mas implicaram fechamento parcial de estabelecimentos comerciais. As vendas do comércio varejista persistiram crescentes, mas com arrefecimento na margem, destacando-se o efeito da preservação de ganhos reais do rendimento do trabalho e da moderação dos preços da alimentação. O setor industrial do estado, respondendo ao desempenho negativo da indústria de transformação, voltou a recuar no trimestre.

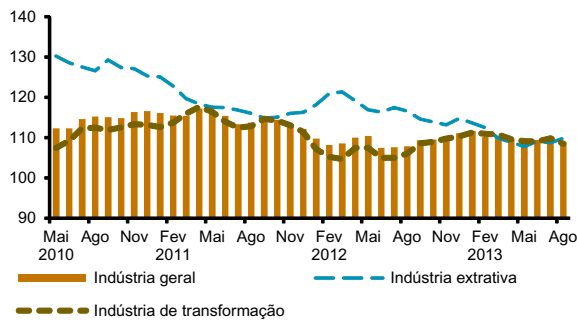
Nesse cenário, o IBCR-RJ aumentou 0,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando se manteve estável, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o índice cresceu 1,2% em agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior, mesma expansão de maio.

As vendas do comércio varejista cresceram 1,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando aumentaram 1,7%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 4,9%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,5%, esse beneficiado pela moderação da inflação de alimentos. Incluídos os aumentos nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 1,5%, e de material de construção, 3,4%, o comércio ampliado cresceu 2,3% no trimestre. Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista do estado cresceu 4,6% em agosto, em relação a igual período de 2012, e o comércio ampliado, 5,0% (4,7% e 6,5%, respectivamente, em maio).

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves totalizaram 66,9 mil unidades no trimestre encerrado em agosto, recuando 4,7% em relação ao trimestre finalizado em maio, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), dessazonalizados pelo Banco Central. Em setembro, as vendas atingiram 22,1 mil unidades (aumento mensal de 3%). Considerados períodos de doze meses, as vendas de automóveis e veículos comerciais leves cresceram 0,7%

Gráfico 4.13 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.25 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

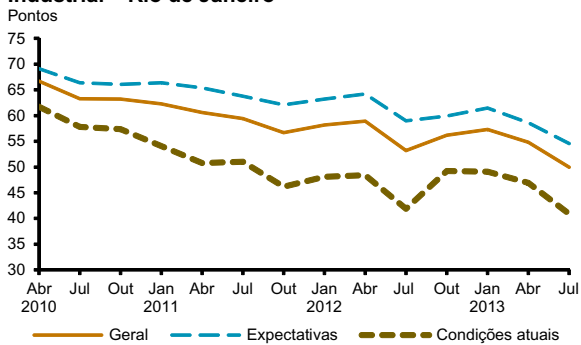
Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2013	2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-0,5	-0,6	-0,2
Indústria extrativa	18,5	-4,2	1,9	-5,8
Indústria de transformação	81,5	-1,6	-0,6	1,0
Metalurgia básica	15,7	4,2	-3,2	-13,3
Refino de petróleo e álcool	13,5	3,4	-2,8	1,8
Outros produtos químicos	8,2	3,0	0,5	10,0
Veículos automotores	6,7	-1,6	0,3	8,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

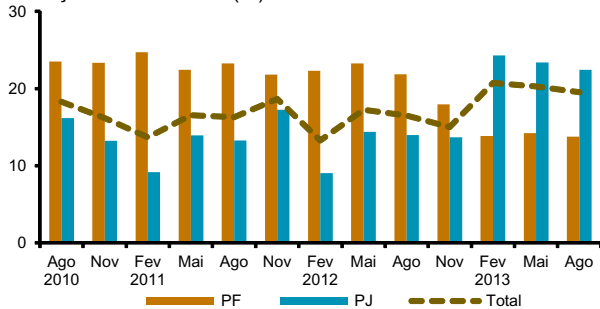
Gráfico 4.14 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro



Fonte: Firjan

Gráfico 4.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}

Variação em 12 meses (%)



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

em agosto, em relação a igual intervalo de 2012 (12,5% em maio).

A receita nominal do setor de serviços do estado do Rio de Janeiro cresceu, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, 6,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao mesmo período de 2012 (5,7% no finalizado em maio), destacando-se os aumentos nos segmentos serviços de informação e comunicação, 7,2%, e transportes e correio, 5,9%. Considerados períodos de doze meses, a receita do setor de serviços aumentou 7,7% em agosto, em relação a igual período de 2012 (9,5% em maio).

A produção industrial do estado recuou 0,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando decresceu 0,5%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A indústria de transformação retraiu 0,6% no período, com ênfase nos decréscimos dos segmentos de refino de petróleo e produção de álcool, 2,8%; e metalurgia, 3,2%. A indústria extrativa, favorecida pela operação de novas unidades de produção de petróleo, cresceu 1,9% no período. Considerados intervalos de doze meses, a indústria fluminense recuou 0,2% em agosto (-1,7% em maio), resultado de variações respectivas de -5,8% e 1,0% nas indústrias extrativa e de transformação.

De acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o número de horas trabalhadas na indústria recuou 1,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio. O faturamento real, o nível de emprego e a massa salarial real cresceram, na ordem, 1,1%, 1,0% e 0,6% no período. O Nuci atingiu 83,1% (81,4% no trimestre encerrado em maio), situando-se em patamar 1,9 p.p. superior à média da série histórica.

O Icei, divulgado pela Firjan, atingiu 50,0 pontos em julho, menor patamar desde o quarto trimestre de 2008, ante 54,8 pontos em abril e 53,2 pontos em igual período de 2012. A evolução trimestral decorreu de recuos respectivos de 6,0 pontos e de 4,0 pontos nos componentes condições atuais e expectativas.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil somou R\$313,5 bilhões em agosto (R\$99,5 bilhões no segmento de pessoas físicas e R\$214,1 bilhões no de pessoas jurídicas), expandindo 5% no trimestre e 19,5% em doze meses. A evolução trimestral refletiu os acréscimos de 3,4% no segmento de pessoas físicas, em

especial nos financiamentos imobiliários e no crédito consignado, e de 5,7% no de pessoas jurídicas, com ênfase nas modalidades financiamentos rurais e agroindustriais, e outros financiamentos.

A inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,32% em agosto (2,58% em maio), ocorrendo decréscimos respectivos de 0,52 p.p. e de 0,11 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que registraram, na ordem, taxas de 5,76% e 0,88%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro totalizou R\$2,19 bilhões no primeiro semestre do ano (R\$3,33 bilhões em igual período de 2012), destacando-se a redução, de R\$2,94 bilhões para R\$734 milhões, no resultado do governo estadual. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$3,46 bilhões no período, recuo de 7,5% em relação a igual período de 2012, e o *deficit* nominal somou R\$1,27 bilhão (R\$403 milhões no primeiro semestre de 2012).

A dívida líquida dos entes considerados atingiu R\$77,1 bilhões em junho. O acréscimo de 2,1% em relação ao encerramento de 2012 refletiu, em especial, o aumento de 3,5% na dívida do governo do estado.

A produção de cana-de-açúcar deverá recuar 12,7% em 2013, de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em setembro, com decréscimos de 10,4% na área colhida e de 2,6% na produtividade. Dentre as demais culturas, estão projetadas reduções para as produções de mandioca, 27%; tomate, 7%; e abacaxi, 2,2%. A safra de grãos do estado deverá decrescer 17,1% no ano, reflexo de recuos de 14,6% na área colhida e de 3% na produtividade.

A balança comercial do estado acumulou *deficit* de US\$1,9 bilhão nos nove primeiros meses do ano (*superavit* de US\$6,4 bilhões em igual período de 2012), de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$14,6 bilhões e as importações, US\$16,5 bilhões, variando -32,5% e 8,6%, respectivamente, no período. As vendas e as compras externas de óleos brutos de petróleo (53,8% e 15,3% dos respectivos totais) recuaram, na ordem, 45,1% e 18,4% no período.

O recuo das exportações decorreu de declínios de 9,0% nos preços e 26,1% no *quantum*, ressaltando-se a redução de 45,3% nas vendas de produtos básicos. Os principais destinos das exportações do estado foram EUA,

Tabela 4.26 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado do Rio de Janeiro	-3 334	-2 191	3 737	3 458
Governo estadual	-2 937	-734	3 333	3 055
Capital	56	-999	378	384
Demais municípios	-453	-459	26	20

^{1/} Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
Estado do Rio de Janeiro	75 567	-2 191	3 458	1 267	308	77 142
Governo estadual	69 338	-734	3 055	2 320	88	71 746
Capital	6 599	-999	384	-615	221	6 205
Demais municípios	-370	-459	20	-439	-1	-809

^{1/} Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

^{2/} A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

^{3/} O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

^{4/} Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.28 – Produção agrícola – Rio de Janeiro

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação % 2013/2012
		2012	2013 ^{2/}	
Grãos				
Café	7,8	15,8	16,9	7,1
Milho	0,9	15,0	13,3	-11,3
Outras lavouras				
Tomate	28,2	195,7	181,9	-7,0
Cana-de-açúcar	18,7	5 692,9	4 968,0	-12,7
Mandioca	10,6	324,4	236,7	-27,0
Abacaxi	8,9	133,1	130,2	-2,2

Fonte: IBGE

^{1/} Por valor da produção – PAM 2011.

^{2/} Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 4.29 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	21 606	14 582	-32,5	-1,6
Básicos	14 426	7 886	-45,3	-0,7
Industrializados	7 180	6 696	-6,7	-2,5
Semimanufaturados	1 667	1 295	-22,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	5 513	5 401	-2,0	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.30 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	15 168	16 478	8,6	8,7
Bens de capital	2 828	3 103	9,7	6,5
Matérias-primas	4 744	5 309	11,9	7,8
Bens de consumo	2 214	2 587	16,8	4,6
Duráveis	1 097	1 312	19,6	-1,3
Não duráveis	1 117	1 275	14,1	12,5
Combustíveis e lubrificantes	5 382	5 479	1,8	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.31 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

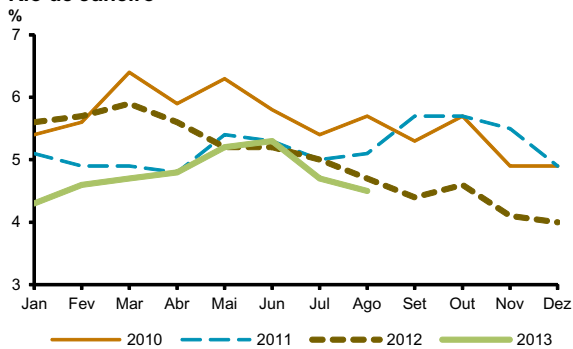
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	30,9	36,0	-35,3	34,9	17,2
Indústria de transformação	1,8	5,7	-2,8	7,4	2,2
Comércio	4,6	21,6	-13,8	1,7	2,9
Serviços	15,5	14,5	-13,0	18,1	8,1
Construção civil	5,9	-2,5	0,1	5,8	3,8
Agropecuária	1,5	-2,2	-2,0	1,5	1,8
Serviços ind. utilidade pública	1,4	0,1	0,0	-0,6	-2,0
Outros ^{2/}	0,2	-1,2	-3,8	1,1	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.16 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

China e Holanda (56% dos embarques nos nove primeiros meses do ano).

O crescimento das importações decorreu de recuo de 4,8% nos preços e aumento de 14,1% no *quantum*, destacando-se as elevações nas aquisições de bens de consumo, 16,8%, e matérias-primas, 11,9%. As importações provenientes dos EUA, Arábia Saudita e China representaram, em conjunto, 38,9% das compras do estado no período.

A economia fluminense criou, de acordo com o Caged-MTE, 17,2 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto (30,9 mil em igual período de 2012), dos quais 8,1 mil no setor de serviços, 3,8 mil na construção civil e 2,9 mil no comércio. Considerados dados dessazonalizados, o emprego formal cresceu 0,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia aumentado 0,6%, na mesma base de comparação.

De acordo com a PME do IBGE, a população ocupada e a PEA da RMRJ cresceram, em média, 1,6% e 1,5%, respectivamente, no trimestre encerrado em agosto, em relação a igual período de 2012, e a taxa média de desemprego recuou 0,2 p.p., para 4,8%. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa salarial real elevaram-se 4,0% e 6,8%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego aumentou 0,2 p.p. no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio.

O IPCA da RMRJ variou 0,43% no terceiro trimestre de 2013 (1,88% no anterior), resultado de recuo de 0,66% nos preços dos itens monitorados – em especial, devido ao retorno das tarifas de ônibus urbano aos valores anteriores aos reajustes – e de aumento de 0,84% nos preços livres (variações respectivas de 2,36% e 1,7% no segundo trimestre do ano). No âmbito dos preços livres, os comercializáveis variaram 1,52% e os não comercializáveis, 0,41% (1,2% e 2,02% no segundo trimestre), destacando-se o impacto da redução de 19,23% nos preços dos alimentos *in natura* e do arrefecimento, de 1,98% para 1,46%, nos serviços. O índice de difusão atingiu 52,7% no terceiro trimestre (57,1% no trimestre encerrado em junho).

A variação do indicador acumulada nos últimos doze meses encerrados em setembro atingiu 5,96%, ante 7,34% em junho, recuo decorrente de desacelerações dos preços monitorados, de 3,73% para 1,98%, e dos livres, de 8,78% para 7,51%, essa evidenciando reduções nas variações nos

Tabela 4.32 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012	2013		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	2,27	1,25	1,88	0,43
Livres	72,7	2,56	2,22	1,70	0,84
Comercializáveis	28,0	3,05	1,64	1,20	1,52
Não comercializáveis	44,7	2,26	2,59	2,02	0,41
Monitorados	27,3	1,52	-1,22	2,36	-0,66
Principais itens					
Alimentação	23,4	2,49	4,42	2,12	-0,16
Habitação	16,3	3,06	-1,98	2,30	1,52
Artigos de residência	3,8	-0,17	2,05	0,26	2,98
Vestuário	5,1	2,82	-0,56	2,50	0,07
Transportes	17,8	1,31	0,30	1,65	-1,04
Saúde	12,0	1,68	1,99	3,06	1,26
Despesas pessoais	11,2	5,49	-0,46	1,94	0,85
Educação	4,9	0,43	5,68	0,43	0,81
Comunicação	5,5	-0,08	0,35	-0,36	0,07

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2013.

grupos de bens comercializáveis, de 7,79% para 7,59%, e não comercializáveis, de 9,41% para 7,46%. No mesmo período, os preços aumentaram 2,23% no grupo transportes, que inclui os itens monitorados gasolina e ônibus urbano, e 9,12% no grupo alimentação e bebidas.

A evolução da economia do estado do Rio de Janeiro foi favorecida, no trimestre encerrado em agosto, pelo impacto dos mercados de trabalho e de crédito sobre a atividade varejista, e pelos investimentos em execução. Esses fatores tendem a se manter presentes nos próximos meses, contribuindo para evolução moderada da atividade econômica fluminense.

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados
2002 = 100

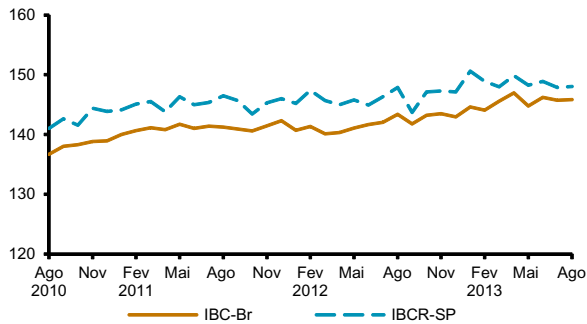


Tabela 4.33 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

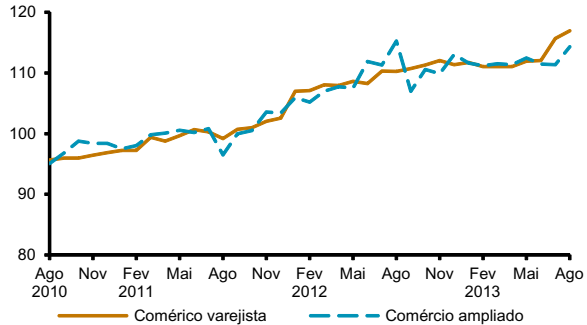
Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,6	-0,1	3,2	5,6
Combustíveis e lubrificantes	2,0	8,3	2,4	9,2
Hiper e supermercados	14,2	-0,3	3,2	7,4
Tecidos, vestuário e calçados	-0,5	3,3	0,7	2,3
Móveis e eletrodomésticos	10,0	-3,9	2,7	5,2
Comércio ampliado	9,7	-0,2	0,5	4,1
Automóveis e motocicletas	10,4	2,9	0,1	0,8
Material de construção	7,1	-2,6	-4,2	4,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.34 – Receita nominal de serviços – São Paulo

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	8,9	8,8	8,3	8,8
Serviços prestados às famílias	9,9	15,0	14,6	11,6
Serv. de informação e comunicação	6,3	7,6	5,6	6,4
Serv. profissionais e administrativos	11,5	8,8	9,4	9,4
Transportes e correio	10,7	10,1	10,4	11,8
Outros serviços	6,7	6,1	5,0	6,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

São Paulo

A economia paulista foi sensibilizada, nos meses recentes, pela retração da produção industrial. Nesse ambiente, embora o comércio varejista mostrasse dinamismo acentuado, o IBCR-SP recuou 0,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses revela que o indicador cresceu 1,5% em agosto, em relação a igual período de 2012 (1,3% em maio).

As vendas do comércio varejista cresceram 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam recuado 0,1%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 4,8%; hipermercados e supermercados, 3,2%; móveis e eletrodomésticos, 2,7%; e combustíveis e lubrificantes, 2,4%. O comércio ampliado, refletindo variações de 0,1% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de -4,2% nas de material de construção, aumentou 0,5% no trimestre (-0,2% naquele encerrado em maio).

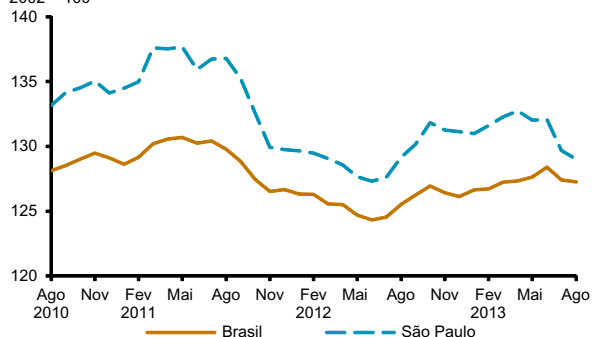
Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado cresceram 5,6% em agosto, em relação a igual período de 2012 (6,7% em maio), destacando-se os aumentos nos segmentos combustíveis e lubrificantes, 9,2%; hipermercados e supermercados, 7,4%; e móveis e eletrodomésticos, 5,2%. O comércio ampliado, refletindo os crescimentos de 0,8% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de 4,2% nas de material de construção, aumentou 4,1% (7,8% em maio), na mesma base de comparação.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), decresceu 9,0% no trimestre finalizado em setembro, em relação ao terminado em junho, consequência de recuos de 8,2% no componente associado às condições econômicas atuais e de 9,5% naquele que estima as expectativas. O ICC recuou 14,5% em relação ao trimestre correspondente de 2012, resultado de retrações respectivas de 13,2% e 15,3% nos componentes mencionados.

De acordo com a PMS, do IBGE, a receita nominal do setor de serviços de São Paulo cresceu 8,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação a igual período de 2012 (8,8% em maio), destacando-se os aumentos nos serviços profissionais, administrativos e complementares, 9,4%; nos

serviços auxiliares dos transportes e correio, 10,4%; e nos serviços de informação e comunicação, 5,6%. A análise em doze meses indica que o setor cresceu 8,8% em agosto, em relação a igual período de 2012 (8,7% em maio).

Gráfico 4.19 – Produção industrial – São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.35 – Produção industrial – São Paulo
Geral e setores selecionados

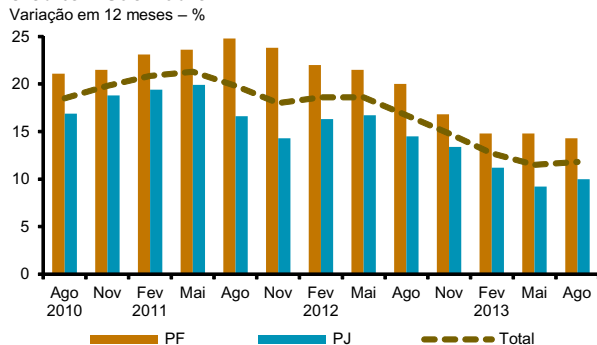
Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,3	-2,3	1,1
Alimentos	11,6	-3,7	-5,7	2,6
Veículos automotores	10,1	3,6	-4,7	2,4
Refino de petróleo e álcool	9,0	1,9	-0,2	6,9
Outros produtos químicos	8,4	3,4	-1,3	1,0
Máquinas e equipamentos	7,5	5,7	2,9	-2,5
Farmacêutica	5,7	-6,9	-23,0	-1,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.20 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A produção da indústria paulista recuou 2,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 0,3%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as reduções nas indústrias farmacêutica, 23,0%; de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 12,8%; e de alimentos, 5,7%, e os aumentos respectivos de 7,5% e 2,9% nos segmentos produtos de metal e máquinas e equipamentos.

Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria do estado cresceu 1,1% em agosto, em relação a igual período de 2012 (recoo de 0,4% em maio), destacando-se as expansões respectivas de 10,6% e 6,9% nas indústrias de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, e de refino de petróleo e álcool, e as reduções nos segmentos máquinas para escritório, 22,1%, e equipamentos de informática e de edição, impressão e reprodução de gravações, 9,4%.

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as vendas reais e as horas trabalhadas no setor variaram 0,5% e -2,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando haviam oscilado, na ordem, 0,9% e -1,8%, nesse tipo de análise. O Nuci recuou 0,6 p.p., para 81,0%, no trimestre.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas em São Paulo atingiu R\$763,9 bilhões em agosto, crescendo 2,7% no trimestre e 11,8% em doze meses. O total contratado no segmento de pessoas físicas, impulsionado pela modalidade financiamento imobiliário, totalizou R\$324,2 bilhões, elevando-se 3,7% e 14,3%, respectivamente, nas bases de comparação consideradas. A carteira das operações pactuadas no segmento de pessoas jurídicas somou R\$439,7 bilhões, elevando-se 1,9% no trimestre e 10% em doze meses, com destaque para a modalidade financiamento rural.

A inadimplência das operações de crédito em São Paulo atingiu 3,1% em agosto, variando -0,3 p.p. no trimestre e -0,6 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções respectivas de 0,5 p.p. e 0,2 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas,

nos quais a inadimplência situou-se em 4,5% e 2,2%, respectivamente.

Tabela 4.36 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado de S. Paulo	-10 358	-9 491	14 615	12 957
Governo estadual	-7 077	-5 954	10 287	8 680
Capital	-2 013	-2 932	4 011	3 996
Demais municípios	-1268	- 605	317	281

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2013
		2012	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	2013	Jun
Est. São Paulo	248 094	-9 491	12 957	3466	-972	250 588
Governo estadual	181 050	-5 954	8 680	2 726	-226	183 550
Capital	66 867	-2 932	3 996	1063	-626	67 304
Demais municípios	176	- 605	281	- 323	-120	- 267

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.38 – Produção agrícola – São Paulo

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas			Var. %
		Produção ^{2/}		2013/2012	
		2012	2013		
Produção de grãos		7 110	7 431	4,5	
Arroz (em casca)	0,2	82	93	13,4	
Feijão	1,0	236	236	-0,1	
Milho	3,9	4 755	4 596	-3,3	
Soja	2,6	1 472	1 933	31,4	
Outras lavouras selecionadas					
Café	3,2	313	231	-26,2	
Cana-de-açúcar	60,7	357 746	381 566	6,7	
Laranja	14,1	14 483	11 873	-18,0	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo somou R\$9,5 bilhões no primeiro semestre do ano. A redução de 8,4% em relação a igual período de 2012 decorreu de retrações nos resultados do governo do estado, 15,9%, e dos demais municípios, 52,3%, e de aumento de 45,7% no *superavit* da capital.

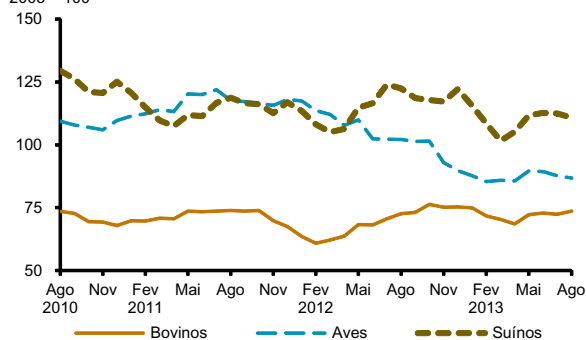
Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$13 bilhões no primeiro semestre do ano. O recuo de 11,3% em relação a igual período de 2012 evidenciou as retrações respectivas de 15,6%, 0,4% e 11,2% nas esferas de governo consideradas. O *deficit* nominal somou R\$3,5 bilhões (R\$4,3 bilhões no primeiro semestre de 2012).

A dívida líquida do estado, da capital e dos demais principais municípios somou R\$250,6 bilhões em junho (61,9% da dívida da região Sudeste), elevando-se 1% em relação a dezembro de 2012.

A safra de grãos do estado deverá totalizar 7,4 milhões de toneladas em 2013, segundo o LSPA de setembro, do IBGE. A projeção de aumento anual de 4,5% está associada, principalmente, às previsões de crescimentos de 31,4% na colheita de soja, decorrente de aumentos de 15,4% da área colhida e de 13,8% do rendimento médio, e de 13,4% na safra de arroz, devido exclusivamente à elevação do rendimento médio. Adicionalmente, projetam-se recuos anuais respectivos de 3,3% e 0,1% para as produções de milho e feijão. Em relação às demais lavouras, estão previstas elevação de 6,7% para a produção de cana de açúcar, resultado de variações de 9,5% do rendimento médio e -2,6% da área colhida, e reduções para as colheitas de café, 26,2%, em ciclo bienal de baixa produtividade, e laranja, 18%, reflexo de recuos de 15,4% da área colhida e 3,1% do rendimento.

De acordo com levantamento realizado pela Conab em outubro, a safra de grãos da região deverá variar de -1,4% a 1,5%, em 2014, em relação a 2013, situando-se entre 8 e 8,2 milhões de toneladas. Estão consideradas redução de 1,4% a 4,3% para a produção de milho e elevação de 5% a 9%, para a de soja.

Os abates de bovinos, aves e suínos realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, nos oito

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São PauloMédia móvel trimestral
2005 = 100

Fonte: Mapa

Tabela 4.39 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	43 682	41 849	-4,2	-1,6
Básicos	3 709	4 076	9,9	-0,7
Industrializados	39 973	37 773	-5,5	-2,5
Semimanufaturados	5 242	5 598	6,8	-6,1
Manufaturados ^{1/}	34 731	32 175	-7,4	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.40 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	58 733	67 183	14,4	8,7
Bens de capital	15 477	15 948	3,0	6,5
Matérias-primas	28 686	31 931	11,3	7,8
Bens de consumo	8 946	9 968	11,4	4,6
Duráveis	3 437	3 888	13,1	-1,3
Não duráveis	5 508	6 080	10,4	12,5
Combustíveis e lubrificantes	5 623	9 336	66,0	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.41 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	103,5	54,6	-120,6	149,0	81,9
Indústria de transformação	-1,4	-3,8	-34,8	39,5	-5,4
Comércio	30,6	47,3	-16,6	0,4	27,2
Serviços	33,2	47,6	-6,1	50,4	30,6
Construção civil	2,9	-14,6	-2,4	16,4	0,2
Agropecuária	32,3	-20,8	-56,3	33,9	28,1
Serviços industr. de utilidade pública	1,7	1,3	2,4	1,0	-0,2
Outros ^{2/}	4,2	-2,5	-6,8	7,4	1,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

primeiros meses do ano, variaram 7,4%, -17,6% e -4,2%, respectivamente, em relação a igual período de 2012, de acordo com o MAPA. A evolução dos abates de bovinos refletiu a recuperação da demanda externa, e a redução nos relativos a aves evidenciou o menor consumo externo e a redução dos preços no mercado interno.

O *deficit* da balança comercial de São Paulo totalizou US\$25,3 bilhões nos nove primeiros meses do ano, elevando-se 68,3% em relação a igual período de 2012. As exportações recuaram 4,2% e as importações aumentaram 14,4%, somando, na ordem, US\$41,9 bilhões e US\$67,2 bilhões.

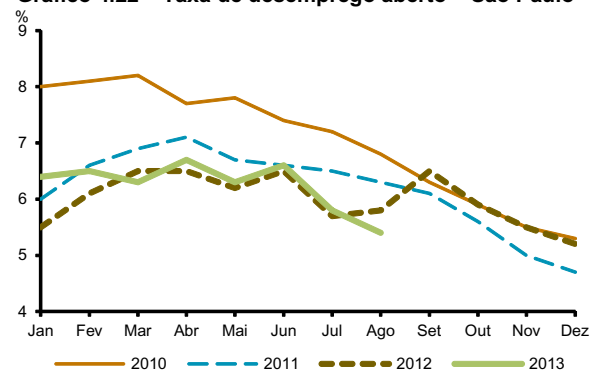
O comportamento das exportações, decorrente de variações de -5,1% nos preços e de 1% no *quantum*, refletiu, fundamentalmente, a redução de 7,4% nas vendas de produtos manufaturados, com destaque para a retração de 33,1% nos embarques de aviões. Argentina, EUA, China, Holanda e México adquiriram, em conjunto, 41,9% das exportações do estado no período.

O crescimento das importações, evidenciando variações de -1% nos preços e 15,6% no *quantum*, foi influenciado, em especial, pelo aumento de 66% nas compras de combustíveis e lubrificantes. As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Nigéria e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 50,7% do total importado pelo estado no período.

A economia de São Paulo criou, de acordo com o Caged/MTE, 81,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (103,5 mil em igual período de 2012), dos quais 30,6 mil no setor de serviços, 28,1 mil na agropecuária e 27,2 mil no comércio. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,1% no trimestre terminado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia aumentado 0,2%, no mesmo tipo de análise.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pela PME do IBGE, atingiu 5,9% no trimestre encerrado em agosto (6% em igual período de 2012), refletindo aumentos de 0,5% na população ocupada e de 0,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram 0,5% e 1%, respectivamente, no período considerado. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revelou que a taxa de desemprego atingiu 5,8% no trimestre finalizado em agosto (5,9% naquele encerrado em maio).

Gráfico 4.22 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo



Fonte: IBGE

Tabela 4.42 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		
			Ano	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	4,72	1,04	0,68	5,66
Livres	76,4	5,56	0,96	1,04	7,24
Comercializáveis	33,9	3,23	0,08	1,00	5,94
Não comercializáveis	42,5	7,57	1,68	1,06	8,31
Monitorados	23,6	2,19	1,31	-0,47	0,82
Principais itens					
Alimentação	23,1	8,67	1,30	0,42	8,86
Habitação	14,0	5,31	1,48	1,74	3,40
Artigos de residência	4,0	0,79	1,32	1,31	7,20
Vestuário	5,9	5,47	1,76	0,07	4,52
Transportes	20,5	-1,24	-0,17	-0,57	2,16
Saúde	11,7	6,33	2,41	1,26	7,06
Despesas pessoais	11,2	8,49	1,23	2,08	8,83
Educação	5,0	7,70	0,22	0,57	7,80
Comunicação	4,6	0,60	-0,10	-0,01	0,38

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2013.

O IPCA da RMSP variou 0,68% no terceiro trimestre de 2013 (1,04% no segundo), resultado de aceleração dos preços livres, de 0,96% para 1,04%, e desaceleração dos monitorados, de 1,31% para -0,47%.

O desempenho dos preços livres refletiu, em especial, a aceleração dos preços dos produtos comercializáveis, de 0,08% para 1,00%, destacando-se as elevações nos preços de leites e derivados, panificados, aparelhos eletroeletrônicos e carnes. Os preços dos itens não comercializáveis desaceleraram de 1,68% para 1,06%, com ênfase no recuo acentuado dos preços dos tubérculos. Os preços dos serviços cresceram 1,97% (1,76% no trimestre encerrado em junho), ressaltando-se os aumentos nos itens passagens aéreas, serviços pessoais, aluguéis residenciais e alimentação fora do domicílio.

A evolução dos preços monitorados no trimestre refletiu, principalmente, o cancelamento do aumento nas tarifas de ônibus urbanos, que havia impactado o IPCA no segundo trimestre. O índice de difusão médio atingiu 52,3% (53,5% no segundo trimestre do ano).

Considerados intervalos de doze meses, a inflação na RMSP recuou de 6,14%, em junho, para 5,66%, em setembro, resultado de desacelerações dos preços livres, de 7,66% para 7,24%, e dos monitorados, de 1,60% para 0,82%.

A evolução recente da economia de São Paulo refletiu, em especial, o desempenho negativo da indústria do estado. As perspectivas para os próximos trimestres incorporam, no entanto, eventual aumento da competitividade da indústria regional, favorecida pela evolução da taxa de câmbio, e pelos impactos das medidas de política econômica recentes. Adicionalmente, a atividade varejista deverá seguir impulsionada pelo vigor no mercado de trabalho e pelo crescimento moderado do crédito.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

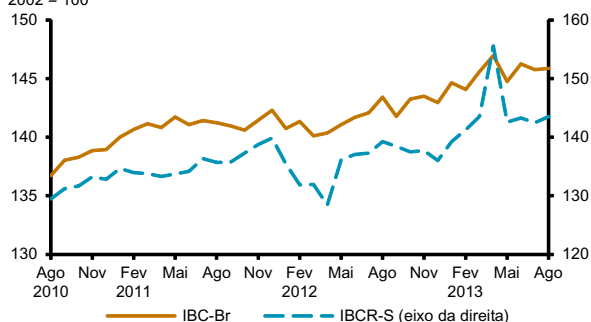
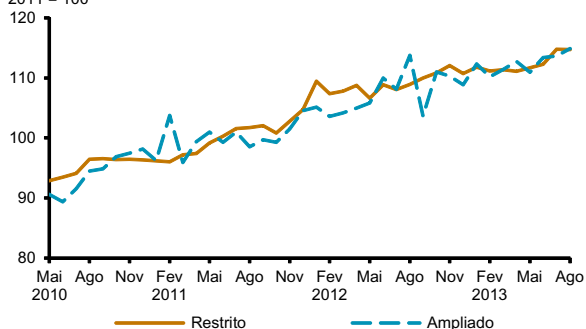


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2012 Ano	2013 Mai ^{1/} Ago ^{1/}		12 meses
Comércio varejista	9,0	0,2	2,3	5,0
Combustíveis e lubrificantes	3,6	3,0	3,4	6,9
Hiper e supermercados	10,7	-2,7	0,5	4,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,1	2,8	-5,4	3,6
Móveis e eletrodomésticos	9,6	2,9	7,0	3,8
Comércio varejista ampliado	7,6	1,1	2,1	5,3
Automóveis e motocicletas	5,5	1,5	0,0	4,8
Material de construção	9,0	4,6	2,5	10,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O desempenho recente do comércio varejista, da indústria, do comércio externo e dos indicadores de emprego sugere dinamismo da atividade econômica na região. Essa perspectiva, no entanto, não é ratificada pela evolução do IBCR-S, que recuou 2,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 6,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. A aparente inconsistência reflete o efeito da concentração da safra agrícola recorde, em abril, o que elevou sobremaneira a base de comparação do indicador. No período de doze meses encerrado em agosto, o IBCR-S cresceu 4,2% (3,9% em maio) e no ano, 6,7%.

As vendas do comércio varejista aumentaram 2,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando expandiram 0,2%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as elevações nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 7,0%, e hiper e supermercados, 0,5%. O comércio ampliado, incorporada a variação de 2,5% nas vendas de material de construção e a estabilidade nas de automóveis, cresceu 2,1% no período.

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio varejista aumentaram 5,0% em agosto (5,4% em maio), em relação a igual período de 2012, destacando-se os segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 11%, e outros artigos de uso pessoal e doméstico, 10,3%. O comércio ampliado, refletindo os aumentos nas vendas de material de construção, 10,4%, e de automóveis, 4,8%, cresceu 5,3% no período (7,6% em maio).

De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram 188,1 mil unidades no trimestre encerrado em agosto (178,1 mil naquele finalizado em maio e 217,4 mil em igual período de 2012).

Tabela 5.2 – Receita nominal de serviços – Sul

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	9,9	7,3	6,5	7,2
Serviços prestados às famílias	12,6	8,6	10,4	8,8
Serviços de informação e comunicação	7,9	6,2	6,9	6,2
Serviços profissionais e administrativos	11,3	-2,0	-4,2	1,1
Transportes e correios	10,9	13,0	10,4	11,1
Outros serviços	7,3	6,3	10,5	6,5

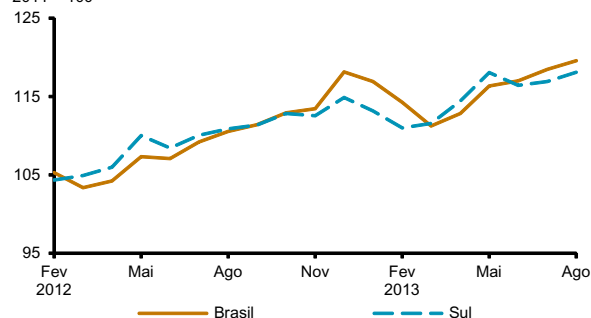
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

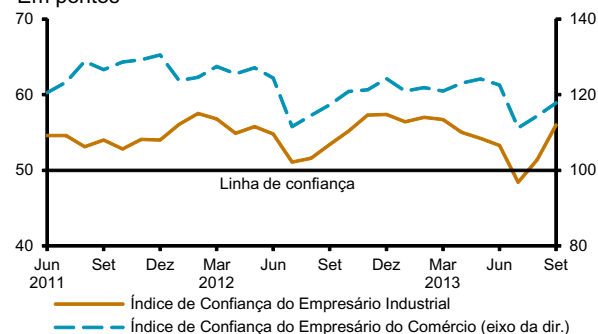
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.4 – Confiança do empresariado – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	6,2	1,8	-0,6
Alimentos	18,8	-2,1	0,3	-0,5
Máquinas e equipamentos	13,7	3,0	7,4	7,2
Veículos automotores	11,7	24,0	5,7	-1,7
Celulose, papel e produtos de papel	6,8	0,3	0,3	-1,1
Refino de petróleo e álcool	5,3	13,4	4,7	7,7
Outros produtos químicos	5,0	5,5	-0,1	-3,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	4,9	34,2	-1,4	-25,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de agosto.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Segundo a PMS do IBGE, a receita nominal do setor cresceu 6,5% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2012, destacando-se os segmentos outros serviços, 10,5%, e serviços prestados às famílias, 10,4%. Considerados períodos de doze meses, a receita aumentou 7,2% em agosto, em relação a igual período de 2012, com destaque para a expansão de 11,1% no segmento transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios.

O Índice Nacional de Confiança (INC) para o Sul, divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu 130 pontos em setembro (139 pontos em junho e 182 pontos em setembro de 2012), ressaltando-se que o indicador aumentou pelo segundo mês consecutivo e se mantém na área de confiança (acima de 100 pontos).

O Icec para a região Sul, elaborado pela CNC, atingiu 117,8 pontos em setembro (122,6 pontos em junho e 124,4 pontos em setembro de 2012). Assinale-se que o indicador cresceu nos dois últimos meses.

A produção industrial da região Sul expandiu 1,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando aumentara 6,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados agregados e dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Doze das dezenove atividades pesquisadas cresceram no trimestre, destacando-se metalurgia básica, 8,1%; máquinas e equipamentos, 7,4%; e veículos automotores, 5,7%.

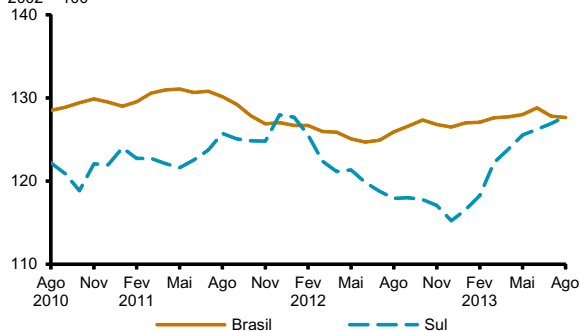
Considerados intervalos de doze meses, a indústria da região recuou 0,6% em agosto (-4,2% em maio). Dez das dezenove atividades apresentaram resultados negativos, destacando-se edição, impressão e reprodução de gravações, 25,2%; têxtil, 8,2%; e calçados, 6,4%.

O pessoal ocupado e o número de horas pagas na indústria da região recuaram 0,6% e a folha real de pagamentos cresceu 1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, conforme a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, do IBGE, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses aponta que os indicadores mencionados variaram, na ordem, -0,5%, -1,3% e 4,8% em agosto, em relação a igual intervalo do ano anterior.

A produtividade da indústria da região Sul, calculada a partir da relação entre a produção física e o número de horas pagas, divulgados pelo IBGE, aumentou 1,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio,

Gráfico 5.5 – Produção industrial

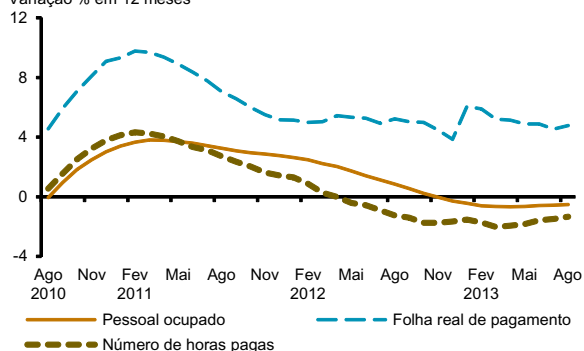
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.6 – Mercado de trabalho da indústria – Sul

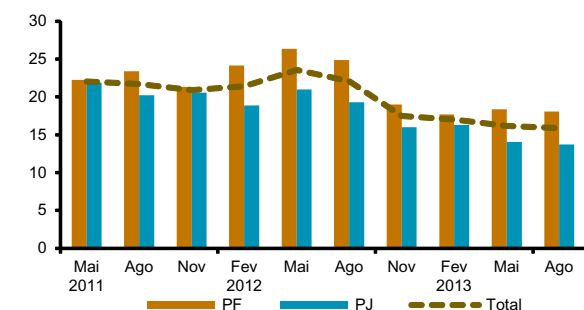
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

Gráfico 5.7 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

quando se elevava 6,9%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. O indicador cresceu 0,7% no período de doze meses encerrado em agosto, ante igual intervalo de 2012.

O Ipei² da região Sul, divulgado pela CNI, atingiu 52,7 pontos em setembro (53,3 pontos em junho e 45,7 pontos em setembro de 2012), permanecendo na área que indica confiança. A evolução trimestral decorreu de recuos de 1 ponto na avaliação das condições atuais e de 0,4 ponto no componente que avalia as expectativas para os próximos seis meses. O Nuci da indústria do Sul³ atingiu 81,5% no trimestre finalizado em agosto (82,4% no encerrado em maio), considerados dados dessazonalizados.

De acordo com a Sondagem Industrial da CNI, o indicador de estoques de produtos finais atingiu 52 pontos em agosto (55,5 pontos em maio e 53,3 pontos em agosto de 2012).

As vendas de cimento na região Sul aumentaram 1,5% no terceiro trimestre do ano, em relação ao segundo, de acordo com dados dessazonalizados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas na região atingiu R\$454,3 bilhões em agosto, crescendo 3,3% no trimestre e 15,9% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$226,4 bilhões, aumentando 3,6% e 18,1%, respectivamente, nessas bases de comparação, destacando-se, no trimestre, as modalidades financiamentos imobiliários, rurais e agroindustriais, e empréstimos com consignação em folha de pagamento. O saldo das operações contratadas com pessoas jurídicas atingiu R\$227,9 bilhões, elevando-se 3% no trimestre e 13,7% em doze meses, com destaque para as contratações da indústria metalúrgica, serviços públicos e comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas.

A taxa de inadimplência das operações de crédito situou-se em 2,7% em agosto (2,9% em maio), refletindo reduções nos segmentos de pessoas físicas (0,3 p.p.) e de pessoas jurídicas (0,2 p.p.), nos quais a taxa atingiu 3,2% e 2,1%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região Sul totalizaram R\$25,3 bilhões nos sete primeiros meses de

2/ Situando-se acima de 50 pontos, o indicador encontra-se na área que denota confiança.

3/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, e pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção da região, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Total	-4 073	-3 700	4 113	3 708
Governos estaduais	-3 209	-3 345	3 981	3 526
Capitais	-249	-231	18	42
Demais municípios	-615	-124	115	140

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal		Outros ^{4/}	2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
Total	75 500	-3 700	3 708	8	61	75 569
Governos estaduais	74 096	-3 345	3 526	181	9	74 286
Capitais	588	-231	42	-189	33	432
Demais municípios	815	-124	140	16	20	851

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Composição

Região Sul	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Jun
Dívida bancária	3 757	5 092	5 727
Renegociação ^{2/}	60 129	62 030	62 812
Dívida externa	4 432	6 446	6 850
Outras dívidas junto à União	3 324	3 531	3 606
Dívida reestruturada	271	274	290
Disponibilidades líquidas	-2 889	-1 874	-3 716
Total (A)	69 024	75 500	75 569
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	546 077
(A/B) (%)	14,0	13,9	13,8

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

2013, elevando-se 81% em relação a igual período de 2012 (aumento de 50,5% no país).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul atingiu R\$3,7 bilhões no primeiro semestre de 2013. O recuo de 9,2% em relação a igual período de 2012 refletiu, em especial, a retração de 67,7% no resultado do Paraná.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,7 bilhões no período (R\$4,1 bilhões no primeiro semestre de 2012), sendo 63,7% de responsabilidade do Rio Grande do Sul. O *superavit* nominal da região somou R\$8,0 milhões, reduzindo-se 80,3% em relação ao primeiro semestre de 2012.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região atingiu R\$75,6 bilhões em junho, elevando-se 0,1% em relação a dezembro de 2012. Desse total, 83,1% referem-se a operações de renegociação com a União. A participação do Sul no total das dívidas regionais manteve-se em 13,8%.

A receita de ICMS totalizou R\$32,5 bilhões nos sete primeiros meses do ano, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS) do Ministério da Fazenda, elevação real de 2,9% ante igual período de 2012, considerado o IGP-DI como deflator. Assinale-se o resultado positivo apesar da expressiva redução na receita do imposto sobre energia elétrica, decorrente da redução na tarifa.

A região recebeu, nos oito primeiros meses do ano, R\$12,1 bilhões de transferências da União, incluídos o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de outras transferências constitucionais, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A safra de grãos da região deverá atingir 72 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE (39% da produção nacional). O acréscimo anual de 30,4% reflete, em especial, os aumentos estimados para as colheitas de soja, 68,6%; milho, 16,1%; e trigo, 11,8%. Dentre as demais culturas, ressaltem-se as previsões de elevação para as produções de fumo, 5,7%, e cana-de-açúcar, 2,9%. De acordo com o primeiro levantamento da Conab, realizado em outubro, a variação anual da produção de grãos da região deverá oscilar de -1,2% a 0,9% em 2014.

Tabela 5.7 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2013/2012
		Produção ^{2/}		
		2012	2013	
Grãos	70,1	55 225	72 010	30,4
Soja	38,5	17 949	30 265	68,6
Milho	16,3	22 541	26 165	16,1
Arroz (em casca)	7,7	8 967	9 297	3,7
Trigo	4,3	4 104	4 589	11,8
Feijão	2,5	902	924	2,5
Outras lavouras				
Fumo	9,2	791	836	5,7
Cana-de-açúcar	4,5	48 923	50 325	2,9
Mandioca	3,8	5 590	5 506	-1,5
Maçã	1,6	1 332	1 223	-8,2
Uva	1,6	990	963	-2,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 5.8 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2013		
	Mês ^{1/} (Set)	Trimestre ^{2/} (Jul-Set)	Acumulado no ano ^{3/}
Soja	6,7	12,3	2,5
Arroz (em casca)	0,5	5,0	18,2
Feijão	-6,9	-19,5	22,4
Milho	2,2	-5,8	-6,7
Trigo	9,5	13,2	42,9

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e SEAB/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até setembro.

Tabela 5.9 – Indicadores da pecuária – Sul

Agosto de 2013

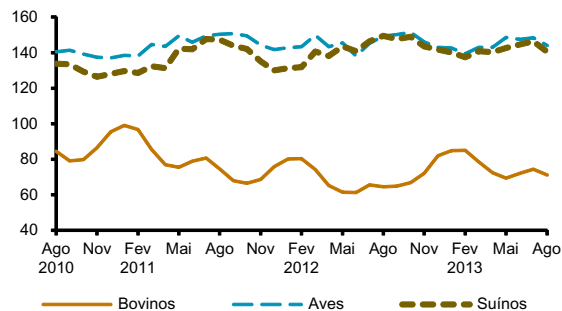
Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	5,9	22,4	6,6
Suínos	-1,8	-8,6	22,5
Aves	-0,8	-3,7	23,0

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.8 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

As cotações médias do trigo, feijão, arroz, soja e milho variaram 42,9%, 22,4%, 18,2%, 2,5% e -6,7%, respectivamente, nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com estatísticas da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab).

A estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas em 2013, divulgada pelo Mapa, em setembro, atingiu R\$75,4 bilhões. O aumento anual real de 23,9%, considerado o IGP-DI como deflator, refletiu, em parte, as elevações nos VBPs dos itens soja, 55%; trigo, 34,6%; e milho, 7,4%.

Os abatimentos de bovinos, suínos e aves em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF variaram, na ordem, 5,9%, -1,8% e -0,8% nos oito primeiros meses de 2013, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Mapa. As cotações médias desses produtos variaram 6,6%, 22,5% e 23%, respectivamente, no período, conforme a Emater/RS, o Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), a Cepa/SC e a Seab. As exportações de bovinos cresceram 22,4% nos oito primeiros meses de 2013, destacando-se as vendas para Hong Kong, Chile e Venezuela, e as relativas a suínos e aves recuaram, na ordem, 8,6% e 3,7%, na mesma base de comparação.

A estimativa para o VBP da pecuária em 2013 atinge R\$40,6 bilhões, de acordo com o Mapa. O aumento anual de 8,3% reflete elevações nos VBPs dos itens frango, 12%; suínos, 11,1%; ovos, 3,2%; leite, 2,7%; e bovinos, 1,5%.

O *superavit* da balança comercial da região Sul somou US\$78 milhões nos nove primeiros meses do ano (*deficit* de US\$2,2 bilhões em igual período de 2012), de acordo com o MDIC. As exportações, refletindo variações de 10,4% no *quantum* e de 1,7% nos preços, aumentaram 12,2%, para US\$38 bilhões, e as importações, com variações de 6% na quantidade e de -0,8% nos preços, elevaram-se 5,1%, para US\$38 bilhões.

Os embarques de produtos básicos (50,8% das exportações), concentrados em soja, carne de frango e milho, aumentaram 15,6% no período, e os de produtos manufaturados (42,6% do total exportado) cresceram 12%, destacando-se a venda de plataforma de perfuração/

Tabela 5.10 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	33 830	37 964	12,2	-1,6
Básicos	16 669	19 267	15,6	-0,7
Industrializados	17 161	18 697	9,0	-2,5
Semimanufaturados	2 736	2 543	-7,1	-6,1
Manufaturados ^{1/}	14 425	16 154	12,0	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.11 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	36 036	37 885	5,1	8,7
Bens de capital	6 732	7 605	13,0	6,5
Matérias-primas	18 627	19 334	3,8	7,8
Bens de consumo	6 441	6 747	4,8	4,6
Duráveis	3 743	3 652	-2,4	-1,3
Não duráveis	2 698	3 095	14,7	12,5
Combustíveis e lubrificantes	4 236	4 199	-0,9	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.12 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	38,9	81,1	-5,6	102,8	41,5
Indústria de transformação	1,4	6,6	0,5	45,5	0,3
Comércio	8,7	43,2	-12,7	16,9	10,7
Serviços	22,5	28,1	11,5	34,8	26,7
Construção civil	4,5	-3,0	-4,0	11,8	1,9
Agropecuária	-0,4	7,2	0,5	-9,2	0,5
Serviços industr. de utilidade pública	0,6	-0,4	0,2	0,1	0,5
Outros ^{2/}	1,5	-0,6	-1,7	2,9	1,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

exploração à subsidiária da Petrobrás no Panamá, em junho⁴, e o aumento nas vendas de automóveis. Os embarques de semimanufaturados (6,7% do total) recuaram 7,1%, destacando-se a retração nas exportações de óleo de soja em bruto. China, Argentina, EUA e Panamá adquiriram, em conjunto, 41,1% das vendas externas da região no período.

As aquisições de matérias-primas e de produtos intermediários, representando 51% das compras externas da região, elevaram-se 3,8% no período, destacando-se os aumentos em partes e peças para veículos, 23%, e em adubos e fertilizantes, 46,5%. As importações de bens de capital e de bens de consumo (20,1% e 17,8% do total, respectivamente) expandiram-se, na ordem, 13% e 4,8%, com destaque para as variações nas compras de veículos de carga, 19%, e automóveis de passageiros, 7,2%. As compras de combustíveis (11,1% do total) recuaram 0,9% no período. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 39,1% das importações da região no período.

O mercado de trabalho da região Sul gerou 41,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (38,9 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE. Destacaram-se as vagas criadas no setor de serviços 26,7 mil e no comércio, 10,7. O nível de emprego da região cresceu 0,7% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando aumentou 1%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados, destacando-se as evoluções nas atividades serviços, 1%, e comércio, 0,8%.

A taxa de desemprego da região Sul⁵ atingiu 3,2% em agosto (3,9% em maio e 3,4% em agosto de 2012). O recuo interanual decorreu de crescimentos de 2,6% na população ocupada e de 2,3% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,3% em agosto (3,5% em maio).

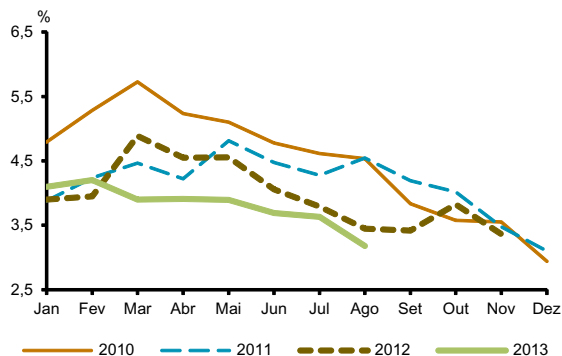
O IPCA na região Sul⁶ variou 1,13% no terceiro trimestre do ano (0,95% no segundo), resultado de aceleração, de 0,10% para 0,93%, nos preços monitorados,

4/ Conforme o MDIC, em junho, foi exportada uma plataforma de exploração de petróleo e gás, no valor de US\$1,627 bilhão, operação realizada ao amparo do regime do REPETRO – regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás, instituído pelo Decreto nº 3.161, de 2 de setembro de 1999, com alterações posteriores, e disciplinado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 844, de 9 de maio de 2008.

5/ Calculada com base na taxa de desocupação das regiões metropolitanas de Porto Alegre, conforme a PME do IBGE, e de Curitiba, de acordo com a PME do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), realizada em convênio com o IBGE.

6/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Gráfico 5.9 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE e IPARDES

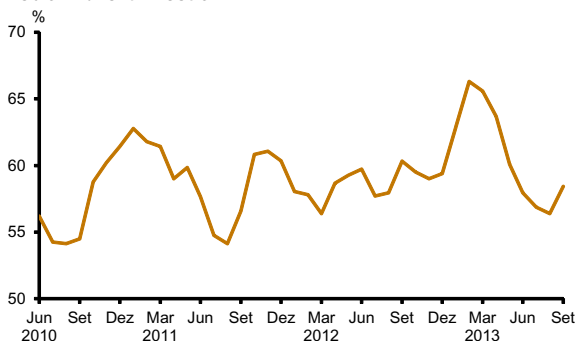
Tabela 5.13 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012		2013	
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,93	1,60	0,95	1,13
Livres	77,6	2,12	2,50	1,20	1,19
Comercializáveis	38,2	2,33	2,25	1,21	1,32
Não comercializáveis	39,4	1,91	2,75	1,19	1,07
Monitorados	22,4	1,32	-1,39	0,10	0,93
Principais itens					
Alimentação	24,4	2,66	3,33	1,36	1,19
Habitação	14,3	0,68	-2,86	1,57	2,17
Artigos de residência	4,8	0,58	2,10	2,36	2,49
Vestuário	7,3	3,87	0,36	2,99	-0,16
Transportes	19,4	2,15	1,98	-1,46	0,06
Saúde	11,4	0,79	1,51	2,87	1,42
Despesas pessoais	10,2	3,13	2,60	0,66	2,07
Educação	3,9	0,35	6,22	0,15	1,16
Comunicação	4,3	0,55	0,49	-0,02	-0,09

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

Gráfico 5.10 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

e de estabilidade na variação dos preços livres (1,19% e 1,20%, respectivamente).

A evolução dos preços livres decorreu de aceleração, de 1,21% para 1,32%, nos preços dos bens comercializáveis, com destaque para os aumentos nos itens leite e derivados, 9,15%, e panificados, 4,93%; e de desaceleração, de 1,19% para 1,07%, nos preços dos não comercializáveis, destacando-se a redução de 28,87% no item tubérculos, raízes e legumes.

O índice de difusão atingiu 58,4% (57,9% no segundo trimestre e 60,3% em igual período de 2012).

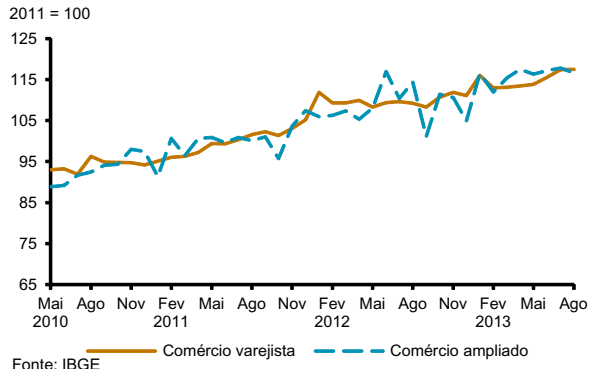
Considerados períodos de doze meses, a inflação da região Sul atingiu 5,73% em setembro (6,07% em junho). Os preços livres aumentaram 7,19%, resultado de variações respectivas de 7,09% e 7,30% nos segmentos de bens não comercializáveis e de bens comercializáveis, e os preços monitorados elevaram-se 0,95%.

O desempenho positivo do setor primário tem estimulado investimentos em toda a cadeia produtiva da região, em especial do agronegócio, destacando-se, ainda, os realizados nas indústrias de papel e celulose, no setor automotivo, e no pólo naval. Esse fluxo de investimentos deverá contribuir para a dinâmica da economia da região nos próximos trimestres, favorecendo a manutenção do vigor do mercado de trabalho e da atividade varejista.

Gráfico 5.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados



Gráfico 5.12 – Comércio varejista – Paraná
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.14 – Índice de vendas no varejo – Paraná
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	10,0	0,1	2,9	5,5
Combustíveis e lubrificantes	8,0	7,1	4,5	11,1
Hiper e supermercados	10,2	-3,2	3,8	5,2
Tecidos, vestuário e calçados	6,2	0,7	0,8	1,1
Móveis e eletrodomésticos	7,3	5,5	11,2	-0,9
Comércio ampliado	8,5	4,7	0,7	5,7
Automóveis e motocicletas	8,6	7,4	-2,3	7,0
Material de construção	2,9	6,5	-2,9	3,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.15 – Receita nominal de serviços – Paraná

Segmentos	Variação % no período			
	2012	2013		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	11,5	8,1	5,9	8,4
Serviços prestados às famílias	16,3	12,6	13,9	13,8
Serviços de informação e comunicação	8,7	6,1	5,0	6,7
Serviços profissionais e administrativos	11,5	1,7	0,1	3,7
Transportes e correio	13,4	11,6	7,3	10,7
Outros serviços	6,1	0,8	3,5	2,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Paraná

A evolução dos principais indicadores econômicos do Paraná revela continuidade no crescimento da economia do estado no trimestre encerrado em agosto. Contudo, dada a base de comparação elevada, em decorrência do forte crescimento agrícola, o IBCR-PR recuou 3,3% no período, em relação ao trimestre finalizado em maio, quando aumentara 5,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 3,3% em agosto, ante igual intervalo de 2012 (2,8% em maio).

As vendas no varejo aumentaram 2,9% no trimestre finalizado em agosto, relativamente ao encerrado em maio, quando cresceram 0,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos de móveis e eletrodomésticos, 11,2%, e livros, jornais, revistas e papelaria, 9,1%. Incluídos os recuos nas vendas de material de construção, 2,9%, e de veículos, 2,3%, o comércio ampliado cresceu 0,7%, no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista do estado expandiu 5,5% em agosto (5,8% em maio), em relação a igual período de 2012, destacando-se os aumentos nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 13,5%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 11,6%; e combustíveis e lubrificantes, 11,1%. O comércio ampliado, refletindo as elevações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 7,0%, e de material de construção, 3,1%, cresceu 5,7% no período (8,4% em maio)

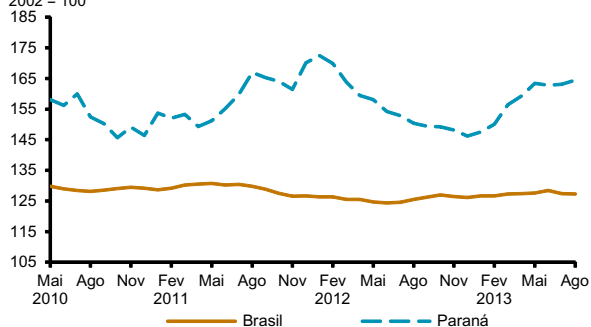
As vendas de veículos novos aumentaram 3,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam crescido 4,9%, no mesmo tipo de análise, de acordo com estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-PR) e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

A receita nominal do setor de serviços do Paraná cresceu 5,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior (8,1% no trimestre finalizado em maio, na mesma base de comparação), de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Ressaltem-se as expansões nos segmentos serviços prestados às famílias, 13,9%, e serviços de transportes e correio, 7,3%. Considerados períodos de doze meses, o setor de serviços

expandiu 8,4% em agosto, em relação a igual período de 2012 (10,4% em maio).

A produção da indústria do Paraná aumentou 0,6% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando crescera 8,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Saliente-se que esse resultado – sétimo aumento trimestral consecutivo da indústria paranaense – refletiu, em especial, o desempenho das atividades produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 9,5%; bebidas, 8,7%; e celulose, papel e produtos de papel, 7,8%. As indústrias de veículos automotores e alimentos (participação conjunta de 40,4% na produção industrial do período) variaram 7,6% e -0,1%, respectivamente, no trimestre.

Gráfico 5.13 – Produção industrial – Paraná
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.16 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	8,9	0,6	-2,8
Veículos automotores	21,9	36,5	7,6	-3,7
Alimentos	18,5	-4,8	-0,1	0,7
Edição e impressão	12,5	48,7	-2,4	-30,1
Máquinas e equipamentos	8,8	9,0	0,4	9,9
Refino de petróleo e álcool	8,7	2,5	0,9	2,0
Celulose e papel	7,2	-3,7	7,8	-3,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

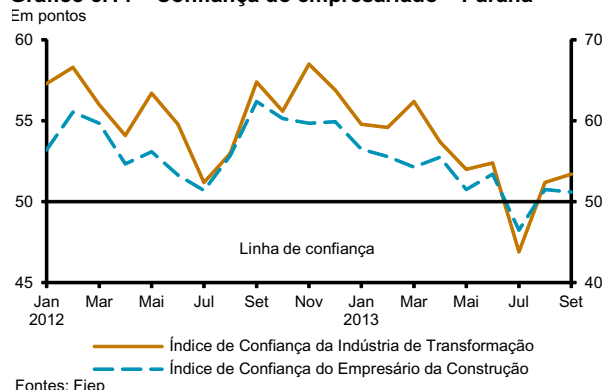
Considerados intervalos de doze meses, a indústria paranaense contraiu 2,8% em agosto (-7,0% em maio), em relação a igual período de 2012, destacando-se as reduções nas atividades edição, impressão e reprodução de gravações, 30,1%, e veículos automotores, 3,7%, e os aumentos nos segmentos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 19,9%, e máquinas e equipamentos, 9,9%. Embora o resultado seja o décimo recuo consecutivo, nesse tipo de análise (reflexo da elevada base de comparação no segundo semestre de 2011), o indicador registra, a partir de junho, reversão de tendência, com perspectiva de expansão para o último trimestre deste ano.

As vendas reais da indústria paranaense permaneceram estáveis no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam crescido 2,2%, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as elevações nas vendas de máquinas e equipamentos, 8,2%; produtos de madeira, 5,8%; coque, refino de petróleo e produção de álcool, 4,9%; e produtos alimentícios e bebidas, 3,3%. O número de horas trabalhadas e o total de pessoas empregadas na indústria recuaram 3,4% e 2,1%, respectivamente, no período. O Nuci atingiu, em média, 78,4% no trimestre encerrado em agosto (79,7% naquele finalizado em maio).

Considerados períodos de doze meses, as vendas reais expandiram 0,2% em agosto, relativamente a igual período do ano anterior (0,7% em maio), com destaque para máquinas e equipamentos, 13,4%, e fabricação de produtos de madeira, 6,7%, e o Nuci atingiu 78,3% (77,7% em maio).

Estimativa do nível de estoques⁷ da indústria paranaense indica aumento de 0,5 p.p. nos estoques de insumos em agosto, após elevação de 1,3 p.p. em julho, sinalizando aumento da produção da indústria estadual para os próximos meses.

Gráfico 5.14 – Confiança do empresariado – Paraná

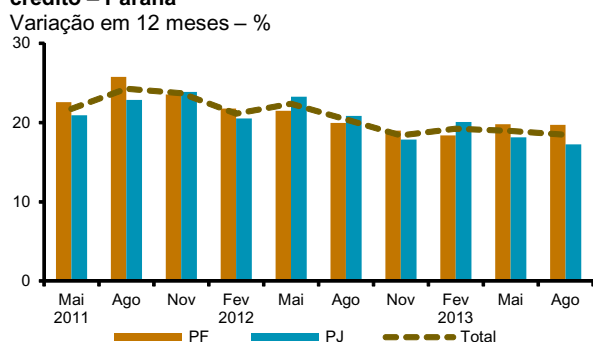


A confiança dos empresários paranaenses permaneceu na área de otimismo pelo segundo mês consecutivo, em setembro. O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação⁸ atingiu 51,7 pontos (52,4 pontos em junho) e o Índice de Confiança do Empresário da Construção somou 51,2 pontos (53,4 pontos em junho). Os valores mais baixos dos indicadores ocorreram em julho (46,9 pontos e 46,5 pontos, respectivamente), em resposta ao cenário de protestos no país.

A Prefeitura Municipal de Curitiba certificou, no trimestre encerrado em setembro, a conclusão de 11.750 novas unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais (redução de 21,9% em relação ao trimestre encerrado em junho e aumento de 58,9% ante igual período de 2012). A Prefeitura concedeu, ainda, 6.992 alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de -33,6% e 191,21%, nas mesmas bases de comparação).

De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), foram lançadas 1.792 unidades residenciais em Curitiba no primeiro semestre, recuo de 59,5% em relação ao mesmo período de 2012. O Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba (IVV-Curitiba) atingiu média de 9,84% no primeiro semestre do ano (9,77% em igual período de 2012).

Gráfico 5.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$170,9 bilhões em agosto, elevando-se 3,7% no trimestre e 18,5% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$84,9 bilhões, aumentando 4,1% e 19,7%, respectivamente, com ênfase nas modalidades financiamentos imobiliários e financiamentos rurais e agroindustriais. A carteira relativa a pessoas jurídicas atingiu R\$86,1 bilhões, crescendo 3,3% no trimestre e 17,3% em doze meses, ressaltando-se as contratações das atividades comércio atacadista e construção.

7/ Mensurado pela diferença entre a variação acumulada nos últimos doze meses nas vendas totais da indústria e nas compras de insumos industriais (Fiep).

8/ O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação – Paraná (ICET-PR), e o Índice de Confiança do Empresário da Construção – Paraná (ICEC-PR), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), são compostos pelo Índice de Condições Atuais (peso 1) e pelo Índice de Expectativas (peso 2). Os dois indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas.

Tabela 5.17 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Estado do Paraná	-1 511	-487	887	783
Governo estadual	-1 244	-314	816	678
Capital	-107	-65	6	12
Demais municípios	-160	-109	64	93

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 5.18 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2012 Dez	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/} 2013 Jun
		Nominal		Outros ^{4/}		
		Primário	Juros	Total ^{3/}		
Estado do Paraná	14 852	-487	783	295	-83	15 064
Governo estadual	14 317	-314	678	364	-106	14 575
Capital	187	-65	12	-52	22	156
Demais municípios	348	-109	93	-17	1	333

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.19 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013	
Grãos ^{3/}	76,2	30 896	36 366	17,7
Soja	44,4	10 924	15 921	45,7
Milho	19,3	16 516	17 489	5,9
Trigo	4,3	2 099	1 718	-18,1
Feijão	4,0	700	691	-1,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	8,9	47 941	49 185	2,6
Mandioca	4,0	3 869	3 831	-1,0
Fumo	3,5	157	161	2,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

A taxa de inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,65% em agosto, recuando 0,28 p.p. no trimestre e 0,71 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções de 0,34 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,22 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, cujas taxas situaram-se, na ordem, em 3,23% e 2,10%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná somou R\$487 milhões no primeiro semestre do ano. A redução de 67,7% em relação a igual período de 2012 resultou de recuos nas esferas do estado, 74,8%; da capital, 39,4%; e dos demais municípios, 31,9%.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$783 milhões, recuando 11,7% em relação ao primeiro semestre de 2012, e o resultado nominal foi deficitário em R\$295 milhões (*superavit* de R\$624 milhões no primeiro semestre de 2012).

A dívida líquida atingiu R\$15,1 bilhões em junho de 2013 (aumento de 1,4% em relação a dezembro de 2012), destacando-se a elevação de 1,8% na dívida de responsabilidade do governo do estado.

A safra de grãos do Paraná deverá totalizar 36,4 milhões de toneladas (19,4% da produção do país) em 2013, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE. A expansão anual de 17,7% incorpora prognósticos de aumentos para as colheitas de soja, 45,7%, com ampliação de 6,7% na área cultivada e de 36,5% no rendimento médio, e de milho, 5,9%; e estimativas de recuo de 18,1% para a safra de trigo, severamente afetada por condições climáticas adversas, e de feijão, 1,4% no ano.

De acordo com projeção da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab) e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em setembro, a área cultivada e a colheita da safra de verão 2013/2014 no estado deverão atingir, na ordem, 5,8 milhões de hectares e 22,8 milhões de toneladas, representando variações respectivas de 0,3% e -3,6% em relação ao ciclo anterior. Estão estimadas expansões nas áreas cultivadas de soja, 4%, e feijão, 7%, e recuo de 20,0% na ocupada pela cultura de milho.

O primeiro levantamento da intenção de plantio da Conab, divulgado em outubro, estima recuo de 3,9% a 1,8% para a produção de grãos do Paraná em 2014, com expansões de 2,0% a 5,0% para a colheita de soja, e de

12,3% a 13,7% para a de feijão, e declínio de 7,7% a 6,1% para a de milho.

O VBP do estado⁹ deverá expandir 25,4% em 2013, refletindo, em especial, a recuperação da produção e a manutenção das cotações da soja em patamar elevado, e o bom desempenho das culturas de trigo, feijão e mandioca.

Os abates de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram, na ordem, 0,8%, 3,8% e 14,7% nos oito primeiros meses de 2013, em relação a igual período do ano anterior, representando 30,8%, 20,9% e 3,9%, respectivamente, dos abates realizados no país. De acordo com a Seab/PR, os preços médios recebidos pelos produtores paranaenses de bovinos, suínos e aves aumentaram, na ordem, 5,2%, 27,9% e 19,3% nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2012.

O *deficit* da balança comercial do estado somou US\$659 milhões nos nove primeiros meses do ano (US\$1.053 em igual período de 2012). As exportações atingiram US\$13,9 bilhões e as importações, US\$14,6 bilhões, elevando-se 4,1% e 1,1%, respectivamente, no período.

O desempenho das exportações, resultado de expansões de 1,5% no *quantum* e de 2,6% nos preços, foi condicionado, em especial, pela elevação de 10% nos embarques de produtos básicos, destacando-se os aumentos nos itens milho, 16,9%, e soja, 13,6%. As exportações de manufaturados recuaram 1,5%, com redução de 20,2% nas vendas de veículos de carga, e as de semimanufaturados decresceram 2,3%, ressaltando-se o recuo de 50,8% nas vendas de óleo de soja. As exportações para a China, Argentina, Holanda e EUA representaram, em conjunto, 44,2% das exportações paranaenses, no período.

O aumento das importações evidenciou as variações de 5,8% nos preços e -4,5% no *quantum*. Destacaram-se, no período, as expansões de 16% nas aquisições de matérias-primas (partes e peças para veículos, 8,3%, e cloreto de potássio, 44%) e de 5,9% nas de bens de capital (máquinas e aparelhos para encher, fechar e empacotar, 280,5%). As compras de bens duráveis decresceram 7,0% (automóveis de passageiros, -11,3%) e as de combustíveis e lubrificantes recuaram 43,2% (petróleo em bruto, -37,3%). As importações provenientes da China, Argentina, EUA e

Gráfico 5.16 – Abates de animais – Paraná

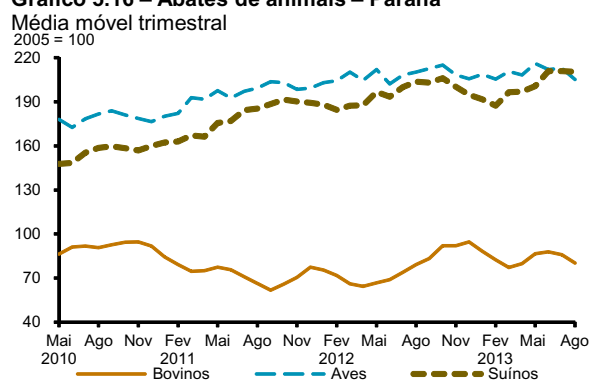


Tabela 5.20 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	13 350	13 900	4,1	-1,6
Básicos	6 576	7 237	10,0	-0,7
Industrializados	6 774	6 663	-1,6	-2,5
Semimanufaturados	1 484	1 449	-2,3	-6,1
Manufaturados ^{1/}	5 291	5 213	-1,5	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.21 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	14 403	14 559	1,1	8,7
Bens de capital	2 946	3 120	5,9	6,5
Matérias-primas	6 751	7 833	16,0	7,8
Bens de consumo	2 504	2 354	-6,0	4,6
Duráveis	1 708	1 589	-7,0	-1,3
Não duráveis	795	765	-3,7	12,5
Combustíveis e lubrificantes	2 203	1 252	-43,2	19,0

Fonte: MDIC/Secex

9/ Estimado a partir do LSPA de setembro e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores no período de janeiro a setembro de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012, divulgados pela Seab/Deral.

Tabela 5.22 – Evolução do emprego formal – Paraná
Novos postos de trabalho

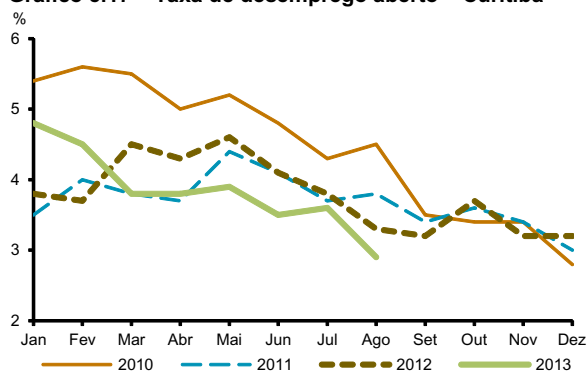
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	19,2	22,0	-16,3	46,1	19,3
Indústria de transformação	3,0	2,4	-5,9	15,0	2,3
Comércio	5,6	15,2	-4,5	8,6	5,7
Serviços	8,2	7,0	1,6	13,0	10,1
Construção civil	0,9	-2,0	-2,9	4,9	-0,6
Agropecuária	0,7	-0,7	-4,5	4,3	1,0
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,0	-0,2	0,1	0,4
Outros ^{2/}	0,7	0,0	0,0	0,3	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Gráfico 5.17 – Taxa de desemprego aberto – Curitiba



Fonte: Iparde/IBGE

Tabela 5.23 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012		2013	
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	2,34	1,49	0,92	1,13
Livres	78,4	2,40	2,34	1,13	1,21
Comercializáveis	37,9	2,73	2,16	0,66	1,53
Não comercializáveis	40,6	2,07	2,51	1,56	0,91
Monitorados	21,6	2,14	-1,44	0,18	0,86
Principais itens					
Alimentação	23,4	2,74	2,91	1,80	0,42
Habitação	15,4	1,09	-2,12	2,02	2,20
Artigos de residência	4,6	0,35	3,60	2,28	3,16
Vestuário	7,7	4,73	1,87	2,16	0,83
Transportes	20,2	3,42	1,34	-2,55	0,29
Saúde	11,4	0,77	1,33	3,43	1,48
Despesas pessoais	9,9	3,68	1,96	0,84	2,41
Educação	3,3	0,08	6,54	-0,03	1,19
Comunicação	4,1	0,33	0,46	0,12	-0,29

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2013.

Alemanha corresponderam a 42,3% das aquisições externas do estado, no período.

A economia do estado gerou, de acordo com o Caged/MTE, 19,3 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (19,2 mil em igual período de 2012), dos quais 10,1 mil no setor de serviços, especialmente nos ramos administração e comércio de imóveis, e alojamento e alimentação; 5,7 mil no comércio; e 2,3 mil na indústria de transformação, onde ocorreram criação de 3,5 mil postos no segmento produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, e eliminação de 2,8 mil vagas na indústria de material elétrico e de comunicações. Na região metropolitana de Curitiba (RMC) ocorreu a criação de 1,1 mil vagas no trimestre, com geração de 3,1 mil postos no setor de serviços e eliminação de 3,1 mil empregos formais na indústria de transformação.

De acordo com dados dessazonalizados da PME, elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde) em convênio com o IBGE, o desemprego na RMC atingiu 3,1% em agosto (3,4% em maio), com reduções de 0,4% na população ocupada e de 1,5% na PEA. O rendimento médio real habitual aumentou 4,3% no trimestre e 2% em doze meses.

O IPCA da RMC aumentou 1,13% no terceiro trimestre do ano (0,92% no segundo), resultado de acelerações, de 1,13% para 1,21%, dos preços livres, e de 0,18% para 0,86%, nos monitorados. Nesse grupo, ressaltam-se as elevações nos itens energia elétrica residencial, 5,3%; plano de saúde, 2,36%; e gasolina, 1,26%, com contribuição conjunta de 0,24 p.p. para a variação trimestral do indicador.

A trajetória dos preços livres decorreu de aceleração, de 0,66% para 1,53%, dos preços dos bens comercializáveis, destacando-se os aumentos nos itens leite longa vida, 14,18%; pão francês, 8,49%; e automóvel novo, 1,36%, e de desaceleração, de 1,56% para 0,91%, dos preços dos bens não comercializáveis, com ênfase nos recuos nos itens cebola, 43,38%; tomate, 36,84%; e batata-inglesa, 36,16%. O índice de difusão atingiu média de 54,9% no terceiro trimestre de 2013 (53,8% no segundo).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMC variou 6,01% em setembro (6,12% em junho). Ocorreram desaceleração, de 7,67% para 7,27%, nos preços livres e aceleração, de 0,83% para 1,71%, nos monitorados. A variação nos preços de serviços atingiu 8,68% (7,77% em junho).

As perspectivas para a atividade econômica paranaense seguem positivas, destacando-se o impacto dos resultados da agricultura sobre as atividades varejista e industrial, e sobre os investimentos. Em relação a esses, ressaltam-se, ainda, a ampliação da capacidade de armazenagem de grãos e da produção de alimentos por parte das cooperativas, em diversos municípios; a instalação de parques eólicos no sudoeste; a renovação e expansão de canais e a modernização de usinas de açúcar e álcool no noroeste do estado; e os aumentos da capacidade instalada nos setores de celulose e papel, e bebidas, na região centro-oriental, e de fabricação de veículos, produtos químicos, e autopeças na RMC. A manutenção das condições favoráveis nos mercados de trabalho e de crédito, em cenário de aumento da renda agrícola, deverá seguir impulsionando o desempenho do comércio varejista nos próximos meses.

Rio Grande do Sul

Tabela 5.24 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul

Junho de 2013

Discriminação	II trim. 2013/I trim. 2013 ^{1/}	Var. %
		Acum. ano
PIB	6,4	8,9
Impostos	4,0	4,5
VAB	6,6	9,5
Agropecuária	15,3	60,1
Indústria	2,8	1,6
Transformação	2,9	2,0
Construção	2,5	1,9
Demais	1,2	-1,6
Serviços	1,4	2,8
Comércio	0,5	2,8
Transporte	8,0	4,2
Aluguéis	1,0	2,6
Adm. pública	0,0	3,3
Demais	0,7	2,0

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.18 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

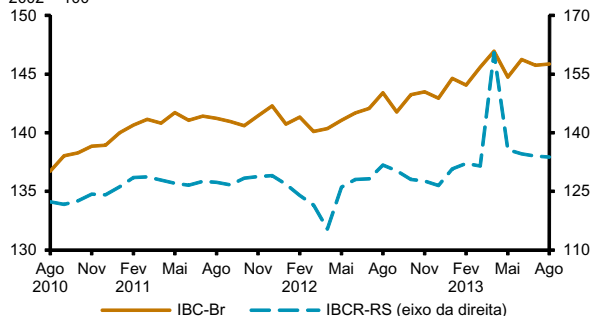
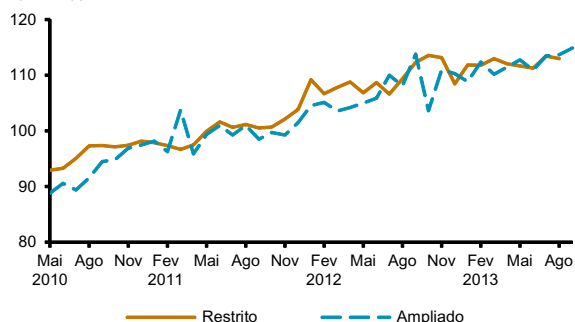


Gráfico 5.19 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu, na margem, 6,4% no segundo trimestre (1,3% no primeiro), de acordo com dados dessazonalizados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), acumulando aumento de 8,9% no primeiro semestre, em relação a igual período de 2012. A evolução interanual refletiu, em especial, o desempenho da agropecuária (60,1%), impulsionada pela expansão da produção de grãos. Embora a atividade econômica no estado mantivesse o vigor nos meses recentes, o IBCR-RS recuou 5,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 9,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. A oscilação acentuada nesses trimestres reflete a imputação de parte representativa da safra de grãos ao mês de abril. O IBCR-RS aumentou 6,4% no período de doze meses encerrado em agosto (6,0% em maio).

As vendas do comércio varejista aumentaram 0,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando cresceram 1,4% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Contribuiu para a desaceleração, o recuo de 12,7% no segmento tecidos, vestuário e calçados. O comércio ampliado, incorporadas as variações nas vendas de material de construção, 7,3%, e de veículos, 3,0%, cresceu 3,0% no trimestre.

Em doze meses, o comércio varejista cresceu 5,5% em agosto (6,3% em maio), ressaltando-se o recuo de 2,5 p.p., para 5,0%, no aumento das vendas no segmento hiper e supermercados. O comércio ampliado, evidenciando as variações nas vendas de material de construção, 15,9%, e de automóveis, 4,8%, cresceu 6,4% (8,8% em maio).

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves no Rio Grande do Sul, em recuperação desde maio, totalizaram 62,8 mil unidades no trimestre encerrado em agosto, segundo a Fenabreve, recuando 17,7% em relação a igual trimestre de 2012, período em que houve intensificação das vendas, estimuladas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo a PMS do IBGE, a receita nominal do setor cresceu 4,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2012 (5,2% em maio), destacando-se o desempenho dos segmentos outros serviços, 17,4%, e transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios,

Tabela 5.25 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,0	1,4	0,3	5,5
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	-0,4	4,0	6,4
Hiper e supermercados	14,1	-0,1	0,1	5,0
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	8,6	-12,7	7,1
Móveis e eletrodomésticos	9,1	3,8	2,0	6,8
Comércio varejista ampliado	8,8	0,6	3,0	6,4
Automóveis e motocicletas	7,1	-0,8	3,0	4,8
Material de construção	12,9	4,8	7,3	15,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

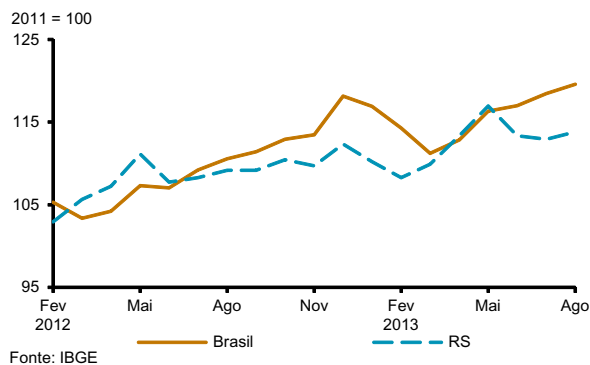
Tabela 5.26 – Receita nominal de serviços – Rio Grande do Sul

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	8,7	5,2	4,2	5,0
Serviços prestados às famílias	11,1	4,2	6,6	5,4
Serviços de informação e comunicação	8,1	3,9	6,7	4,8
Serviços profissionais e administrativos	9,2	-5,1	-11,4	-3,5
Transportes e correios	8,8	14,8	10,4	10,8
Outros serviços	7,6	6,8	17,4	8,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.20 – Receita nominal de serviços
Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

10,4%. O indicador cresceu 5,0% no período de doze meses encerrado em agosto, em relação a igual período de 2012.

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado para Porto Alegre pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 118 pontos em setembro (134,5 pontos em junho e 134,3 pontos em setembro de 2012). Mesmo recuando pelo quarto mês consecutivo, o ICF manteve-se na zona de otimismo (acima de 100 pontos).

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da CNC, a parcela de famílias endividadas¹⁰ atingiu 68,4% em setembro (56,6% em junho e 66,5% em setembro de 2012).

O Icec, divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 115,5 pontos em setembro (121,6 pontos em junho e 119 pontos em setembro de 2012). O recuo trimestral refletiu variações respectivas de -15,5, -3,1 e 0,2 pontos nos componentes que avaliam as condições atuais, as expectativas para os próximos seis meses e para os investimentos.

O Índice de Confiança dos Pequenos Negócios (ICPN)¹¹, medido mensalmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), atingiu 119 pontos em agosto (117 pontos em maio e 104 pontos em agosto de 2012). O desempenho trimestral refletiu variações de 12 pontos no Indicador da Situação Atual e de 3 pontos no Indicador da Situação Esperada para a atividade nos próximos três meses.

A produção da indústria gaúcha cresceu 4,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando expandira 4,3%, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. O resultado refletiu, principalmente, os aumentos nas atividades máquinas e equipamentos, 13,8%; refino de petróleo e álcool, 8,1%; e veículos automotores, 5,4%.

A indústria do estado expandiu 1,4% no período de doze meses finalizado em agosto, em relação a igual intervalo de 2012 (reco de 2,7% em maio), destacando-se as elevações nos segmentos máquinas e equipamentos, 12,6%, e refino de petróleo e álcool, 11,7%, e a redução de

10/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

11/ O ICPN é medido em uma escala que varia de 0 a 200. Acima de 100, o indicador aponta tendência de expansão das atividades, enquanto abaixo desse patamar sugere possível retração.

Gráfico 5.21 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul

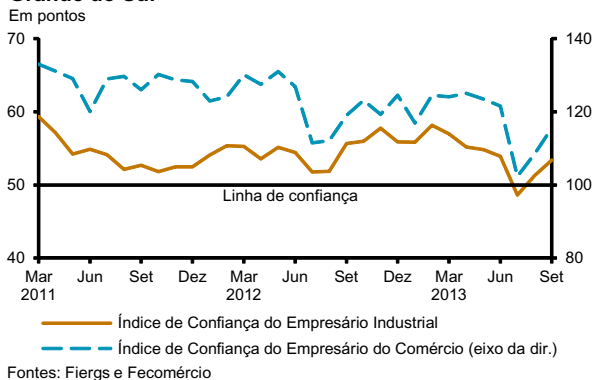


Gráfico 5.22 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

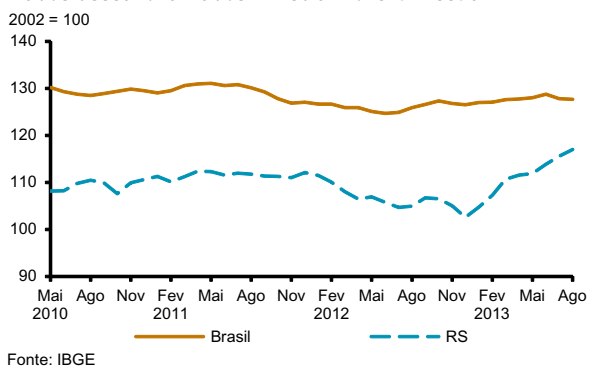
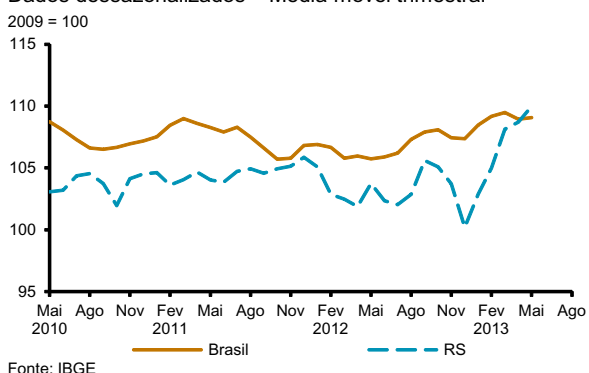


Gráfico 5.23 – Produtividade da indústria



4,9% na indústria de alimentos, responsável por 15,6% da produção total no período.

Vale ressaltar que a recuperação da produção industrial gaúcha ao longo de 2013 (aumento de 6% até agosto, em relação a igual intervalo de 2012) foi sustentada, em boa parte, pelo dinamismo das exportações do setor (aumento de 16,4% no período), destacando-se as dos segmentos metalurgia, 106,3%; produtos de borracha e de material plástico, 14,2%; e veículos automotores, reboques e carrocerias, 10,8%; e pelos estímulos, sobre a produção de máquinas e equipamentos, decorrentes da concessão de crédito em condições favoráveis no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa do governo do estado Mais Água, Mais Renda.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI), divulgado pela Fiergs, cresceu 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando se elevava 1,8%, nesse tipo de comparação, com base em dados dessazonalizados. Destacaram-se os aumentos no faturamento, 3,5%, e nas compras industriais, 1,7%. O IDI aumentou 2,9% no período de doze meses encerrado em agosto (1,1% em maio), em relação a igual intervalo de 2012, ressaltando-se as elevações nas compras industriais, 8,4%, e no faturamento, 7,3%. As exportações da indústria¹² aumentaram 40,4% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando haviam crescido 14,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, as exportações da indústria aumentaram 6,1% em agosto (recoo de 7,4% em maio).

A produtividade da mão de obra da indústria gaúcha, definida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas, dados do IBGE, aumentou 4,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 6,4%, nesta base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 5,6% em agosto (1,2% em maio).

O Icei, divulgado pela Fiergs, aumentou pelo segundo mês consecutivo, atingindo 53,4 pontos em setembro (53,9 pontos em junho e 55,7 pontos em setembro de 2012) e mantendo-se na área de confiança (acima de 50 pontos). A variação trimestral evidenciou o recuo no componente que

12/ Divulgado pela Fiergs a partir de dados do MDIC.

Tabela 5.27 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
 Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100	4,3	4,6	1,4
Alimentos	15,6	3,4	-4,7	-4,9
Máquinas e equipamentos	13,5	4,9	13,8	12,6
Refino de petróleo e álcool	12	22,4	8,1	11,7
Outros produtos químicos	11,2	7,5	0,3	-5,6
Veículos automotores	10	5,4	5,4	2,3
Calçados e artigos de couro	7,1	3,7	-0,9	-6,4
Produtos de metal	5,6	4,5	5,6	-1,3
Celulose, papel e produtos de papel	4,5	2,4	-5,5	-7,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de agosto.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.28 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2013		
	Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
IDI	1,8	1,0	2,9
Compras industriais	-1,9	1,7	8,4
Faturamento	3,5	3,5	7,3
Emprego industrial	1,3	0,7	-0,8
Horas trabalhadas	2,9	0,1	-0,5
Nucl ^{1/}	83,4	82,9	82,3
Exportações	14,5	40,4	6,1

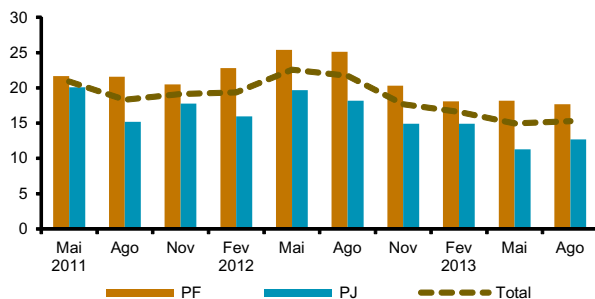
Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

Gráfico 5.24 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

avalia as condições atuais (-1,3 ponto) e a estabilidade no que considera as expectativas, que totalizaram, na ordem, 47,3 e 56,5 pontos.

O indicador da percepção do nível de estoques de produtos finais da indústria gaúcha, em nível acima do planejado¹³, situou-se em 52,2 pontos em agosto (53,7 pontos em maio), conforme a Sondagem Industrial realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre¹⁴ atingiu 12,7% em agosto (7,7% em maio e 4,8% em igual mês de 2012), de acordo com a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre, do Sinduscon-RS. As vendas realizadas no trimestre encerrado em agosto variaram 23,1% em relação ao trimestre finalizado em maio e -29,6% ante igual período de 2012.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado somou R\$165,7 bilhões em agosto, crescendo 3,2% no trimestre e 15,3% em doze meses. A carteira das pessoas físicas atingiu R\$89,2 bilhões, elevando-se 3,2% e 17,7%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, ressaltando-se as modalidades financiamentos imobiliários, rurais e agroindustriais, e crédito consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas somou R\$76,4 bilhões, aumentando 3,3% no trimestre e 12,7% em doze meses, com destaque para as contratações das indústrias metalúrgica e de transporte rodoviário e de carga.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 2,7% em agosto (2,9% em maio), com recuos nos segmentos de pessoas físicas (0,2 p.p.) e de pessoas jurídicas (0,1 p.p.), cujas taxas atingiram 3% e 2,3%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul totalizou R\$1,6 bilhão no primeiro semestre de 2013. O aumento de 14,4% em relação a igual período de 2012 refletiu, em especial, as elevações nos resultados dos governos do estado, 25,4%, e da capital, 736,4%.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$2,4 bilhões, recuo de 8,1% no período, contribuindo para que o *superavit* nominal atingisse R\$748

13/ Valores superiores a 50 pontos indicam estoques acima do planejado.

14/ Corresponde à relação entre as vendas e as ofertas de imóveis novos.

Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Estado do R. G. do Sul	-1 411	-1 615	2 571	2 363
Governo estadual	-1 218	-1 527	2 538	2 321
Capital	-10	-83	7	20
Demais municípios	-184	-4	26	22

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal		Outros ^{4/}	2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
	Est. R. G. do Sul	50 650	-1 615	2 363	748	4
Governo estadual	50 203	-1 527	2 321	793	-16	50 980
Capital	181	-83	20	-63	8	126
Demais municípios	265	-4	22	17	13	295

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	
Grãos	71,7	19 105	29 438	54,1
Soja	37,8	5 945	12 757	114,6
Arroz (em casca)	16,4	7 692	8 098	5,3
Milho	10,9	3 155	5 350	69,6
Trigo	5,1	1 866	2 653	42,2
Feijão	0,7	86	94	9,3
Outras lavouras				
Fumo	12,1	397	431	8,6
Mandioca	3,8	1 191	1 168	-1,9
Uva	3,0	840	808	-3,8
Maçã	1,7	621	643	3,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

milhões no primeiro semestre (R\$1,2 bilhão em igual período de 2012).

A dívida líquida totalizou R\$51,4 bilhões em junho, aumentado 1,5% em relação a dezembro de 2012.

A arrecadação de ICMS atingiu R\$17,5 bilhões nos nove primeiros meses do ano, segundo o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, elevando-se, em termos reais¹⁵, 7,5% em relação a igual período de 2012. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as transferências da União totalizaram R\$4,6 bilhões nos oito primeiros meses do ano, decréscimo real de 2,2% em relação a igual período de 2012.

A previsão para a safra de grãos do estado em 2013 atingiu 29,4 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE (15,9% da produção nacional). O acréscimo anual de 54,1% reflete prognósticos de aumentos para as colheitas de soja, 114,6%; milho, 69,6%; e trigo, 42,2%. Dentre as demais culturas, estão estimados aumentos para as produções de fumo, 8,6%, e maçã, 3,5%.

As cotações médias do feijão, trigo, arroz, soja e milho variaram, na ordem, 38,4%, 31,2%, 17,9%, 5,9% e -2,9% nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012, de acordo com a Emater/RS. Na margem, essas cotações variaram, na ordem, 4,2%, 13,5%, 5,5%, 12% e -3,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em junho.

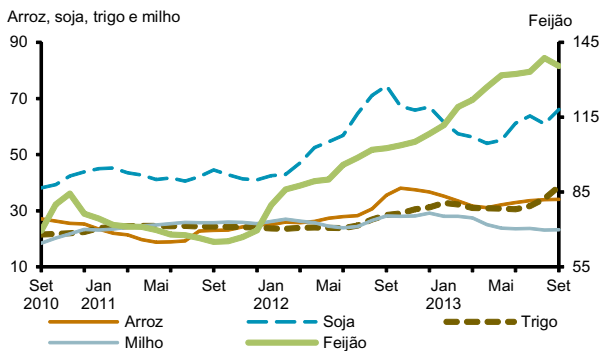
De acordo com estimativa de setembro do Mapa, o VBP dos principais produtos agrícolas atingirá R\$31,4 bilhões em 2013. O aumento anual de 44% reflete, em especial, as elevações nos VBPs dos itens trigo, 118,5%; soja, 102,3%; e milho, 69,8%.

O primeiro levantamento da intenção de plantio para safra de grãos do estado em 2014, realizado pela Conab em outubro, prevê expansões da área plantada, de 1,1% a 3,3%, e da produção, de 2,1% a 3,9%.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 6,4%, 4,1% e -3,4% nos oito primeiros meses de 2013, em relação a igual período do ano anterior, representando, na ordem, 15%, 22,6% e 2,5% dos abates realizados no país, de acordo com o Mapa. Ressalte-se que o rebanho bovino foi prejudicado pela

15/ Considerado o IGP-DI como deflator

Gráfico 5.25 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul Agosto de 2013

Discriminação	Variação % no ano		
	Produção	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates^{1/}			
Bovinos	-3,4	-10,9	2,6
Suínos	4,1	8,8	17,5
Aves ^{2/}	6,4	0,8	21,4
Leite ^{3/}	-6,3	-	11,0 ^{4/}

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

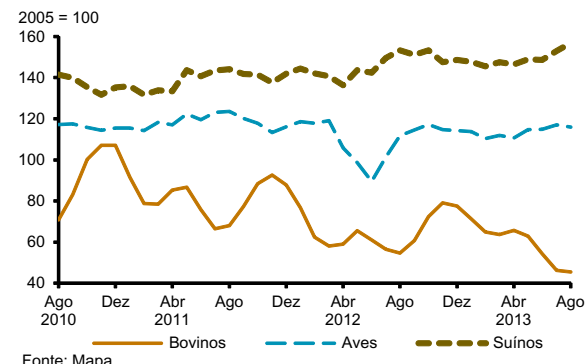
1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até junho.

4/ Até setembro.

Gráfico 5.26 – Abates de animais – Rio Grande do Sul Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

Tabela 5.33 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul 2012	Rio Grande do Sul 2013	Var. %	Brasil Var. %
Total	13 615	17 505	28,6	-1,6
Básicos	6 835	8 902	30,2	-0,7
Industrializados	6 780	8 603	26,9	-2,5
Semimanufaturados	1 067	926	-13,2	-6,1
Manufaturados ^{1/}	5 713	7 677	34,4	-1,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

16/ Exposição internacional de animais, máquinas, implementos e produtos agropecuários, realizada anualmente no município de Esteio, ocorrida neste ano entre 24 de agosto e 1º de setembro.

inundação de áreas de pastagens na região metropolitana de Porto Alegre e pela redução, no estado, da oferta de alimento, típica da estação fria.

De acordo com a Emater/RS e o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), os preços médios recebidos, no estado, pelos produtores de aves, suínos e bovinos aumentaram, na ordem, 21,4%, 17,5% e 2,6% no período. Ressalte-se que, de acordo com o MDIC, as quantidades exportadas desses itens variaram 0,8%, 8,8% e -10,9%, respectivamente, nos oito primeiros meses de 2013, em relação a igual período do ano anterior.

A produção gaúcha de leite (14,2% do total nacional) recuou 6,3% no primeiro semestre de 2013, em relação a igual período de 2012, de acordo com o IBGE. A redução no volume ofertado decorreu, em parte, da escassez de alimento para os animais e da identificação de adulterações de leite em indústrias do estado pelo Ministério Público. Segundo a Emater/RS, em cenário de menor oferta e maior demanda por produtos lácteos, os preços do leite aumentaram 11% nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012.

A estimativa de setembro do Mapa para o VBP da pecuária gaúcha em 2013 atinge R\$14,3 bilhões. O aumento anual real de 11,9%, considerado o IGP-DI como deflator, reflete as variações no VBP dos itens frango, 25%; suínos, 21,8%; bovinos, -0,9%; e leite, -1,6%.

Ressalte-se que, considerado o desempenho da 36ª Expointer¹⁶, as perspectivas para a agropecuária nos próximos trimestres são favoráveis. Destacaram-se, no evento, os aumentos, em relação à feira de 2012, nas vendas de máquinas e implementos agrícolas, 62%; de equipamentos de irrigação, 460%; e de animais, 16,5%.

O *superavit* da balança comercial do estado atingiu US\$4,8 bilhões nos nove primeiros meses de 2013 (US\$2,8 bilhões em igual período de 2012), de acordo com o MDIC, maior saldo nesse período nos últimos dez anos. As exportações somaram US\$17,5 bilhões e as importações, US\$12,7 bilhões, elevando-se 28,6% e 16,8%, respectivamente.

A trajetória das vendas externas, decorrente de crescimentos de 1,5% nos preços e de 26,6% no *quantum*,

Tabela 5.34 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-setembro

Discriminação	Valor (US\$milhões)		
	2012	2013	Var. %
Agricultura e pecuária	2 561	4 708	83,8
Indústria de transformação ^{1/}	10 610	12 284	15,8
Alimentos e bebidas	3 347	3 020	-9,8
Fumo	1 627	1 693	4,1
Produtos químicos	1 564	1 642	5,0
Outros equipamentos de transporte ^{2/}	4	1 632	40 700,0
Máquinas e equipamentos	1 233	1 158	-6,1
Veículos	651	790	21,4
Calçados e couros	657	723	10,0
Borracha e plástico	231	266	15,2
Móveis e indústrias diversas	224	233	4,0
Produtos de metal	251	210	-16,3
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	91	173	90,1
Metalurgia	73	142	94,5
Celulose, papel e produtos de papel	131	137	4,6
Máquinas de escritório e informática	112	100	-10,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	94	97	3,2
Madeira	107	89	-16,8

Fonte: Mdic/Secex

1/ Itens selecionados.

2/ Inclui plataforma de exploração/perfuração.

Tabela 5.35 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	10 838	12 661	16,8	8,7
Bens de capital	2 011	2 673	32,9	6,5
Matérias-primas	5 278	5 468	3,6	7,8
Bens de consumo	1 552	1 594	2,7	4,6
Duráveis	1 230	1 215	-1,2	-1,3
Não duráveis	322	379	17,7	12,5
Combustíveis e lubrificantes	1 997	2 926	46,5	19,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.36 – Evolução do emprego formal Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	9,7	35,2	8,0	36,1	6,6
Indústria de transformação	-2,9	2,9	4,5	17,5	-4,4
Comércio	1,8	14,8	-4,1	5,4	2,7
Serviços	8,2	12,6	6,3	15,0	7,6
Construção civil	2,3	0,5	-0,3	3,3	0,8
Agropecuária	-0,6	4,9	1,6	-6,1	-0,6
Serviços ind. de utilidade pública	0,3	-0,4	0,3	0,1	0,2
Outros ^{2/}	0,5	-0,1	-0,4	0,8	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

refletiu, em grande parte, o aumento de 30,2% nas vendas de produtos básicos (50,9% da pauta), com destaque para as elevações nos itens soja, 67,1%; carnes de frango, 10,1%, e de suíno, 12,1%; e milho, 771,1%. Os embarques de produtos manufaturados (43,9% do total) aumentaram 34,4%, impactados pela venda de uma plataforma de perfuração/exploração à subsidiária da Petrobrás no Panamá, em junho; e os de semimanufaturados recuaram 13,2%, com ênfase nas reduções nos itens óleo de soja em bruto, 52,9%, e borrachas, 41,5%. As exportações gaúchas direcionadas para a China (aumento de 61,0%), Panamá, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 47,3% das vendas externas do estado no período.

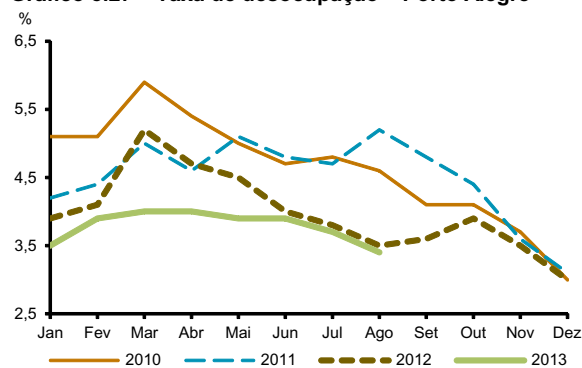
A evolução das importações, decorrente de variações de 18,9% no *quantum* e de -1,8% nos preços, evidenciou, em especial, as elevações respectivas de 46,5% e 32,9% nas compras de combustíveis (23,1% da pauta) e de bens de capital (21,1% do total), com destaque para veículos de carga. As aquisições de bens intermediários cresceram 3,6% e as de bens de consumo, 2,7%. As compras originárias da Argentina, Nigéria, EUA e China representaram, em conjunto, 49,7% das importações do estado nos nove primeiros meses do ano.

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul gerou 6,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (9,7 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE. Destacaram-se a criação de 7,6 mil vagas no setor de serviços e a eliminação de 4,4 mil postos na indústria de transformação, reflexo de demissões sazonais nas indústrias da borracha, fumo e couro. O nível de emprego formal aumentou 0,6% (1,0% no setor de serviços) no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 1,1% no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 3,4% em agosto (3,9% em maio e 3,5% em igual período de 2012), a menor para esse mês desde 2002, de acordo com a PME do IBGE. O recuo de 0,1 p.p. na comparação interanual decorreu de elevações respectivas de 3,8% e 3,6% na população ocupada e PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,5% em agosto (mesmo patamar de maio). O rendimento médio real habitual e a massa salarial real cresceram, na ordem, 3,6% e 4,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio.

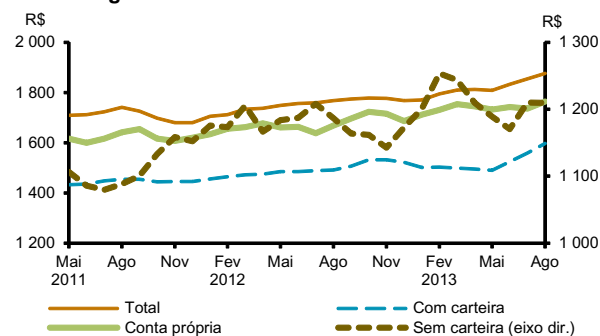
O IPCA da RMPA variou 1,13% no terceiro trimestre do ano (0,99% no segundo), resultado de desaceleração

Gráfico 5.27 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.28 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE

^{1/} Média móvel trimestral, a preços de agosto de 2013, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.37 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012 IV Tri	2013 I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,54	1,70	0,99	1,13
Livres	76,8	1,90	2,66	1,26	1,16
Comercializáveis	38,5	2,00	2,35	1,68	1,14
Não comercializáveis	38,3	1,80	2,97	0,85	1,19
Monitorados	23,2	0,42	-1,38	0,11	1,03
Principais itens					
Alimentação	25,2	2,58	3,76	0,93	1,91
Habitação	13,2	0,30	-3,55	1,15	2,13
Artigos de residência	4,9	0,79	0,73	2,42	1,86
Vestuário	7,0	3,06	-1,03	3,75	-1,08
Transportes	18,7	0,98	2,60	-0,46	-0,14
Saúde	11,4	0,80	1,66	2,36	1,36
Despesas pessoais	10,6	2,61	3,21	0,48	1,75
Educação	4,5	0,60	5,91	0,30	1,14
Comunicação	4,5	0,74	0,52	-0,13	0,10

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a setembro de 2013.

dos preços livres, de 1,26% para 1,16%, e aceleração dos monitorados, de 0,11% para 1,03%. Nesse segmento, destacaram-se os reajustes nos itens taxa de água e esgoto, 3,36%; planos de saúde, 2,24%; e gasolina, 1,13%, após recuo de 2,86% no trimestre anterior.

O comportamento dos preços livres refletiu a desaceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 1,68% para 1,14%, destacando-se o aumento de 9,23% no item leite e derivados; e a aceleração, de 0,85% para 1,19%, dos preços dos bens não comercializáveis, ressaltando-se o impacto do aumento de 1,88% no grupo alimentação no domicílio, mitigado parcialmente pelo recuo de 21,84% no item tubérculos, raízes e legumes.

O índice de difusão atingiu 53,7% no trimestre encerrado em setembro (53,6% em junho e 57,9% em setembro de 2012).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA variou 5,46% em setembro (6,02% em junho), reflexo de desacelerações nos preços livres, de 7,87% para 7,16%, e nos monitorados, de 0,32% para 0,17%. A trajetória dos preços livres foi favorecida pelo arrefecimento na variação dos bens não comercializáveis, de 8,45% para 6,97%, destacando-se o recuo de 9,54% no item tubérculos, raízes e legumes, que havia exercido pressão de alta até junho, e o menor impacto do item empregado doméstico. Os preços dos bens comercializáveis aceleraram, de 7,29% para 7,36%, devido, em parte, à intensificação dos reajustes dos preços de leite e derivados.

A elevação do nível de confiança dos empresários industriais, respaldada pelo aumento das exportações do setor e pelo dinamismo dos segmentos máquinas e equipamentos, e máquinas agrícolas, sinaliza continuidade da expansão do setor nos próximos meses. A atividade econômica gaúcha deverá ser sustentada, ainda, pelo aumento da renda agrícola e pelos investimentos anunciados ou em andamento, como as construções de duas novas plataformas para exploração de petróleo no polo naval de Rio Grande; de estaleiro em São José do Norte e dos módulos de Charquedas e Porto Alegre; e de dez parques eólicos até o final de 2014.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	1,3	0,3	0,7	1,3	0,1
Norte	0,1	0,0	0,2	-0,5	2,1
Nordeste	1,0	0,6	2,1	0,5	0,1
Sudeste	1,0	-0,3	1,1	-0,2	0,0
Sul	4,3	0,0	0,7	6,0	-2,8
Centro-Oeste	1,5	-0,8	1,1	0,3	-0,4

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Comércio varejista					
Brasil	1,8	1,1	0,1	0,5	2,5
Norte	1,1	0,4	0,4	2,2	0,9
Nordeste	2,4	1,0	-0,2	1,3	3,0
Sudeste	1,8	0,7	0,1	0,2	2,8
Sul	0,8	2,2	0,2	0,2	2,3
Centro-Oeste	2,3	1,3	-0,7	1,8	3,1
Comércio ampliado					
Brasil	6,2	-3,6	2,3	0,5	1,2
Norte	4,3	-0,7	0,9	2,1	-2,8
Nordeste	9,0	-4,1	0,1	1,2	2,9
Sudeste	5,0	-2,6	1,6	0,4	0,3
Sul	5,4	-2,1	2,0	1,1	2,1
Centro-Oeste	8,8	-2,9	0,9	2,0	0,8

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O ritmo de crescimento da atividade econômica no país, após intensificar no primeiro semestre do ano, moderou no trimestre encerrado em agosto, quando o IBC-Br cresceu 0,1% na margem (1,3% em maio e 0,7% em fevereiro), de acordo com dados dessazonalizados (Tabela 6.1). Destacaram-se o aumento de 2,1% na atividade no Norte, estimulada pela recuperação da indústria extrativa, e o recuo de 2,8% na região Sul, determinado, em especial, pela elevada base de comparação, haja vista que os efeitos da safra agrícola recorde, por questões metodológicas, foram concentrados em abril. A economia do Nordeste expandiu 0,1%, a do Sudeste manteve-se estável e a do Centro-Oeste recuou 0,4%, no período. Em doze meses até agosto, destacaram-se os crescimentos dos IBCRs das regiões Sul, 4,2%, e Nordeste, 3,4% (aumento de 2,1% no IBC-Br).

O comércio varejista do país – em cenário de continuidade do aumento da renda real, favorecido, em parte, pelo recuo da inflação – cresceu 2,5% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando se elevava 0,5%, dados dessazonalizados (Tabela 6.2). Ocorreram aumentos em todas as regiões, destacando-se que a menor expansão no Norte refletiu o desempenho desfavorável das vendas no Acre, Roraima, Pará e Tocantins. O dinamismo do varejo no país evidenciou o aumento nas vendas de hipermercados e de móveis e eletrodomésticos, e no Sul, em particular, a comercialização de artigos de uso pessoal.

O comércio ampliado, que incorpora vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 1,2% no país (0,5% no trimestre encerrado em maio), desempenho sustentado, principalmente, pelos aumentos das vendas nas regiões Nordeste, 2,9%, e Sul, 2,1%.

O saldo das operações de crédito acima de R\$1 mil expandiu 3,7%, no país, no trimestre encerrado em agosto, ressaltando-se os aumentos no Centro-Oeste, 6,6%; Norte, 4,3%; e Nordeste, 3,9% (Tabela 6.3). O estoque das

Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Agosto de 2013

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
			PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
Brasil	1 323	1 150	2 473	3,3	4,1	3,7	14,9	16,8	15,8
Norte	43	54	97	4,4	4,2	4,3	16,5	16,9	16,7
Nordeste	157	174	331	3,2	4,5	3,9	16,7	18,5	17,6
Sudeste	789	559	1 348	2,7	3,9	3,2	13,4	15,3	14,2
Sul	228	226	454	3,0	3,6	3,3	13,7	18,1	15,9
Centro-Oeste	106	137	243	8,5	5,1	6,6	26,5	18,9	22,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas cresceu mais intensamente do que no segmento de pessoas físicas no Centro-Oeste e no Norte, ocorrendo o contrário nas outras três regiões. No segmento de crédito a pessoas jurídicas, assinalem-se os aumentos dos empréstimos para a atividade de geração e transmissão de energia elétrica, no Centro-Oeste, e para a indústria de informática, eletrônicos e ótica, no Norte. Em ambas as regiões também se destacou a evolução do crédito direcionado à administração pública. No segmento a pessoas físicas, destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado, em todas as regiões, e para as modalidades financiamentos rurais, no Norte, Centro-Oeste e Sudeste, e cartão de crédito, no Nordeste.

A expansão do crédito em doze meses até agosto atingiu 22,1% no Centro-Oeste; 17,6% no Nordeste; e 16,7% no Norte. Os aumentos dos estoques, excetuado o Centro-Oeste, foram maiores no segmento de pessoas físicas em todas as regiões.

Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Agosto de 2013

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
				Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	2,0	4,3	3,0	-0,2	-0,4	-0,3	-0,3	-1,0	-0,6
Norte	3,0	5,5	4,3	0,0	-0,3	-0,2	-1,7	-0,4	-1,0
Nordeste	2,4	5,5	3,9	-0,5	-0,4	-0,4	-0,2	-0,8	-0,5
Sudeste	1,8	4,6	2,9	-0,2	-0,5	-0,3	-0,3	-1,0	-0,5
Sul	2,1	3,2	2,6	-0,2	-0,3	-0,2	-0,3	-0,9	-0,6
Centro-Oeste	1,8	3,4	2,7	-0,4	-0,4	-0,4	-0,6	-1,2	-1,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Os desembolsos do sistema BNDES somaram R\$102,1 bilhões nos sete primeiros meses do ano (aumento de 50,5% em relação a igual período de 2012). Ocorreram elevações nos empréstimos direcionados ao Nordeste, 101,2%; ao Sul, 81%; ao Centro-Oeste, 69,3%; e ao Sudeste, 34,5%; e recuo de 9% nos destinados ao Norte. Foram aprovados, no período, projetos totalizando R\$114 bilhões, tendo sido desembolsados 89,5% desse valor no período.

As taxas de inadimplência recuaram em todas as regiões, tanto no segmento de pessoas jurídicas quanto no de pessoas físicas (Tabela 6.4). Em bases trimestrais, destacaram-se as reduções de 0,4 p.p. no Nordeste, com ênfase no segmento de pessoas jurídicas, e no Centro-Oeste (Tabela 6.4). Em doze meses, as maiores reduções (1 p.p.) ocorreram no Norte e no Centro-Oeste.

Tabela 6.5 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%					
		2012			2013		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago	
Brasil	100,0	0,7	0,7	0,2	0,7	-0,3	
Norte	5,9	-0,6	1,6	-0,5	-1,6	0,0	
Nordeste	9,5	0,4	-0,8	2,9	-0,1	0,9	
Sudeste	62,7	1,1	1,7	-0,1	-0,2	-2,1	
Sul	18,5	-2,8	-0,7	1,0	6,2	1,8	
Centro-Oeste	3,5	-4,0	4,4	3,8	-2,5	-0,4	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2007.

A atividade industrial no país contraiu 0,3%, na margem, no trimestre encerrado em agosto (expansão de 0,7% no finalizado em maio), resultado de estabilidade no Norte; contrações de 2,1% no Sudeste e de 0,4% Centro-Oeste; e crescimentos de 1,8% no Sul e de 0,9% no Nordeste (Tabela 6.5).

No Sul, o desempenho da indústria refletiu, em parte, o dinamismo dos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos, metalurgia básica e de fumo. No Nordeste, destacou-se a produção dos segmentos de refino de petróleo e álcool, produtos químicos e têxtil. No

Tabela 6.6 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2012	2013	
Brasil	100,0	161,9	187,0	15,5
Norte	3,0	4,7	4,6	-3,2
Nordeste	11,8	11,9	12,1	1,5
Centro-Oeste	36,6	70,8	78,7	11,1
Sudeste	10,3	19,2	19,6	1,9
Sul	38,3	55,2	72,0	30,4

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2011.

3/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2013.

Tabela 6.7 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	%				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	5,5	5,2	5,2	5,8	5,6
Nordeste	6,8	6,3	6,1	7,1	8,1
Sudeste	5,4	5,2	5,2	5,7	5,3
Sul	3,8	3,5	3,8	3,9	3,5

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

Tabela 6.8 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2012		2013		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	363,9	263,4	-344,6	381,4	292,9
Norte	30,8	3,1	-32,1	2,6	18,3
Nordeste	73,2	102,1	-95,8	-35,2	63,7
Sudeste	186,0	87,0	-202,7	265,1	137,4
Sul	38,9	81,1	-5,6	102,8	41,5
Centro-Oeste	34,9	-9,9	-8,3	46,0	32,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Sudeste, a produção industrial foi negativamente impactada pelo desempenho desfavorável nos segmentos de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, farmacêutica, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e veículos. No Norte, a produção da indústria extrativa expandiu 12,9% no período e contrabalançou o recuo da produção da indústria de transformação, reflexo, especialmente de diminuições na produção de alimentos e bebidas, celulose, papel e produtos de papel e equipamentos e instrumentos médicos hospitalares. No Centro-Oeste, a expansão de 4,1% da produção da indústria extrativa contrapôs-se à redução na indústria de transformação, em particular, nos segmentos produtos químicos e metalurgia básica.

A safra de grãos do país deverá atingir 187 milhões de toneladas em 2013, crescimento anual de 15,5%, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 6.6). Estão projetadas expansões anuais respectivas de 11,1% e 30,4% para as colheitas do Centro-Oeste e do Sul, principais regiões produtoras de grãos, com aumentos de, na ordem, 10,8% e 7,1% nas áreas colhidas. Note-se que o desempenho no Sul reflete, principalmente, a base de comparação deprimida, haja vista o significativo recuo da safra em 2012, afetada por estiagem. Condições climáticas adversas impactaram a produção do Nordeste em 2013, o que explica a redução na projeção da safra de grãos este ano, de 8,2% em maio para 1,5% em setembro.

A taxa média de desemprego no país atingiu 5,6% no trimestre encerrado em agosto (5,5% em igual período de 2012). No Nordeste, a taxa de desemprego se deslocou de 6,8% para 8,1%; no Sudeste, de 5,4% para 5,3%; e no Sul, de 3,8% para 3,5% (Tabela 6.7). Cabe destacar que o aumento no Nordeste decorreu de variações respectivas de 4,3% e 2,8% na população economicamente ativa e na população ocupada.

O mercado formal de trabalho do país gerou 292,9 mil postos no trimestre finalizado em agosto (363,9 mil em igual período de 2012), conforme a Tabela 6.8. Esse padrão se repetiu em todas as regiões, à exceção do Sul, onde o mercado de trabalho havia sido negativamente influenciado pela forte diminuição da safra agrícola, em 2012. Destacou-se, no país, a criação de vagas no setor de serviços, no comércio e na indústria de transformação. No Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste o setor de construção também absorveu parcela representativa da mão de obra.

O *superavit* primário dos governos estaduais, das

Tabela 6.9 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

UF	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2012 Jan-jun	2013 Jan-jun
Região Norte	-2 104	-1 272
Região Nordeste	-3 139	-4 270
Região Sudeste	-16 954	-12 709
Região Sul	-4 073	-3 700
Região Centro-Oeste	-1 750	-2 134
Total	-28 021	-24 084

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) superávit

(+) déficit

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB

Média diária – Janeiro-setembro

Região	US\$ milhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Total	955,5	939,9	872,4	948,5	83,1	-8,6
Norte	66,9	71,1	64,7	64,2	2,2	6,8
Nordeste	72,4	64,4	94,6	108,3	-22,2	-43,8
Sudeste	525,3	470,7	472,4	519,7	52,9	-48,9
Sul	179,0	200,9	190,7	200,5	-11,7	0,4
Centro-Oeste	100,5	119,3	49,6	55,1	50,9	64,2
Outros ^{1/}	11,5	13,5	0,5	0,8	11,0	12,8

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

capitais e dos principais municípios somou R\$24,1 bilhão no primeiro semestre, recuando 14,1% em relação a igual período de 2012. Ocorreram aumentos respectivos de 36% e 22,1% nos *superávits* das regiões Nordeste e Centro-Oeste, e recuos nos *superávits* do Norte, 39,5%; Sudeste, 25%; e Sul, 9,2%, na mesma base de comparação (Tabela 6.9). O endividamento líquido do conjunto das entidades subnacionais consideradas atingiu R\$546,1 bilhões em junho. O aumento de 0,8% em relação a dezembro de 2012 refletiu, em especial, a elevação de 2% no Sudeste e o recuo de 10,5% no Norte.

A balança comercial acumulou *deficit* de US\$1,6 bilhão nos nove primeiros meses do ano. Os resultados negativos no Nordeste e no Sudeste refletiram recuo generalizado das vendas externas e aumento das importações, em especial de bens de capital. Destacaram-se o aumento das compras de veículos de carga, no Nordeste, e a redução no saldo da balança de óleos e combustíveis, no Sudeste. As demais regiões obtiveram melhora nos saldos, ressaltando-se os aumentos nas vendas de minério de ferro e de cobre, no Norte; de soja e de pasta química de madeira, no Centro-Oeste; de soja e de carne de frango, além de uma plataforma de petróleo, no Sul. Assinale-se que perspectivas de intensificação da atividade global tendem a repercutir positivamente no desempenho das exportações.

A inflação medida pelo IPCA atingiu 0,62%, no Brasil, no terceiro trimestre. No Nordeste, Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul as taxas posicionaram-se em 0,28%, 0,56%, 0,64%, 0,76%, e 1,13%, respectivamente.

Assim como em nível nacional, ocorreu, na margem, desaceleração dos preços livres em todas as regiões, exceto no Sul. Destacaram-se a redução de preços dos itens não comercializáveis, em especial tubérculos, raízes e legumes e hortaliças e verduras, e o aumento dos preços de panificados e laticínios, reflexo, em parte, da depreciação cambial e da entressafra. Os preços monitorados arrefeceram de forma acentuada, especialmente no Sudeste (recuo de 0,57% após elevação de 1,59% no segundo trimestre), e Centro-Oeste, (0,19% ante 0,73%), destacando-se o impacto das reversões nos reajustes das tarifas de ônibus urbanos em diversas capitais. No Norte e no Sul, os preços monitorados aumentaram, na ordem, 2,34% e 0,93%, reflexo, em parte, de aumentos nas tarifas de energia elétrica, e de água e esgoto.

Em síntese, em âmbito nacional, a intensificação

Tabela 6.11 – IPCAVariação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	2012		2013			%
		Set	Dez	Mar	Jun	Set	
IPCA							
Brasil	100,0	1,42	1,99	1,94	1,18	0,62	
Norte	4,2	1,66	3,36	2,45	0,41	0,64	
Nordeste	14,8	1,55	2,36	2,19	1,33	0,28	
Sudeste	57,6	1,33	1,79	1,96	1,29	0,56	
Sul	16,3	1,46	1,93	1,60	0,95	1,13	
Centro-Oeste	7,1	1,48	2,19	1,74	1,03	0,76	
Livres							
Brasil		1,68	2,28	2,89	1,20	0,82	
Norte		1,32	3,90	3,90	0,25	0,22	
Nordeste		1,93	2,66	3,02	1,57	0,26	
Sudeste		1,63	2,07	2,93	1,20	0,92	
Sul		1,73	2,12	2,51	1,21	1,24	
Centro-Oeste		1,61	2,37	2,50	1,11	0,92	
Monitorados							
Brasil		0,62	1,12	-1,07	1,10	-0,02	
Norte		2,92	1,36	-3,01	1,08	2,34	
Nordeste		0,25	1,28	-0,78	0,42	0,36	
Sudeste		0,50	0,97	-0,98	1,59	-0,57	
Sul		0,58	1,32	-1,38	0,09	0,93	
Centro-Oeste		1,06	1,63	-0,63	0,73	0,19	

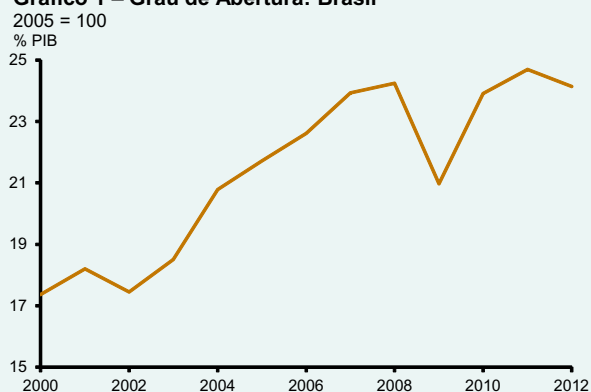
Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

observada no ritmo de crescimento da atividade no primeiro semestre não teve continuidade no início do segundo. Essa evolução, entretanto, apresenta-se distinta nas regiões, haja vista as diferenças na composição das respectivas estruturas de produção e demanda. Nesse cenário, destacaram-se a retomada da indústria extrativa mineral no Norte, a moderação da produção de óleo bruto no Sudeste e o avanço da colheita de grãos no Sul. A robustez do mercado de trabalho, expressa em taxas de desemprego historicamente baixas e em ganhos reais de salários, a expansão moderada do crédito, os programas de concessões de serviços públicos e as perspectivas favoráveis para a evolução do componente externo da demanda agregada sugerem continuidade do crescimento econômico nos próximos trimestres.

Grau de Abertura ao Comércio Externo: uma análise regional

Gráfico 1 – Grau de Abertura: Brasil



O Grau de Abertura (GA)¹ da economia brasileira ao comércio exterior, medido a preços de 2005², aumentou nos últimos doze anos. De acordo com o Gráfico 1, o GA aumentou até 2008, recuou em 2009 refletindo a crise financeira internacional, mas voltou a aumentar e atingiu o valor máximo de 24,7% do PIB em 2011 (média de 21,4% do PIB no período 2000/2012).

Este boxe analisa a evolução do GA por unidades selecionadas da federação³, no período de 2000 a 2010, último ano para o qual o IBGE disponibiliza estatísticas regionais sobre o PIB. Nesse sentido, procura identificar as economias regionais mais dependentes da demanda externa e as categorias de produtos mais relevantes em cada uma delas.

O GA das unidades da federação foi classificado, em relação ao GA do país, em cinco grupos:

1 - estados com GA inferior ao do país em todos os anos: Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás;

2 - estados com GA inferior ao do país inicialmente, mas superior à média nacional no decorrer do período: Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso;

3 - estados com GA superior em todo o período, predominantemente exportador: Pará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais;

4 - estados com GA superior em todo o período, predominantemente importador: Amazonas;

1/ Definido como a relação entre a corrente de comércio e o PIB.

2/ A utilização de valores constantes elimina efeitos de alterações nos preços relativos. O ano de 2005 foi escolhido como base porque a respectiva taxa de câmbio está próxima da média do período. PIB, exportações e importações são calculados para os demais anos aplicando-se sobre os valores do ano-base os índices de quantum respectivos.

3/ Estados considerados: AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RS, SC e SP.

Gráfico 2 – Grau de Abertura: Ceará

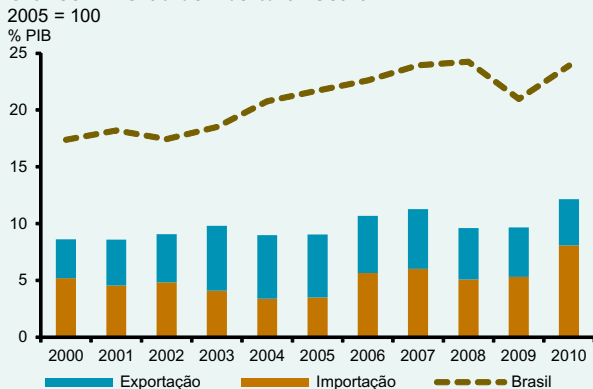


Gráfico 3 – Grau de Abertura: Pernambuco

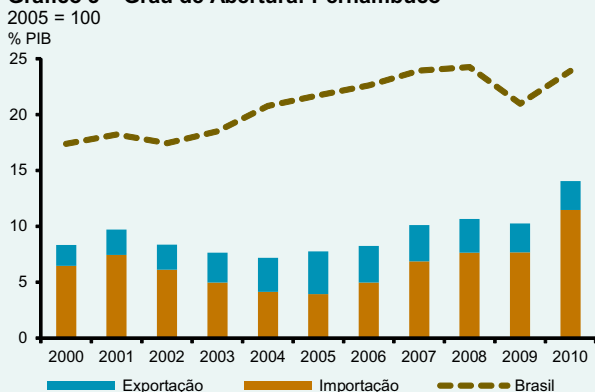
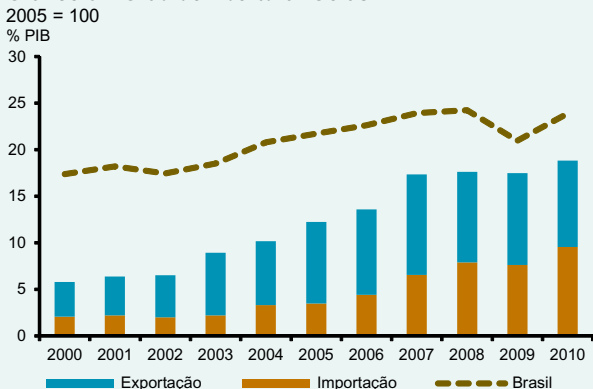


Gráfico 4 – Grau de Abertura: Rio de Janeiro



Gráfico 5 – Grau de Abertura: Goiás

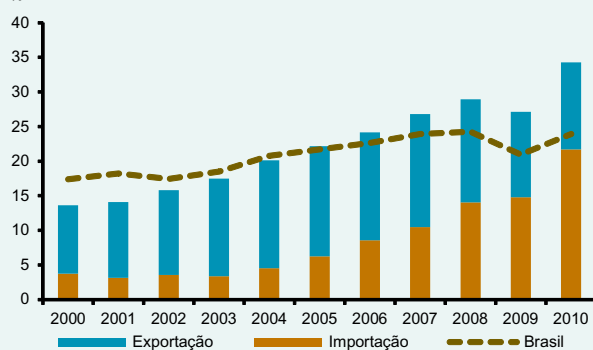
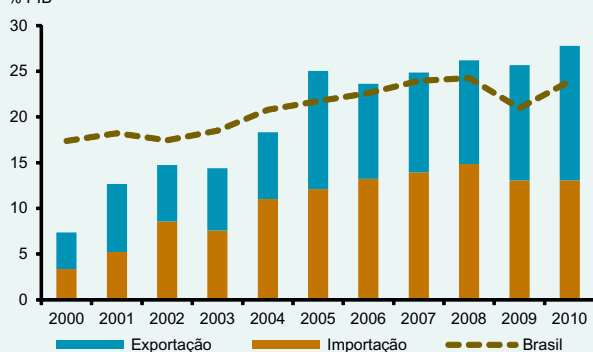
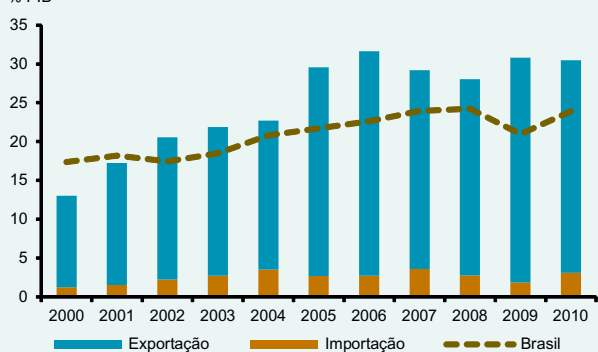
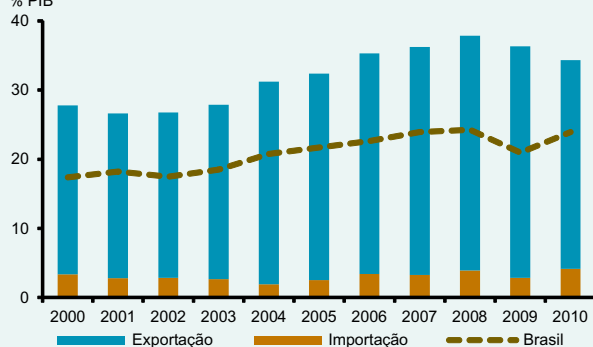


5 - estados com GA superior em todo o período, com comércio externo equilibrado: Maranhão, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

Ceará e Pernambuco registraram os GA médios mais reduzidos no período (9,8% e 9,3% do PIB, respectivamente), conforme os Gráficos 2 e 3. A participação das importações na corrente de comércio cearense passou de 60,3%, em 2000, para 66,5%, em 2010, com ênfase nas aquisições de matérias-primas e produtos intermediários. As vendas externas do estado concentraram-se em produtos básicos e manufaturados. Em Pernambuco, as importações representaram, em média, 70% da corrente de comércio, no período, concentradas em matérias-primas e produtos intermediários.

No Rio de Janeiro (Gráfico 4), o GA médio atingiu 15,5% do PIB no período, com a participação das importações na corrente de comércio (concentrada em óleos brutos de petróleo) recuando de 72,6%, em 2000, para 51,8%, em 2010 (média de 52,2% na amostra). Em Goiás (Gráfico 5), o GA passou de 5,8%, em 2000, para 18,8%, em 2010 (média de 12,3% no período), destacando-se a redução da representatividade das exportações, concentradas em produtos básicos, em especial carne bovina e complexo soja. Ressalte-se que a agropecuária foi responsável por cerca de 15% do PIB do estado, no período (mais de duas vezes a média do país).

Em relação aos estados com GA inferior ao do país inicialmente, mas superior no final da amostra, destaca-se Santa Catarina (Gráfico 6), cujo GA atingiu 34,5% do PIB em 2010, elevando-se 20,6 p.p. em relação a 2000. Esse aumento, o segundo maior entre os estados considerados, evidenciou a expansão das importações (em especial de matérias-primas e produtos intermediários), que representaram 63,3% da corrente de comércio em 2010 (27,4% em 2000). Cabe destacar, nas exportações, as vendas de carnes de frango e suíno, fumo, e bombas, compressores e ventiladores e suas partes. A indústria de transformação respondeu, em média, por 24% do PIB do estado, no período, segunda maior participação entre as unidades da federação (média nacional de cerca de 17%).

Gráfico 6 – Grau de Abertura: Santa Catarina2005 = 100
% PIB**Gráfico 7 – Grau de Abertura: Mato Grosso do Sul**2005 = 100
% PIB**Gráfico 8 – Grau de Abertura: Mato Grosso**2005 = 100
% PIB**Gráfico 9 – Grau de Abertura: Pará**2005 = 100
% PIB

Os GA de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Gráficos 7 e 8) aumentaram 20,4 e 17,5 p.p. respectivamente, no período, e atingiram, na ordem, 27,8% e 30,5% do PIB em 2010. No Mato Grosso do Sul, as importações responderam, em média, por 52,6% da corrente de comércio, com ênfase nas compras de gás natural da Bolívia. Nas exportações, predominaram as de produtos básicos (carnes de bovino e frango, e complexo soja). No Mato Grosso, a participação das exportações na corrente de comércio atingiu 90% em média, no período, destacando-se as de milho e de itens do complexo soja. A participação média da agropecuária no PIB atingiu 18% no Mato Grosso do Sul e 30% em Mato Grosso (cerca de 6% no país), no período.

Relativamente a estados predominantemente exportadores, com GA superior ao do país em todo o período considerado, o GA médio do Pará (Gráfico 9) atingiu 32,1% do PIB. As exportações do estado, concentradas em minério de ferro, alumínio em bruto e produtos de alumínio, representaram, em média, 90% da corrente de comércio, participação bastante estável no período. A indústria extrativa respondeu por cerca de 10% do PIB paraense, terceira maior participação regional.

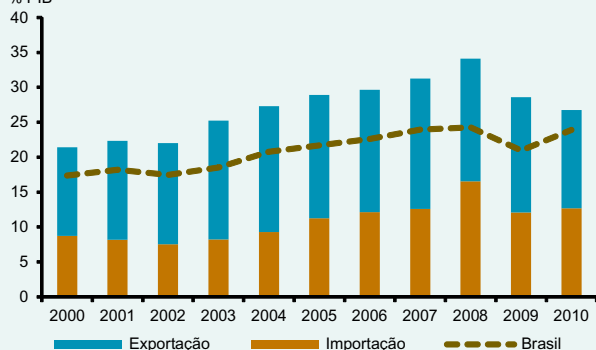
No Rio Grande do Sul, o GA passou de 21,4% do PIB, em 2000, para 26,8% do PIB, em 2010, com média de 27,1% do PIB no período (Gráfico 10). A participação média das exportações, concentradas em produtos básicos (fumo em folhas e complexo soja) e manufaturados (calçados), na corrente de comércio atingiu 60,3%. Em média, a agropecuária e a indústria de transformação responderam por cerca de 10% e 20% do PIB do estado (6% e 17%, respectivamente, no país).

O GA de Minas Gerais, com média de 21,7% do PIB no período, aumentou de 18,9% do PIB, em 2000, para 26,4% do PIB, em 2010 (Gráfico 11). A participação das exportações, concentradas em minérios de ferro e café em grão, recuou 8,6 p.p., para 58,9%, no período. A agropecuária e a indústria de transformação foram responsáveis, na ordem, por cerca de 9% e 18% do PIB mineiro no período considerado.

Gráfico 10 – Grau de Abertura: Rio Grande do Sul

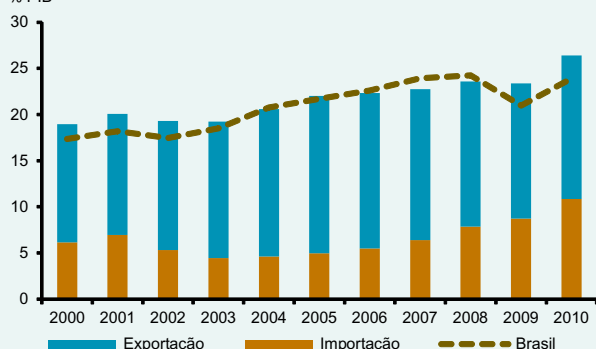
2005 = 100

% PIB

**Gráfico 11 – Grau de Abertura: Minas Gerais**

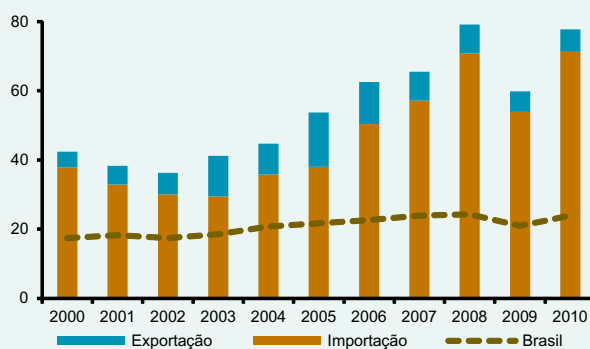
2005 = 100

% PIB

**Gráfico 12 – Grau de Abertura: Amazonas**

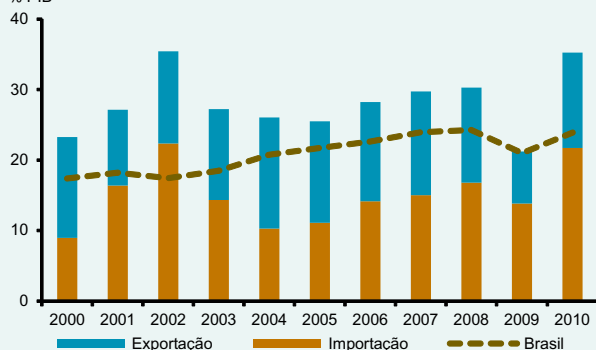
2005 = 100

% PIB

**Gráfico 13 – Grau de Abertura: Maranhão**

2005 = 100

% PIB



O estado de Amazonas (Gráfico 12), único predominantemente importador e com GA superior ao do país em todo o período considerado, apresentou o maior GA médio (54,7% do PIB) e a maior expansão (35,4 p.p.), no período. As importações responderam, em média, por 85% da corrente de comércio, destacando-se as aquisições de Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD), partes para aparelhos de telefonia, circuitos impressos e partes para aparelhos receptores para radiodifusão e televisão, especialmente de países asiáticos, para as linhas de montagem da Zona Franca de Manaus. A participação da indústria de transformação respondeu, no período, por cerca de 35% do PIB do estado (aproximadamente 17% no país).

No âmbito dos estados com GA superior ao do país em todo o período, com comércio externo equilibrado, o indicador do Maranhão atingiu, em média, 28,1% do PIB no período, passando de 23,3% do PIB, em 2000, para 35,3% do PIB, em 2010 (Gráfico 13). A participação das importações atingiu, em média, 53,3%, e sua participação na corrente de comércio do estado passou de 38,4%, em 2000, para 61,5%, em 2010. As importações maranhenses concentraram-se em combustíveis e lubrificantes e as exportações, em alumínio em bruto, produtos siderúrgicos, minério de ferro e soja.

O GA da Bahia (Gráfico 14) cresceu 6,4 p.p. no período (média de 21,9% do PIB). A participação das exportações na corrente de comércio do estado aumentou de 43,4%, em 2000, para 56,7%, em 2010 (média de 57,4%), destacando-se as de óleos combustíveis, celulose e automóveis de passageiros. No âmbito das importações, ressaltam-se as relativas a produtos minerais.

Conforme o Gráfico 15, no Espírito Santo, o GA médio foi o segundo mais elevado dos estados analisados (45,7% do PIB). As exportações responderam, em média, por 58,7% da corrente de comércio, e sua participação no indicador recuou 3,4 p.p., para 55,8%, no período. As vendas externas do estado foram sustentadas pelas relativas a minério de ferro, produtos siderúrgicos e celulose, enquanto as importações concentraram-se em matérias-primas e produtos intermediários e em

Gráfico 14 – Grau de Abertura: Bahia

2005 = 100
% PIB

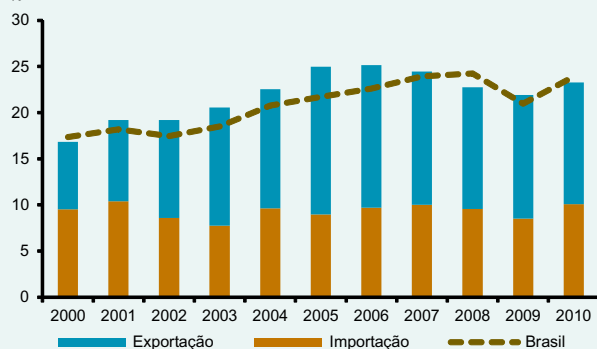


Gráfico 15 – Grau de Abertura: Espírito Santo

2005 = 100
% PIB

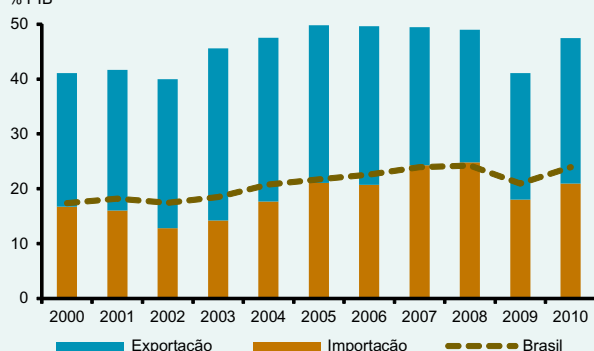


Gráfico 16 – Grau de Abertura: São Paulo

2005 = 100
% PIB

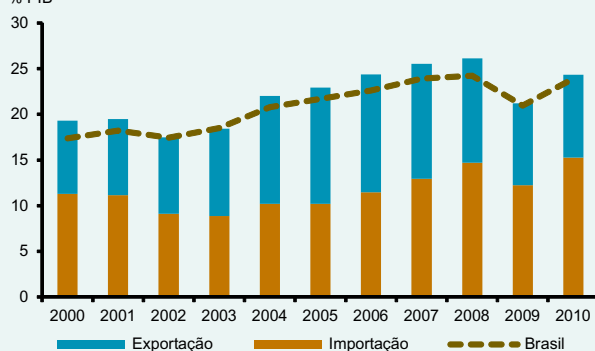
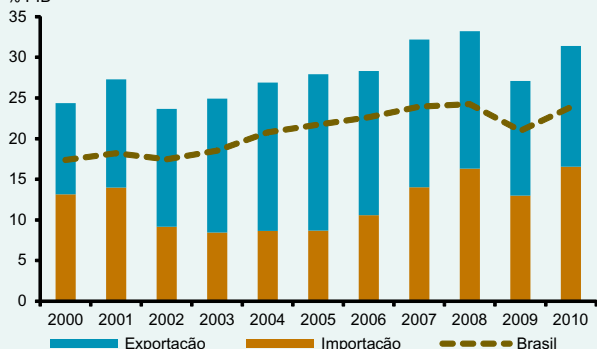


Gráfico 17 – Grau de Abertura: Paraná

2005 = 100
% PIB



bens de capital. A indústria extrativa respondeu por aproximadamente 10% do PIB do Espírito Santo, inferior apenas à representatividade do setor no Rio de Janeiro (11%).

O GA de São Paulo (média de 21,9% do PIB no período) aumentou até 2008, recuou em 2009 e retomou a trajetória crescente em 2010, quando atingiu 24,3% do PIB (19,3% do PIB em 2000). A participação das importações (Gráfico 16) na corrente de comércio paulista passou de 58,5%, em 2000, para 62,8%, em 2010 (média de 52,8% no período). As importações concentraram-se em matérias-primas e produtos intermediários e em bens de capital, e as exportações, em aviões, automóveis de passageiros e açúcar. A participação média da indústria de transformação no PIB estadual, no período, atingiu cerca de 23% (17% no país), contrastando com as reduzidas representatividades médias da agropecuária e da indústria extrativa.

No Paraná (Gráfico 17), o GA médio atingiu 27,9% no período, aumentando de 24,4% do PIB, em 2000, para 31,4% do PIB, em 2010. A participação das exportações cresceu 1,2 p.p., para 47,3%, no período, com destaque para as vendas de carne de frango, soja e automóveis de passageiros, enquanto no âmbito das importações destacaram-se as aquisições de óleos brutos de petróleo e de automóveis de passageiros. A agropecuária e a indústria de transformação foram responsáveis, em média, por cerca de 10% e 19% do PIB paranaense no período, acima das médias respectivas no país.

Em linhas gerais, o GA da economia brasileira – impactado inicialmente pelas exportações e posteriormente pelas importações – cresceu de 2000 a 2010. Ocorreram aumentos nos GAs de todas as unidades da federação analisadas neste box. Com exceção de Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Pará, houve elevação na participação das importações nas correntes de comércio, com destaque para Santa Catarina. Amazonas e Pernambuco registraram as maiores participações das importações nos GAs, e Pará e Mato Grosso, as maiores das exportações. Esses dois estados e o Espírito Santo foram, no período analisado, as unidades da federação mais dependentes da demanda externa para sua dinâmica econômica, medida em percentagem do PIB.

Análise da Composição da Cesta de Consumo Familiar

A evolução do consumo das famílias na última década refletiu o impacto de importantes mudanças demográficas e socioculturais, da consolidação da estabilidade monetária, de alterações de preços relativos, do dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito, e dos programas de transferência de renda do governo federal. Este boxe analisa a dinâmica da cesta de consumo das famílias de 2003 a 2009, em âmbito nacional e regional¹, focando aspectos como sensibilidade à faixa de renda familiar *per capita*; localização geográfica; acesso a crédito; e gênero, idade e nível de escolaridade do chefe de família.

A cesta de consumo familiar foi construída a partir do orçamento de consumo familiar, que corresponde à soma das despesas de consumo de bens e serviços² realizadas pelas famílias durante o período de coleta da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As despesas foram classificadas nas categorias de bens de consumo não durável, semidurável, durável, monitorado ou serviço³. A participação de cada classe na cesta de consumo familiar equivale à razão entre a soma de

1/ Com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE.

2/ Foram consideradas apenas as despesas de consumo de bens e serviços relacionadas na POF com correspondência na atual cesta do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), do IBGE. Dessa forma, o conceito de orçamento de consumo familiar não inclui impostos incidentes sobre renda e patrimônio (com exceção do IPVA), seguro de vida, doações, compras para negócio próprio, serviços financeiros medidos indiretamente, bem como os dispêndios que impactaram o patrimônio familiar, tais como aquisição e reforma de imóveis, compra de títulos de capitalização e títulos de clube, aquisição de vagas cativas de estacionamento, pagamento de débitos, juros e seguros de empréstimos pessoais, despesas com prestação de financiamento de imóvel e aplicações, líquidas de resgates, em fundos de investimento, poupança, ações, ouro, moedas estrangeiras, etc.

3/ A classificação de cada despesa teve como referência o atual sistema de classificação dos subítemos do IPCA adotado pelo Banco Central, descrito no boxe “Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA”, apresentado no Relatório de Inflação de dezembro de 2011. Para os códigos de despesas não componentes do IPCA, a classificação foi realizada por similaridade.

todas as despesas da referida classe e o orçamento de consumo familiar⁴.

De acordo com a Tabela 1, no período de 2003 a 2009 as famílias brasileiras reduziram em 3,2 p.p., para 29,0%, a parcela de gastos com bens de consumo não duráveis, enquanto as participações dos gastos com itens monitorados e com serviços – categoria com maior crescimento da participação no período – aumentaram, na ordem, em 1,8 p.p., para 28,5%, e em 2,1 p.p., para 23,5%. Esse padrão repetiu-se, de modo geral, em âmbito regional, destacando-se os aumentos respectivos de 3,2 p.p. e 2,8 p.p. nas parcelas de gastos com serviços nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Tabela 1 – Estimativa da composição da cesta de consumo familiar, no Brasil e nas regiões, com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares

	Em percentual					
	Brasil	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
POF 2002-2003						
Participação dos bens não duráveis	32,2	28,0	29,0	39,4	41,2	27,9
Participação dos bens semiduráveis	9,5	8,8	9,9	11,2	10,1	9,3
Participação dos bens duráveis	10,2	10,4	11,7	9,5	8,8	10,9
Participação dos monitorados	26,7	29,2	27,9	23,2	21,3	29,9
Participação dos serviços	21,4	23,6	21,5	16,8	18,6	21,9
POF 2008-2009						
Participação dos bens não duráveis	29,0	24,6	26,4	37,7	37,0	24,7
Participação dos bens semiduráveis	8,5	7,6	9,0	10,8	9,3	8,1
Participação dos bens duráveis	10,5	10,0	12,1	9,9	10,4	11,2
Participação dos monitorados	28,5	31,4	29,0	23,1	23,9	30,8
Participação dos serviços	23,5	26,4	23,4	18,4	19,5	25,1

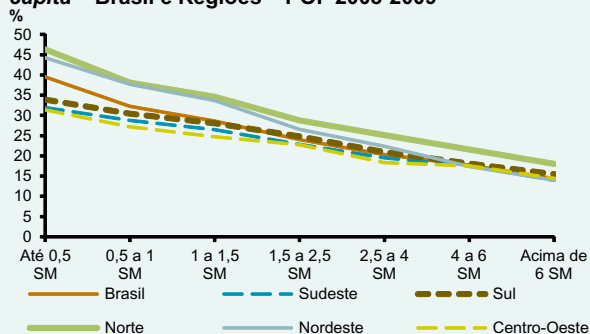
As evidências indicam que a composição da cesta de consumo familiar nos períodos considerados, em âmbito nacional e regional, varia de acordo com a renda disponível familiar *per capita*⁵. Além disso, a correlação se mostra negativa entre renda e consumo de bens não duráveis; e positiva entre renda e gastos com bens duráveis e serviços.

4/ Objetivando reduzir inconsistências e distorções das médias, foram excluídas da amostra as famílias com renda disponível negativa ou zero ou cujo orçamento de consumo familiar era superior a 400% ou inferior a -400% da renda disponível familiar. A amostra, para o Brasil, em 2009, por faixa de renda disponível familiar *per capita* (em salários mínimos), distribuiu-se em: 21,8% até 0,5 SM; 24% de 0,5 até 1 SM; 17,8% de 1 a 1,5 SM; 16,7% de 1,5 a 2,5 SM; 9,1% de 2,5 a 4 SM; 4,6% de 4 a 6 SM; 5,9% acima de 6 SM.

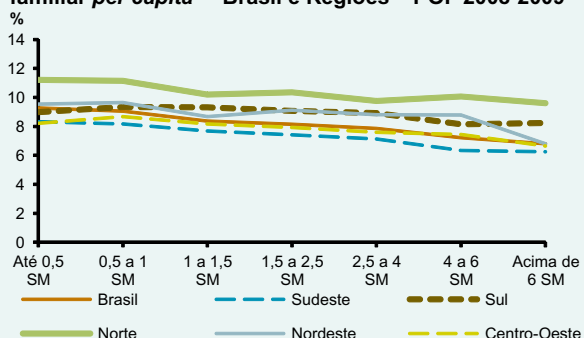
5/ Definida com base na renda disponível familiar *per capita* mensal, em salários mínimos da época. Utilizou-se o conceito de renda disponível monetária familiar definida pelo IBGE, que corresponde à soma dos rendimentos monetários anualizados de todos os moradores da família, obtidos por meio do trabalho, transferências, aluguel de imóveis e outras rendas (receitas com vendas de imóveis, juros de empréstimos, dividendos de ações, recebimentos de heranças, etc.), abatidos das deduções com previdência pública, imposto de renda e outras deduções aplicáveis, e subtraídos das despesas com pensão alimentícia, mesada, previdência pública e privada, pecúlio domiciliar, imposto sobre serviços (ISS), auxílio educação (desconto), complementação do imposto de renda e imposto sindical anual.

Gráfico 1 – Composição da cesta de consumo familiar, no Brasil e nas regiões, por faixa de renda disponível familiar *per capita*

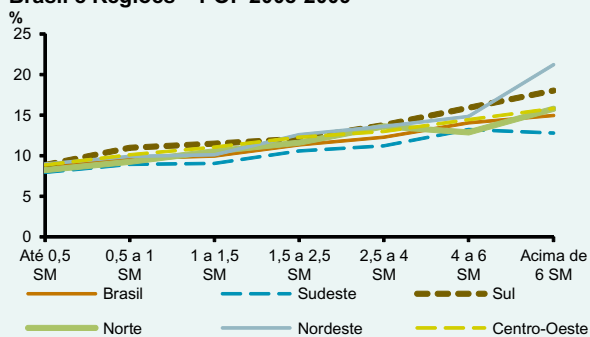
Participação dos bens não duráveis na cesta de consumo das famílias por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil e Regiões – POF 2008-2009



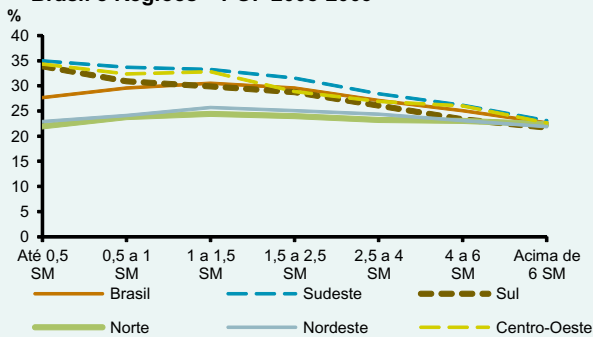
Participação dos bens semiduráveis na cesta de consumo das famílias por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil e Regiões – POF 2008-2009



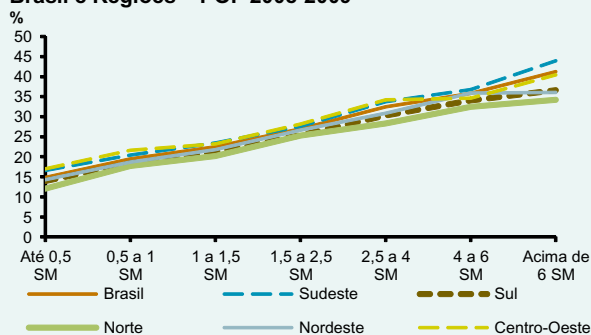
Participação dos bens duráveis na cesta de consumo das famílias por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil e Regiões – POF 2008-2009



Participação dos monitorados na cesta de consumo das famílias por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil e Regiões – POF 2008-2009



Participação dos serviços na cesta de consumo das famílias por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil e Regiões – POF 2008-2009



A análise para o país indica que, em 2009, a participação dos gastos com serviços e bens não duráveis atingiu 41,2% e 14,4%, respectivamente, nas famílias com renda *per capita* mensal superior a seis salários mínimos, e 14,8% e 39,5%, respectivamente, nas famílias com renda *per capita* de até 0,5 salário mínimo (Gráfico 1). De 2003 a 2009, ocorreram, nas faixas de renda mencionadas, variações respectivas de 3,4 p.p. e 1,5 p.p. nas participações do consumo de serviços; de -1,9 p.p. e -5,9 p.p. nas relativas a bens de consumo não

duráveis; e de -1 p.p. e 4,2 p.p. na representatividade do consumo de monitorados.

A Tabela 2 mostra a variação, em pontos percentuais, da participação das categorias de bens e serviços na cesta de consumo de 2003 a 2009, por faixa de renda *per capita*. Ressaltem-se, na maioria das faixas de renda, a redução da importância relativa do consumo de bens não duráveis e semiduráveis, e os aumentos nas relativas a bens duráveis e, em especial, a serviços. O consumo de monitorados aumentou predominantemente nas faixas de menor renda.

Tabela 2 – Variações na cesta de consumo entre 2003 e 2009, no Brasil e nas regiões, por faixa de renda *per capita*

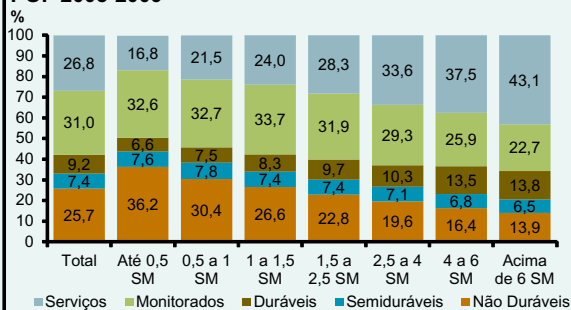
Em p.p.

Não Duráveis	Até 0,5 SM	0,5 a 1SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2,5 SM	2,5 a 4 SM	4 a 6 SM	Acima de 6 SM
Brasil	-5,9	-4,8	-4,9	-3,7	-3,2	-1,9	-1,9
Sudeste	-6,2	-6,1	-5,3	-4,5	-3,5	-1,9	-2,7
Sul	-4,8	-4,2	-4,4	-2,2	-3,1	-2,0	-0,5
Norte	-3,4	-2,8	-1,7	-0,7	0,5	1,1	-1,4
Nordeste	-6,1	-3,7	-5,3	-3,8	-3,0	-3,6	-2,4
Centro-Oeste	-5,5	-4,8	-4,1	-2,4	-2,4	0,4	1,6
Semiduráveis	Até 0,5 SM	0,5 a 1SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2,5 SM	2,5 a 4 SM	4 a 6 SM	Acima de 6 SM
Brasil	-1,0	-1,2	-1,3	-1,3	-1,1	-0,8	-0,7
Sudeste	-1,4	-1,5	-1,7	-1,4	-1,3	-1,4	-0,7
Sul	-1,7	-1,4	-0,7	-0,8	-0,6	-0,3	-0,2
Norte	0,1	-0,6	-1,4	-1,2	-0,8	1,1	-0,5
Nordeste	-0,8	-0,9	-0,7	-1,3	-0,9	0,1	-1,4
Centro-Oeste	-1,5	-1,3	-1,2	-1,6	-1,0	-0,7	-1,3
Duráveis	Até 0,5 SM	0,5 a 1SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2,5 SM	2,5 a 4 SM	4 a 6 SM	Acima de 6 SM
Brasil	1,0	0,5	1,1	0,2	-0,2	0,7	0,2
Sudeste	-0,1	0,3	0,9	-0,2	-1,1	0,5	-1,5
Sul	0,5	0,5	1,3	-0,2	0,1	0,9	2,6
Norte	1,1	-0,1	0,8	0,7	0,7	-3,0	1,0
Nordeste	1,8	1,0	1,3	2,2	2,4	2,0	5,1
Centro-Oeste	0,1	0,4	0,9	0,6	0,4	0,7	-0,6
Monitorados	Até 0,5 SM	0,5 a 1SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2,5 SM	2,5 a 4 SM	4 a 6 SM	Acima de 6 SM
Brasil	4,2	2,5	1,3	0,5	-0,3	-0,6	-1,0
Sudeste	4,8	3,4	1,5	0,7	0,1	-0,1	-0,5
Sul	4,5	2,4	0,1	-0,3	-0,6	-1,2	-1,4
Norte	0,3	0,8	0,2	-0,6	-1,7	-1,6	-2,9
Nordeste	4,5	2,0	2,2	1,1	-0,4	-1,1	-2,2
Centro-Oeste	2,9	0,8	1,4	-0,4	-1,5	-0,4	-1,4
Serviços	Até 0,5 SM	0,5 a 1SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2,5 SM	2,5 a 4 SM	4 a 6 SM	Acima de 6 SM
Brasil	1,5	3,0	3,7	4,2	4,8	2,4	3,4
Sudeste	2,7	3,8	4,5	5,4	5,8	2,9	5,4
Sul	1,1	2,7	3,7	3,4	4,2	2,1	-0,5
Norte	1,6	2,6	2,1	1,7	1,4	2,5	3,8
Nordeste	0,6	1,5	2,5	1,9	1,9	2,6	0,9
Centro-Oeste	3,7	4,8	2,8	3,7	4,6	0,0	1,7

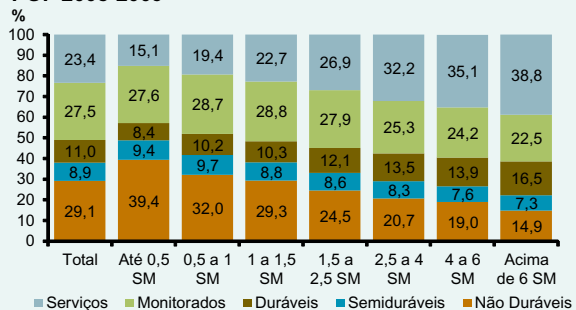
A composição da cesta de consumo das famílias também repercute a localização geográfica, independentemente da faixa de renda familiar *per capita*. De acordo com o Gráfico 2, a participação dos gastos com serviços é mais representativa nas áreas mais urbanizadas, atingindo 43,1% no âmbito das famílias residentes em áreas metropolitanas com renda disponível *per capita* superior a seis salários mínimos. Esse padrão se repetiu em âmbito regional, tanto em 2009 quanto em 2003 (com exceção do Norte).

Gráfico 2 – Composições das cestas de consumo das famílias da área urbana e da área rural por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil

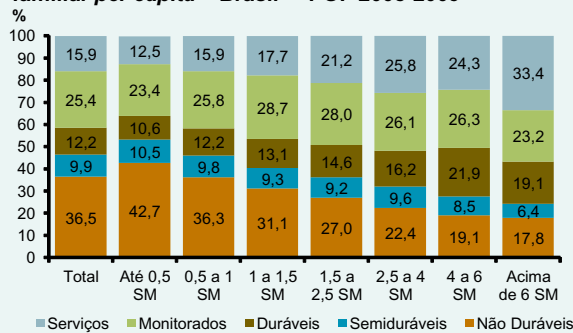
Composição da cesta de consumo das famílias localizadas nas regiões metropolitanas por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



Composição da cesta de consumo das famílias localizadas nos outros municípios da área urbana por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



Composição da cesta de consumo das famílias localizadas na área rural por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009

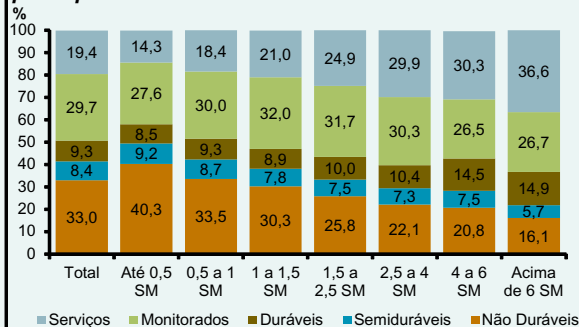


As evidências sugerem o acesso ao crédito como fator relevante para a composição da cesta de consumo das famílias. Nesse sentido, dados agregados para o país indicam que famílias detentoras de cartão de crédito ou cheque especial destinaram, em 2009, parcela maior do orçamento ao consumo de bens duráveis e de serviços, em relação às famílias sem acesso a esses instrumentos financeiros. Esse comportamento ocorreu, igualmente, em âmbito regional, na maioria dos segmentos de renda considerados.

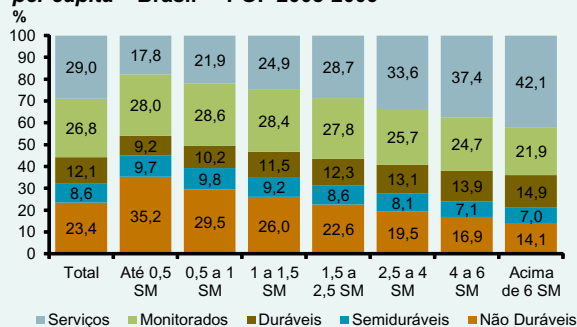
De acordo com o Gráfico 3, as participações de bens duráveis e de serviços na cesta de consumo das famílias brasileiras detentoras de cartão de crédito atingiram 12,1% e 29%, respectivamente, em 2009 (9,3% e 19,4% nas famílias sem cartão de crédito).

Gráfico 3 – Composições das cestas de consumo das famílias com e sem cartão de crédito por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil

Composição da cesta de consumo das famílias sem cartão de crédito por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil – POF 2008-2009



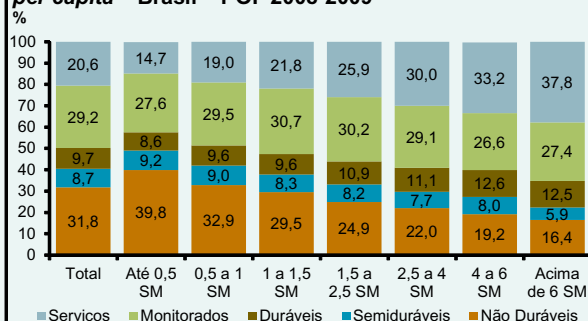
Composição da cesta de consumo das famílias com cartão de crédito por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil – POF 2008-2009



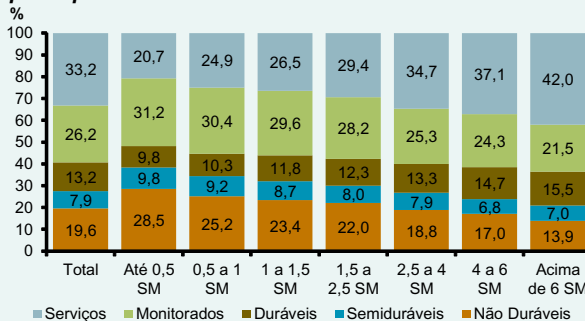
No mesmo sentido, segundo o Gráfico 4, as participações de bens duráveis e de serviços na cesta de consumo das famílias brasileiras detentoras de cheque especial atingiram 13,2% e 33,2%, respectivamente, em 2009 (9,7% e 20,6% nas famílias sem cheque especial).

Gráfico 4 – Composições das cestas de consumo das famílias com e sem cheque especial por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil

Composição da cesta de consumo das famílias sem cheque especial por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil – POF 2008-2009



Composição da cesta de consumo das famílias com cheque especial por faixa de renda disponível familiar per capita – Brasil – POF 2008-2009



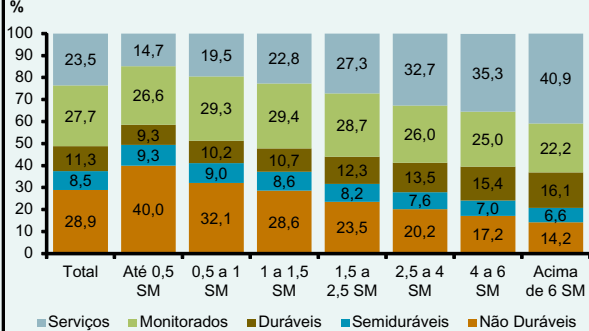
Em relação ao gênero do chefe de família, independentemente da faixa de renda familiar per capita, as famílias brasileiras com chefes do sexo masculino consomem parcela maior do orçamento com bens duráveis vis-à-vis aquelas famílias com chefes do sexo feminino. Essas destinam parcela maior ao consumo de monitorados (Gráfico 5). Esse

padrão também foi observado em âmbito regional, tanto em 2009 quanto em 2003.

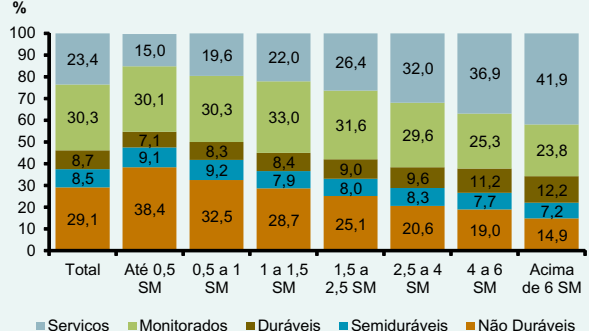
Em nível nacional, as participações de bens duráveis e de monitorados na cesta de consumo das famílias chefiadas por homens atingiram 11,3% e 27,7% em 2009 (10,8% e 26,0% em 2003), e as participações de bens duráveis e de monitorados na cesta de consumo das famílias chefiadas por mulheres totalizaram 8,7% e 30,3% (8,7% e 28,7% em 2003).

Gráfico 5 – Composições das cestas de consumo das famílias com chefes do sexo masculino e feminino por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil

Composição da cesta de consumo das famílias com chefes do sexo masculino por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



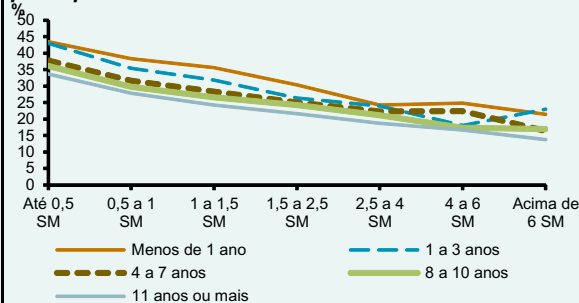
Composição da cesta de consumo das famílias com chefes do sexo feminino por faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



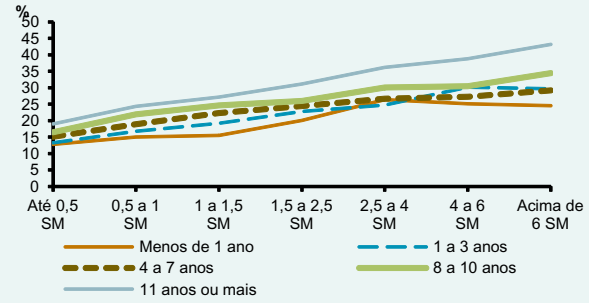
Quanto ao nível de escolaridade do chefe de família, observou-se – no país e nas regiões; em 2003 e em 2009; e na maioria dos segmentos de renda considerados – tendência de crescimento da participação de serviços e de recuo da participação de bens não duráveis na cesta de consumo das famílias à medida em que aumenta o número de anos de estudo do chefe de família (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Participações dos bens não duráveis e dos serviços na cesta de consumo familiar por nível de escolaridade do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil

Participação dos bens não duráveis na cesta de consumo das famílias por número de anos de estudo do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



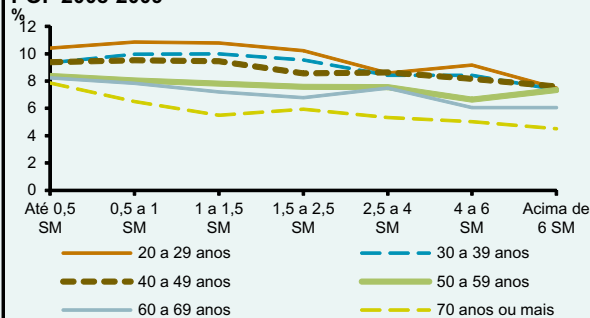
Participação dos serviços na cesta de consumo das famílias por número de anos de estudo do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



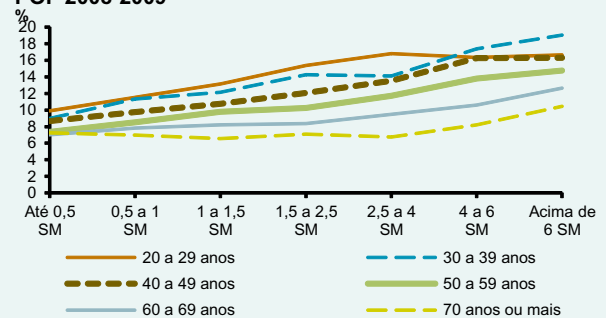
A análise da composição da cesta de consumo familiar por idade do chefe de família mostrou, em âmbito nacional e regional, tendência de crescimento da participação de monitorados (consistente com a maior importância relativa dos gastos com medicamentos e plano de saúde), bem como de decréscimo das participações de bens semiduráveis e duráveis na cesta de consumo das famílias à medida em que a faixa etária aumenta. Esse padrão ocorreu na maioria dos segmentos de renda considerados (Gráfico 7), tanto em 2009 como em 2003.

Gráfico 7 – Participações dos bens semiduráveis, dos bens duráveis e dos monitorados na cesta de consumo familiar por idade do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil

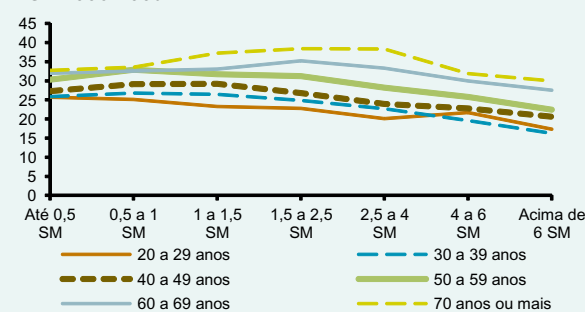
Participação dos bens semiduráveis na cesta de consumo das famílias por idade do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



Participação dos bens duráveis na cesta de consumo das famílias por idade do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



Participação dos monitorados na cesta de consumo das famílias por idade do chefe de família e faixa de renda disponível familiar *per capita* – Brasil – POF 2008-2009



Em síntese, este boxe investigou a evolução da cesta de consumo das famílias brasileiras de 2003 a 2009, período em que se destacaram, em âmbito nacional e regional, o aumento da participação dos gastos com serviços e a diminuição nos destinados ao consumo de bens não duráveis. Os gastos com bens não duráveis mostram correlação negativa com a renda disponível familiar *per capita* e as despesas com bens duráveis e serviços, correlação positiva.

A redução da importância relativa dos gastos com bens não duráveis e semiduráveis e o aumento dos gastos com bens duráveis e com serviços ocorreu na maior parte das faixas de renda disponível familiar *per capita*, no período considerado, enquanto a participação dos gastos com monitorados aumentou predominantemente nas faixas de renda mais baixas.

Escolaridade e Mercado de Trabalho Regional no Brasil

A taxa de desemprego recuou acentuadamente nos últimos anos, em ambiente de melhoras qualitativas no mercado de trabalho do país. Este box examina avanços recentes no nível educacional da força de trabalho, com ênfase nas seis Regiões Metropolitanas (RM) consideradas na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O nível de instrução formal dos participantes do mercado de trabalho evoluiu significativamente de 2003 a 2012. Conforme as Tabelas¹ 1 e 2, a participação de trabalhadores com menos de oito anos de estudo na População Economicamente Ativa (PEA) recuou de 34,1%, em 2003, para 20,9%, em 2012, e a daqueles com onze anos ou mais de estudo aumentou de 45,8% para 62,1%. Note-se ainda que os avanços mais expressivos ocorreram na RM de Salvador.

Tabela 1 – Grau de instrução (% da PEA)
Menos de 8 anos de estudo

	Região							Total
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre		
2003	38,3	33,4	37,5	33,4	32,7	36,6	34,1	
2004	35,9	31,9	35,7	32,0	31,2	34,8	32,5	
2005	34,2	31,1	33,3	30,5	29,6	32,5	30,9	
2006	33,5	28,8	31,2	29,6	28,1	31,5	29,5	
2007	30,6	26,7	30,1	27,8	26,5	30,4	27,9	
2008	28,4	25,8	29,0	26,0	25,0	29,0	26,3	
2009	26,6	24,7	27,7	24,5	23,3	27,5	24,7	
2010	24,8	23,4	26,6	22,8	21,6	26,4	23,2	
2011	25,1	21,2	25,6	21,7	20,7	24,8	22,2	
2012	24,7	19,0	24,0	20,4	19,7	23,6	20,9	
Var. p.p.	-13,6	-14,4	-13,5	-13,0	-13,0	-13,0	-13,2	

Fonte: IBGE

Tabela 2 – Grau de instrução (% da PEA)
11 anos ou mais de estudo

	Região							Total
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre		
2003	44,2	46,7	42,5	46,0	47,2	43,5	45,8	
2004	46,8	48,9	44,5	47,5	49,4	45,1	47,9	
2005	49,0	49,9	46,5	49,2	51,9	47,2	50,0	
2006	49,7	52,1	48,7	50,8	53,8	48,2	51,6	
2007	53,0	54,4	50,3	53,2	55,4	49,2	53,6	
2008	55,1	56,1	51,7	55,5	57,4	51,1	55,5	
2009	56,5	58,4	53,5	57,4	59,4	52,4	57,4	
2010	58,7	59,9	54,5	59,4	61,1	53,6	59,1	
2011	59,1	63,2	55,8	60,6	62,6	54,7	60,5	
2012	60,4	65,2	57,6	62,5	63,8	56,3	62,1	
Var. p.p.	16,2	18,5	15,1	16,5	16,6	12,8	16,3	

Fonte: IBGE

1/ Os dados das Tabelas 1 a 4 e 7 a 10 são médias anuais.

Essa transformação do perfil educacional da força de trabalho foi influenciada por dois vetores. Primeiro, o aumento da escolaridade da população em geral. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, a participação de pessoas com menos de oito anos de estudo na população brasileira recuou de 47%, em 2003, para 37%, em 2011, e a de pessoas com onze anos ou mais de estudo aumentou de 34% para 45%². O segundo fator foi a redução da Taxa de Atividade (TA)³ no grupo de pessoas com 10 a 17 anos. A propósito, note-se que, ao menos em parte, a menor participação de pessoas mais jovens no mercado de trabalho favorece o aumento do nível educacional no primeiro momento (menos pessoas com menos anos de estudo) e no futuro (ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho com mais anos de estudo).

Ocorreram reduções na TA para as faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos (Tabelas 3 e 4), destacando-se, no primeiro grupo, os recuos nas RM do Rio de Janeiro (3,1 p.p.) e de Recife (2,7 p.p.), e no segundo, as retrações nas RM de São Paulo (8,8 p.p.) e de Salvador (8,3 p.p.).

De 2003 a 2012, a ocupação e a PEA registraram aumentos médios anuais respectivos de

Tabela 3 – Taxa de atividade (%)
10 a 14 anos

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2003	3,7	3,9	4,0	4,0	3,0	3,6	3,5
2004	2,6	3,4	3,1	2,9	3,0	3,0	3,0
2005	1,4	2,8	2,1	1,3	2,0	1,4	1,8
2006	2,3	3,0	2,3	1,3	2,1	1,5	2,0
2007	1,1	3,1	2,3	0,9	1,9	1,5	1,7
2008	0,5	2,4	2,5	1,0	1,9	1,6	1,7
2009	0,4	2,2	1,7	1,2	1,5	1,2	1,4
2010	0,9	1,8	2,2	1,3	1,1	1,3	1,3
2011	0,9	1,7	2,0	1,2	1,2	1,3	1,3
2012	1,0	1,3	1,6	0,9	1,3	1,1	1,2
Var. p.p.	-2,7	-2,6	-2,4	-3,1	-1,7	-2,5	-2,3

Fonte: IBGE

Tabela 4 – Taxa de atividade (%)
15 a 17 anos

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2003	19,7	21,7	27,5	16,9	32,3	27,7	26,0
2004	15,6	22,3	28,4	16,3	32,1	26,0	25,5
2005	13,7	20,4	26,0	14,1	28,1	24,4	22,5
2006	17,7	18,9	26,9	14,3	29,6	25,1	23,5
2007	11,7	22,2	26,5	11,5	28,6	24,5	22,1
2008	8,6	17,6	25,6	12,3	29,1	23,9	21,6
2009	7,7	16,5	23,0	10,5	25,1	21,2	19,0
2010	9,7	17,0	25,7	11,1	23,0	22,1	18,9
2011	9,9	15,7	26,1	11,7	23,8	26,4	19,7
2012	11,8	13,4	26,5	10,8	23,5	25,1	19,3
Var. p.p.	-7,9	-8,3	-1,0	-6,1	-8,8	-2,6	-6,7

Fonte: IBGE

2/ Os dados da PNAD utilizados referem-se à mesma área geográfica da PME. A diferença entre os resultados deve-se à abrangência das pessoas consideradas. Na PNAD estão todas as pessoas com 10 anos ou mais, enquanto a PEA da PME considera apenas as pessoas ocupadas e aquelas à procura de emprego.

3/ TA é definida como a relação entre a PEA e a População em Idade Ativa (PIA).

2,4% e 1,6% (Tabelas 5 e 6), com maiores aumentos na RM de Belo Horizonte e menores na RM do Rio de Janeiro.

Tabela 5 – População ocupada
Variação % anual

	Variação % anual						
	Recife	Belo Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2004	0,7	4,3	4,3	1,8	3,5	1,6	2,9
2005	1,1	4,8	2,8	1,1	3,4	2,7	2,6
2006	2,6	2,9	5,5	1,1	1,3	1,2	1,9
2007	0,5	5,6	4,2	1,3	2,8	1,9	2,6
2008	1,9	1,1	4,2	2,2	4,3	4,5	3,4
2009	2,3	3,1	1,1	0,2	0,6	-0,8	0,7
2010	7,6	4,1	4,6	2,9	2,8	3,6	3,5
2011	2,6	0,7	2,6	2,2	1,9	2,8	2,1
2012	4,5	2,7	2,6	2,4	1,7	0,7	2,1
Média	2,6	3,3	3,6	1,7	2,5	2,0	2,4

Fonte: IBGE

Tabela 6 – População Economicamente Ativa (PEA)
Variação % anual

	Variação % anual						
	Recife	Belo Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2004	-0,6	3,5	4,1	1,7	1,9	0,7	1,9
2005	1,8	4,1	0,8	-0,3	0,6	1,3	0,8
2006	4,2	0,8	5,2	1,3	1,7	1,9	2,1
2007	-2,4	5,6	3,2	0,5	2,3	1,1	1,8
2008	-1,3	-1,5	3,0	1,8	2,4	2,9	1,8
2009	3,1	3,0	1,0	-0,5	1,4	-1,1	0,9
2010	6,1	3,7	3,5	2,3	0,4	2,4	2,0
2011	0,2	-0,8	2,0	1,8	1,0	2,8	1,2
2012	3,9	0,0	2,1	2,2	1,5	0,2	1,7
Média	1,7	2,0	2,8	1,2	1,5	1,4	1,6

Fonte: IBGE

No mesmo período, a Taxa de Desemprego (TD) recuou de 12,4% para 5,5%, no país (Tabela 7), com a maior redução na RM de Salvador (9,5 p.p.) e a menor na RM do Rio de Janeiro (4,2 p.p.). A retração da taxa de desemprego foi generalizada em todos os níveis educacionais (Tabelas 8, 9 e 10), com destaque para a RM de Salvador.

O recuo mais acentuado na taxa de desemprego, em termos agregados, ocorreu no grupo de trabalhadores com 8 a 10 anos de estudo (9,1 p.p.), que detinha a maior taxa em 2003 (16,6%).

Tabela 7 – Taxa de desemprego (% da PEA)

	Taxa de desemprego (% da PEA)						
	Recife	Belo Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,4
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,9
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1
2010	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7
2011	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5	6,0
2012	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0	5,5
Var. p.p.	-7,8	-9,5	-6,4	-4,2	-8,1	-5,5	-6,9

Fonte: IBGE

Tabela 8 – Taxa de desemprego (% da PEA)
Menos de 8 anos de estudo

	Taxa de desemprego (% da PEA)						
	Recife	Belo Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2003	13,5	18,1	10,6	8,5	13,7	9,4	12,0
2004	12,3	16,7	10,1	7,9	11,4	7,9	10,6
2005	13,3	15,6	8,0	7,1	8,4	6,7	8,9
2006	14,1	13,1	7,6	7,0	8,9	7,9	8,9
2007	11,1	12,9	6,7	6,2	8,4	6,9	8,1
2008	7,6	10,4	5,8	5,7	7,1	5,7	6,8
2009	7,8	9,6	5,2	5,0	7,5	5,5	6,6
2010	6,9	10,3	4,4	5,2	5,2	4,3	5,5
2011	5,3	9,0	4,0	4,9	4,6	4,2	5,0
2012	4,1	7,4	3,5	4,3	4,7	3,8	4,5
Var. p.p.	-9,4	-10,7	-7,1	-4,2	-9,0	-5,6	-7,5

Fonte: IBGE

Tabela 9 – Taxa de desemprego (% da PEA)
de 8 a 10 anos de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2003	17,9	21,1	14,8	11,7	19,8	12,3	16,6	
2004	17,0	21,4	15,0	11,4	18,2	12,5	15,8	
2005	17,2	20,3	12,7	10,0	14,5	10,1	13,4	
2006	19,0	18,1	12,2	9,8	15,4	10,8	13,7	
2007	15,0	17,3	10,6	8,8	14,7	9,7	12,6	
2008	11,2	14,7	9,1	8,1	12,4	8,0	10,7	
2009	12,0	14,5	9,0	7,0	12,7	7,6	10,5	
2010	11,1	14,2	7,9	6,6	10,3	6,0	9,1	
2011	8,4	12,8	7,2	6,5	8,8	6,1	8,1	
2012	7,3	9,8	6,2	6,4	8,5	5,7	7,5	
Var. p.p.	-10,6	-11,3	-8,6	-5,3	-11,3	-6,6	-9,1	

Fonte: IBGE

Tabela 10 – Taxa de desemprego (% da PEA)
11 anos ou mais de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2003	12,4	13,8	9,1	8,6	11,9	8,2	10,7	
2004	11,4	13,5	9,1	8,8	11,3	7,6	10,4	
2005	11,9	13,6	7,6	7,2	9,7	6,8	9,1	
2006	13,4	12,4	7,6	7,7	9,7	7,0	9,3	
2007	11,6	12,9	7,1	7,0	9,4	6,5	8,8	
2008	9,5	10,9	6,0	6,9	7,8	5,2	7,6	
2009	10,2	11,1	6,2	6,4	8,8	4,9	8,0	
2010	8,7	10,3	5,2	5,4	6,8	4,1	6,5	
2011	6,6	9,1	4,5	4,9	6,0	4,0	5,8	
2012	6,4	6,6	4,2	4,8	5,7	3,5	5,3	
Var. p.p.	-6,0	-7,2	-4,9	-3,8	-6,2	-4,7	-5,4	

Fonte: IBGE

Tabela 11 – População ocupada (variação % anual)
Menos de 8 anos de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2004	-5,3	0,0	-0,4	-2,1	-0,3	-3,0	-1,3	
2005	-4,0	3,3	-4,0	-3,7	-1,2	-4,5	-2,4	
2006	0,4	-3,7	-0,6	-2,0	-4,0	-1,9	-2,6	
2007	-7,8	-2,0	0,8	-4,6	-2,9	-1,6	-3,1	
2008	-4,7	-1,8	-0,3	-4,3	-2,3	-0,3	-2,5	
2009	-3,6	-0,7	-2,6	-5,7	-5,7	-6,1	-4,9	
2010	-0,7	-2,5	0,6	-5,2	-4,2	0,2	-3,1	
2011	3,3	-8,6	-2,1	-2,4	-3,0	-3,7	-2,8	
2012	3,8	-8,9	-3,3	-3,0	-3,2	-5,0	-3,2	
Média	-2,1	-2,8	-1,3	-3,7	-3,0	-2,9	-2,9	

Fonte: IBGE

Tabela 12 – PEA (variação % anual)
Menos de 8 anos de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2004	-7,0	-1,2	-0,7	-2,8	-2,6	-4,0	-2,9	
2005	-2,9	1,5	-6,1	-4,7	-4,8	-5,4	-4,3	
2006	2,0	-6,5	-1,8	-2,1	-3,3	-1,1	-2,5	
2007	-11,0	-2,5	-0,1	-5,5	-3,5	-2,7	-3,8	
2008	-8,1	-4,5	-1,2	-4,7	-3,7	-1,8	-4,0	
2009	-3,6	-1,6	-3,3	-6,4	-5,4	-6,0	-5,1	
2010	-0,8	-1,8	-0,3	-4,9	-6,9	-1,8	-4,2	
2011	1,2	-9,9	-2,4	-2,9	-3,3	-3,5	-3,4	
2012	2,2	-10,5	-3,9	-3,6	-3,3	-4,3	-4,0	
Média	-3,1	-4,1	-2,2	-4,2	-4,1	-3,4	-3,8	

Fonte: IBGE

Tabela 13 – População ocupada (variação % anual)
11 anos ou mais de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2004	6,3	8,8	9,3	4,9	7,5	5,5	6,9	
2005	5,9	6,2	6,9	4,9	7,4	6,9	6,5	
2006	3,9	6,5	10,1	4,1	5,4	3,8	5,4	
2007	5,9	9,5	7,2	5,9	5,9	3,7	6,1	
2008	5,2	3,9	7,0	6,4	7,8	8,3	7,0	
2009	4,9	7,0	4,4	3,5	3,7	2,1	3,9	
2010	12,3	7,4	6,6	7,0	5,7	5,2	6,6	
2011	2,9	6,2	5,1	4,3	4,3	5,2	4,5	
2012	6,6	5,7	6,1	5,4	3,7	3,8	4,7	
Média	6,0	6,8	7,0	5,2	5,7	4,9	5,7	

Fonte: IBGE

Tabela 14 – PEA (variação % anual)
11 anos ou mais de estudo

	Belo		Rio de		São		Porto	
	Recife	Salvador	Horizonte	Janeiro	Paulo	Alegre	Total	
2004	5,3	8,4	8,9	5,0	6,7	4,9	6,4	
2005	6,7	6,3	5,3	3,3	5,5	5,9	5,2	
2006	5,4	5,2	9,9	4,4	5,4	4,0	5,4	
2007	4,1	10,0	6,7	5,2	5,5	3,0	5,8	
2008	3,0	1,9	5,5	6,2	6,0	7,0	5,2	
2009	5,4	7,1	4,5	2,9	4,9	1,8	4,5	
2010	10,5	6,3	5,7	5,9	3,3	4,4	5,0	
2011	0,9	4,7	4,3	3,9	3,5	5,0	3,5	
2012	6,1	3,2	5,5	5,5	3,5	3,4	4,4	
Média	5,3	5,9	6,3	4,7	4,9	4,4	5,0	

Fonte: IBGE

As reduções da TD nos grupos com menos de 8 anos e 11 ou mais anos de estudo atingiu 7,5 p.p. e 5,4 p.p., respectivamente. Conforme as Tabelas 11 e 12, a redução na TD no grupo dos menos instruídos foi determinada pela retração mais intensa da PEA em relação à da ocupação, enquanto no grupo dos mais instruídos (Tabelas 13 e 14), a evolução da TD refletiu aumentos na ocupação e na PEA.

Essa dinâmica deriva, em parte, do impacto do aumento da escolaridade da população em geral, que transfere trabalhadores do conjunto de menos instruídos para o de mais instruídos. No grupo com menos de oito anos de estudos, as reduções menos acentuadas na ocupação e na PEA ocorreram na RM de Belo Horizonte, que registrou, ainda, os aumentos mais acentuados no grupo dos mais instruídos.

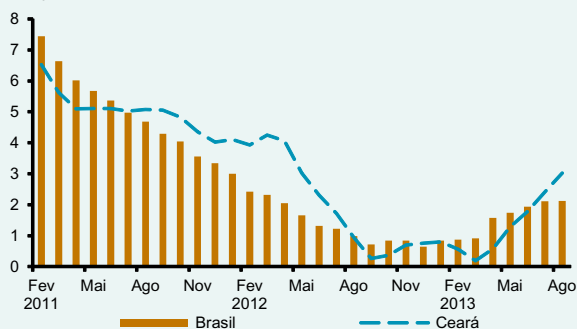
Em resumo, o recuo na TD, nos últimos anos, ocorreu nas seis RM pesquisadas na PME. Em termos qualitativos, resalte-se que o nível de instrução formal dos participantes do mercado de trabalho evoluiu expressivamente de 2003 a 2012, em especial na RM de Salvador. A transformação do perfil educacional da força de trabalho foi influenciada pelo aumento da escolaridade da população em geral e pela redução da TA das pessoas de 10 a 17 anos, destacando-se que a menor participação de pessoas mais jovens no mercado de trabalho favorece o aumento, a médio prazo, da produtividade da mão de obra.

Economia Cearense: estrutura produtiva e desempenho recente

O objetivo deste box é analisar a evolução da economia cearense nos anos recentes, com ênfase na estrutura produtiva, e avaliar as perspectivas para os próximos trimestres.

Gráfico 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % em 12 meses



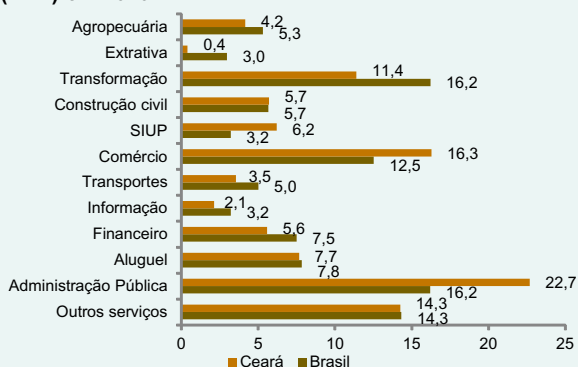
O Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará cresceu 8% em 2010, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e estimativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) apontam expansões respectivas de 4,3% e 3,7% para 2011 e 2012 (2,7% e 0,9%, na ordem, no país). A diferença entre as trajetórias das economias cearense e nacional persiste em 2013. De fato, o IBCR-CE e o IBC-BR acumularam aumentos respectivos de 3,0% e 2,1% no período de doze meses encerrado em setembro (Gráfico 1), e de 3,7% e 2,8%, respectivamente, nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2012.

A participação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no PIB cearense atingiu 63,0% em 2010, seguindo-se as regiões Noroeste, 10%; Norte, 7,8%; e Sul, 6,6%. Destacam-se, na RMF, os polos industriais de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia; no Noroeste, o pólo industrial da cidade de Sobral; no Norte do estado, o complexo industrial e portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante; e no Sul cearense, a região do Cariri.

A estrutura produtiva do Ceará, à semelhança do que ocorre em nível nacional, tem registrado aumento na participação do setor de serviços, destacando-se os segmentos produção e distribuição de eletricidade, gás e água, comércio e transportes. Em contrapartida, a representatividade da agropecuária tem recuado,

processo que, em parte, se explica pelas condições climáticas adversas observadas nos últimos anos, não obstante a expansão da agricultura irrigada, principalmente, para a produção de frutas e legumes. O peso da indústria de transformação mostra certa estabilidade, em parte, reflexo de políticas de estímulo ao investimento privado.

Gráfico 2 – Participação % no Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2010



O setor de serviços foi responsável, em 2010, por 69,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado, a indústria de transformação por 11,4% e a agropecuária por 4,2%. A comparação entre o VAB no estado e no país (Gráfico 2) revela que a representatividade dos segmentos comércio e administração são maiores no Ceará (na ordem, 16,3% e 22,7%) do que no país (12,5% e 16,2%, respectivamente), enquanto as da agropecuária e da indústria de transformação são menores (4,2% e 11,4% no estado e 5,3% e 16,2% no país, respectivamente).

A produção de grãos do Ceará é concentrada em milho, feijão e arroz (98,5% da colheita), segundo a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE (Tabela 1), e é destinada, fundamentalmente, ao consumo no estado. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE de setembro, a safra de grãos do estado deverá crescer 12,9% em 2013 (1,5% na região Nordeste e 15,5% no Brasil), com aumentos projetados de, respectivamente, 17,5%, 14,2% e 8,5% para as safras de feijão, milho e arroz. Em relação a outros produtos agrícolas,

Tabela 1 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Produção						Em mil toneladas	
		2003	2009	2010	2011	2012	2013 ^{2/}	Var. % 2013/2012	
Produção de grãos		1 084	782	336	1 301	232	262	12,9	
Milho	20,3	745	539	175	915	123	140	14,2	
Feijão	19,1	209	130	83	264	53	62	17,5	
Arroz (em casca)	2,3	102	93	64	93	51	56	8,5	
Outras lavouras selecionadas									
Banana	9,7	342	430	445	494	416	420	0,9	
Mandioca	6,9	758	686	621	837	469	385	-17,9	
Castanha-de-caju	5,6	108	104	40	112	39	165	328,2	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ LSPA de setembro de 2013.

Tabela 2 – Produção da pecuária – Ceará

Discriminação	Produção						%
	2003	2009	2010	2011	2012	2013 ^{1/}	
Animais abatidos (cabeças)							
Bovinos	-1,4	-6,5	2,8	-5,2	-11,5	-5,1	
Suínos	-8,7	0,2	-0,8	-0,2	-14,4	13,0	
Aves	-53,8	36,4	23,3	35,4	-6,5	4,1	
Peso total das carcaças (Kg)							
Bovinos	-4,4	-4,9	-0,4	-5,0	-9,8	-10,9	
Suínos	-8,8	5,6	5,6	3,3	-7,9	28,2	
Aves	-44,9	39,5	20,8	40,5	-3,7	6,2	

Fonte: IBGE

1/ Comparação do 1º semestre de 2013 ante 1º semestre de 2012.

Tabela 3 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2003-2012	2012	2013 Jan-ago ^{2/}
Indústria geral		1,1	-1,2	2,7
Alimentação e bebidas	35,4	2,3	0,2	-1,1
Têxtil	16,2	-3,1	-2,7	9,8
Calçados e artigos de couro	14,0	1,0	4,7	25,6
Produtos químicos	11,8	9,2	-8,7	-11,7
Minerais não metálicos	5,3	2,9	5,0	6,8
Refino de petróleo e álcool	5,0	-0,9	16,2	23,4
Vestuário e acessórios	4,7	-3,5	-10,7	-2,8
Metalurgia básica	3,1	8,1	16,3	1,0
Máquinas, apar. e mat. elétr.	3,0	9,1	-28,2	-67,2
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	1,5	-3,3	-21,6	-8,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 4 – Volume de vendas do comércio varejista

Discriminação	2003-2012		2012		2013 ^{1/}		%
	Brasil	CE	Brasil	CE	Brasil	CE	
Comércio varejista	6,6	8,6	8,4	9,6	3,8	3,6	
Combustíveis e lubrificantes	1,3	3,7	6,9	22,3	6,3	14,1	
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,4	7,3	8,5	7,5	1,3	-0,6	
Tecidos, vestuário e calçados	3,9	5,0	3,5	8,7	3,5	5,6	
Móveis e eletrodomésticos	12,9	16,7	12,2	22,0	5,2	5,5	
Comércio ampliado ^{2/}	8,6	12,2	8,0	9,1	3,1	-1,3	
Veículos, motos, partes e peças ^{2/}	9,0	16,9	7,3	6,8	0,8	-10,6	
Material de construção ^{2/}	4,8	9,1	8,0	15,8	7,0	-0,4	

Fonte: IBGE

1/ Dados disponíveis até agosto.

2/ Brasil – Comércio ampliado e material de construção – Média 2004-2012. Para o Ceará, média 2004-2012, para comércio ampliado e seus componentes.

ressaltem-se a redução em 2013 na produção de mandioca pelo segundo ano consecutivo, e a recuperação da produção de castanha de caju, um dos produtos mais importantes da pauta de exportação do Ceará.

Os resultados da pecuária cearense tem sido negativamente afetados por condições meteorológicas adversas observadas nos últimos anos, em especial em 2012. Nesse sentido, conforme a Tabela 2, os abates de bovinos e de suínos decresceram em 2011 e 2012, e os de aves, em 2012. Por outro lado, dados disponíveis para o primeiro semestre de 2013 indicam recuperação da atividade, em especial nos segmentos de aves e de suínos. A produção de leite, após sete anos consecutivos de expansão, recuou 10,2% em 2012.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, o crescimento médio anual da indústria de transformação do estado atingiu 1,1% de 2003 a 2012 (2,2% no país). Destacaram-se, conforme a Tabela 3, as expansões nas atividades produtos químicos (9,2%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (9,1%), metalurgia básica (8,1%) e alimentos e bebidas (2,3%).

A produção industrial do estado aumentou 2,7% nos oito primeiros meses de 2013, em relação a igual intervalo do ano anterior (1,5% no Brasil), ressaltando-se o dinamismo das indústrias de calçados e artigos de couro, 25,6%, e de refino de petróleo e álcool, 23,4%.

O comércio varejista cearense cresceu, em média, 10,4% ao ano, de 2003 a 2012 (7,9% no Brasil), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE (Tabela 4). Destacaram-se, no estado, as elevações médias nos segmentos veículos, motos, partes e peças, 16%, e hiper, supermercados, produtos alimentícios e bebidas, 9,4% (9,0% e 6,6%, respectivamente, no Brasil).

Na margem, assim como se observa no país, há sinais de moderação das vendas no estado. De fato, o comércio varejista cearense cresceu 3,6% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2012, ressaltando-se o impacto dos recuos nos segmentos veículos, motos, partes e peças, 10,6%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,6%. Note-se que o recuo das vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo se explica, em parte, pela elevação de preços dos alimentos no primeiro semestre de 2013, enquanto a retração no segmento veículos, motos, partes e peças reflete, em parte, a elevada base de comparação (em 2012, as vendas foram estimuladas pela redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)).

De acordo com a Tabela 5, as exportações cearenses cresceram, em média, 8,8% ao ano de 2003 a 2012 (14,9% no Brasil e 15,0% no Nordeste), e as importações aumentaram, em média, 16,2% (16,8% no Brasil e 18,8% no Nordeste).

Os principais produtos da pauta de exportações do Ceará (Tabela 6) têm, historicamente, sido calçados, suas partes e componentes (25,2% do total em 2012), couros e peles (16,2%), castanha-de-caju (11,7%), melões frescos (6,2%), tecidos de algodão (5,5%) e ceras vegetais (5,3%). Note-se ainda que as vendas externas do estado somaram US\$902 milhões nos nove primeiros meses de 2013, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

As aquisições externas do estado concentraram-se, em 2012, em Gás Natural Liquefeito (GNL), outras turbinas a vapor, outros trigos (não para semeadura) e grupos eletrogeradores de energia eólica, responsáveis, em conjunto, por

Tabela 5 – Evolução das exportações e importações

Ano	%					
	Exportações			Importações		
	Brasil	Nordeste	CE	Brasil	Nordeste	CE
2003	21,1	31,3	39,9	2,3	-7,1	-15,0
2004	32,1	31,6	13,0	30,0	27,3	5,9
2005	22,6	31,3	8,4	17,1	14,5	2,8
2006	16,3	10,1	3,0	24,1	40,4	86,6
2007	16,6	12,5	19,4	32,0	33,0	28,2
2008	23,2	18,1	11,2	43,4	31,8	10,7
2009	-22,7	-24,8	-15,4	-26,2	-30,5	-21,1
2010	32,0	36,6	17,5	42,3	62,9	76,3
2011	26,8	18,8	10,5	24,5	37,2	10,7
2012	-5,3	-0,4	-9,7	-1,4	7,8	19,3
2013 ^{1/}	-1,6	-11,0	-2,4	8,7	14,4	35,7

Fonte: MDIC

1/ Dados até setembro.

Tabela 6 – Exportações do Ceará

Ítems selecionados

Produto	Valor 2012 (US\$ milhões)	Participação % no total		
		2002	2012	2013 ^{1/}
Calçados, suas partes e componentes	320	20,3	25,2	25,3
Couros e peles	206	11,7	16,2	16,1
Castanha-de-caju	149	14,7	11,7	9,0
Melões frescos	79	2,4	6,2	4,6
Tecidos de algodão	70	11,1	5,5	5,0
Ceras vegetais	67	2,7	5,3	4,5

Fonte: MDIC

1/ Dados até setembro.

Tabela 7 – Importações do Ceará

Itens selecionados

Produto	Valor 2012 (US\$ milhões)	Participação % no total		
		2002	2012	2013 ^{1/}
Demais produtos				
manufaturados	388	2,9	13,6	2,9
Outras turbinas a vapor	332	...	11,6	7,4
Produtos laminados planos				
de ferro ou aços	285	4,3	9,9	11,7
Gás natural liquefeito	252	...	8,8	19,5
Outros trigos não para sem.	224	...	7,8	10,1
Outros grupos eletrogeradores				
de energia eólica	104	...	3,6	2,6

Fonte: MDIC

1/ Dados até setembro.

31,8% do total. A propósito, destaque-se que o funcionamento do Terminal de Regaseificação do Porto do Pecém tem estimulado as compras de GNL.

A economia cearense gerou, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), média anual de 40,9 mil empregos de 2003 e 2012 (Tabela 8). Destaque para o dinamismo do setor de serviços e do comércio, responsáveis, em conjunto, pela criação de 67,6% das vagas no período.

O mercado de trabalho do estado mostra-se dinâmico em 2013, com criação de 24,2 mil empregos formais nos oito primeiros meses do ano (18,1 mil em igual período de 2012), dos quais 11,6 mil no setor de serviços e 6,4 mil na indústria de transformação. Vale ressaltar a crescente importância do turismo para a atividade econômica e, por conseguinte, para geração de postos de trabalho no estado (a participação do Ceará no ranking nacional de destino de turistas passou de 5%, em 1995, para 7,4%, em 2012, o que se refletiu, por exemplo, no crescimento de 387,5% na movimentação de passageiros no aeroporto internacional de Fortaleza, no mesmo período).

Vale enfatizar que a trajetória do mercado de trabalho e as transferências associadas aos programas sociais do governo tem se refletido na evolução da massa salarial ampliada do estado,

Tabela 8 – Emprego formal – Ceará

Setores e principais subsectores

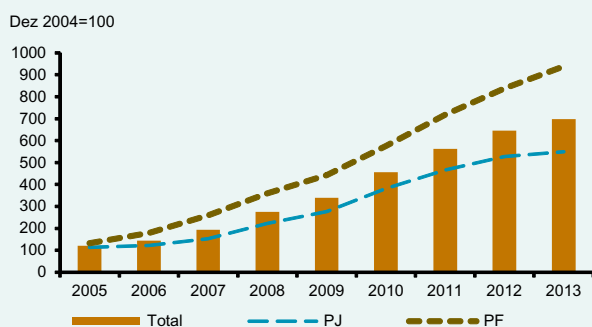
Discriminação	Saldo (mil)												
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2003		2013 ^{1/}
	Média												
Total	18,6	31,2	30,9	33,6	39,7	41,4	64,4	72,8	46,0	30,1	40,9		24,2
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1,4	1,0	2,2	1,2	0,3	1,3	-1,5	-1,6	1,1	0,6	0,6		0,9
Extrativa mineral	-0,1	0,0	-0,1	-0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,4	0,1	0,1		0,2
Indústria de transformação	4,5	12,1	4,6	6,6	13,3	6,7	21,1	12,2	0,2	3,8	8,5		6,4
Construção civil	-1,4	1,0	0,4	4,8	3,5	3,3	9,8	13,9	5,1	-4,8	3,6		3,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-0,1	-0,1	0,3	0,4	-0,0	0,4	0,2	0,1	0,2	-0,2	0,1		0,4
Comércio	4,5	9,0	9,3	9,2	11,2	11,7	12,6	18,0	15,3	12,0	11,3		0,1
Serviços	9,7	8,3	14,1	11,5	10,4	16,2	21,4	29,1	23,8	19,0	16,4		11,6
Administração Pública (APU)	0,1	-0,1	-0,0	-0,0	1,0	1,6	0,6	0,9	-0,1	-0,4	0,4		1,0

Fonte: MTE/Caged

1/ Dados disponíveis até agosto.

favorecendo a redução da pobreza. Nesse sentido, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de pobreza (percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza¹) passou de 73,3%, em 1990, para 36,6%, em 2009. No mesmo período, a taxa de pobreza recuou de 69,3% para 39,6%, no Nordeste, e de 41,9% para 21,4%, no Brasil.

Gráfico 3 – Evolução das operações de crédito do Ceará



Nota: Operações do SCR.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado totalizaram R\$43,8 bilhões ao final de 2012, elevando-se 15,4% no ano (Gráfico 3). Os estoques das operações junto às pessoas físicas e às jurídicas representaram, cada uma, 50% do total. Destacaram-se, no primeiro segmento, as modalidades crédito consignado, aquisição de automóveis e financiamentos habitacionais; e, no segundo, as contratações nas atividades geração e transmissão de energia elétrica, serviços públicos (exceto educação e saúde) e construção civil.

O estoque das operações de crédito mencionadas atingiu R\$47 bilhões em agosto de 2013, elevando-se 16,5% no ano. Os saldos relativos aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas totalizaram R\$24 bilhões e R\$23 bilhões, respectivamente, elevando-se, na ordem, 18,2% e 14,8% no ano.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,0% em agosto de 2013 (4,5% em dezembro de 2012). Esse recuo da inadimplência

Tabela 9 – Investimentos anunciados no Ceará

Empresa	Finalidade	Valor (US\$ milhões)
Petrobras	Refinaria Premium II	11,1
Dongkuk Steel, Vale S/A e Posco	Usina Siderúrgica – Companhia Siderúrgica do Pecém	4,2
Governo estadual	Siderúrgica Latino Americana (SILAT)	1,0
Governo estadual e setor privado	Energia eólica	2,7
Governo estadual	Ampliação Porto do Pecém	2,0
Governo estadual e setor privado	Ponte estaiada sobre o rio Cocó	0,2
Governo estadual e setor privado	Complexo prisional de segurança máxima	1,5
Governo federal	Aeroporto de Fortaleza	0,2

Fontes: ADECE, MDIC(Renai) e PAC2

1/ A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

decorreu das retrações respectivas de 1,63 p.p. e 0,73 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, nos quais a taxa atingiu 2,4% e 5,3%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$800 milhões no primeiro semestre de 2013. O aumento de 126,2% em relação a igual período de 2012 decorreu de elevações nas esferas do governo estadual, 156,8%; da capital, 89,3%; e dos demais municípios considerados, 110,6%. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$171 milhões e o *superavit* nominal, R\$629 milhões, elevando-se 223% no período.

A dívida líquida do estado atingiu R\$2,9 bilhões em junho, reduzindo-se 11,8% em relação a dezembro de 2012, destacando-se que sua participação no endividamento regional recuou de 8,8% para 8,2%, no período.

Em relação a projetos de investimentos anunciados (Tabela 9), destacam-se os relacionados à segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), da ordem de R\$46,2 bilhões (41,5% do previsto para o período 2011/14), concentrados em energia, no programa Minha Casa, Minha Vida e em transportes (31,9%, 28% e 11% dos recursos, respectivamente).

Em resumo, o ritmo da economia cearense se mostrou, na última década, mais intenso do que o observado em nível regional e nacional. No futuro próximo, o desempenho da economia do estado tende a ser favorecido pela continuidade do processo de expansão do mercado interno, amparado na redução da pobreza, no aumento da massa salarial real e na implementação de grandes projetos de investimentos.

Dimensão Regional da Inclusão Financeira

O estoque de crédito no país cresceu significativamente nos últimos anos, passando de 35,2% do PIB, em dezembro de 2007, para 55,5% em agosto 2013. Essa expansão ocorreu em ambiente de crescimento da renda e estabilidade de preços, favorecendo a sustentabilidade e o planejamento de longo prazo, e ainda em cenário de intensificação das políticas públicas voltadas à inclusão financeira, com aprimoramento das condições de inserção econômica e de qualidade de vida da população. Este box aborda a trajetória do processo de inclusão financeira, com ênfase em sua evolução regional¹.

No âmbito da inclusão financeira, esta análise aborda, fundamentalmente, duas de suas dimensões². A primeira é o acesso dos cidadãos às instituições financeiras e está relacionada à existência de rede de atendimento com adequada distribuição geográfica. A segunda é o grau de utilização dos serviços financeiros, o que compreende a existência de instrumentos capazes de conciliar as demandas por crédito com as exigências de custo e de risco próprias do sistema bancário.

Em relação ao primeiro aspecto, consideram-se dois segmentos de instalações bancárias em função do custo envolvido na sua criação e manutenção: i) as instalações convencionais, que são as agências, os postos de atendimento bancário, as cooperativas de crédito e seus postos de atendimento; ii) e as de baixo custo, que compreendem postos de atendimento eletrônico e correspondentes no país³.

1/ Ver box “Acesso ao Sistema Financeiro: uma análise regional”, publicado no Boletim regional de abril de 2008.

2/ Uma terceira dimensão refere-se à qualidade dos serviços financeiros prestados, envolvendo preços dos serviços financeiros, qualidade do atendimento no sistema financeiro, qualidade dos canais de atendimento ao consumidor (Procons, ouvidorias, BCB), hábitos de poupança.

3/ Referem-se aos correspondentes bancários. Neste box não estão incluídos: sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCMEPPs) e sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFIs).

Entre 2007 e 2011, o número de agências, postos de atendimento bancário e cooperativas cresceram, respectivamente, 14,6%, 18,5% e 23,2% (Tabelas 1 e 2). Em termos regionais, o Nordeste e o Norte, que em 2007 abrigavam conjuntamente 18% das agências, 20% dos postos e 9,1% das cooperativas, ampliaram suas participações relativas para 19,7%, 25,2% e 9,5% em 2011, respectivamente.

Tabela 1 – Instalações bancárias convencionais

Posições em 31.12

Região	Dependências por região geográfica								
	Agências			Postos de atendimento ^{1/}			Cooperativas e PAC ^{2/}		
	2007	2009	2011 ^{3/}	2007	2009	2011 ^{3/}	2007	2009	2011 ^{3/}
Total	18 572	20 046	21 278	7 185	8 352	8 512	4 020	4 417	4 951
Nordeste	2 621	2 790	3 215	1 015	1 459	1 568	250	250	325
Norte	724	799	985	423	530	576	115	121	147
Centro-Oeste	1 384	1 485	1 610	501	618	637	342	360	416
Sudeste	10 178	11 154	11 388	3 828	4 083	4 001	1 632	1 715	1 819
Sul	3 665	3 818	4 080	1 418	1 662	1 730	1 681	1 971	2 244

Fonte: Banco Central do Brasil/UNICAD

1/ Inclui postos de atendimento bancário e avançado.

2/ Postos de atendimento de cooperativas.

3/ Dados preliminares.

Tabela 2 – Instalações bancárias convencionais

Posições em 31.12

Região	Participação percentual por região geográfica								
	Agências			Postos de atendimento ^{1/}			Cooperativas e PAC ^{2/}		
	2007	2009	2011 ^{3/}	2007	2009	2011 ^{3/}	2007	2009	2011 ^{3/}
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	14,1	13,9	15,1	14,1	17,5	18,4	6,2	5,7	6,6
Norte	3,9	4,0	4,6	5,9	6,3	6,8	2,9	2,7	3,0
Centro-Oeste	7,5	7,4	7,6	7,0	7,4	7,5	8,5	8,2	8,4
Sudeste	54,8	55,6	53,5	53,3	48,9	47,0	40,6	38,8	36,7
Sul	19,7	19,0	19,2	19,7	19,9	20,3	41,8	44,6	45,3

Fonte: Banco Central do Brasil/UNICAD

1/ Inclui postos de atendimento bancário e avançado.

2/ Postos de atendimento de cooperativas.

3/ Dados preliminares.

As instalações de baixo custo se expandiram de forma mais intensa no período, em especial os correspondentes no país, que aumentaram 31,8%, em processo de desconcentração espacial, evidenciado pelo aumento das participações relativas das regiões Norte e Nordeste (Tabela 3). No mesmo sentido, os postos de atendimento eletrônico aumentaram 19,9% no período, com ganhos de participação das regiões Norte e Nordeste. Assinale-se a relevância da

Tabela 3 – Instalações bancárias de baixo custo

Posições em 31.12

Região	Dependência por região geográfica					
	Postos de atendimento eletrônicos			Correspondentes		
	2007	2009	2011 ^{1/}	2007	2009	2011 ^{2/}
Total	31 119	34 337	37 314	122 090	145 142	160 943
Nordeste	5 002	5 982	6 893	24 688	29 945	33 657
Norte	1 758	2 070	2 485	4 648	6 337	7 144
Centro-Oeste	2 674	2 972	3 224	9 607	12 003	12 832
Sudeste	16 337	17 401	18 253	57 865	64 836	72 470
Sul	5 348	5 912	6 459	25 282	32 021	34 840

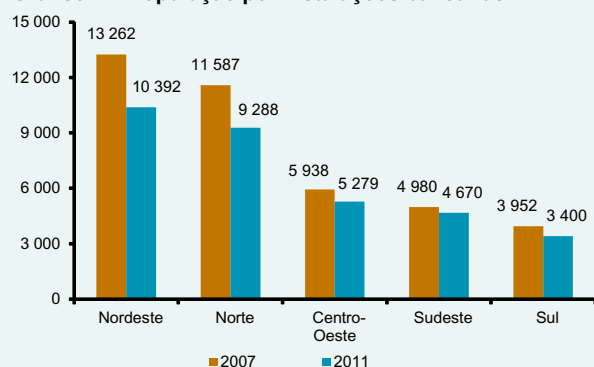
Fonte: Banco Central do Brasil/UNICAD

1/ Dados preliminares.

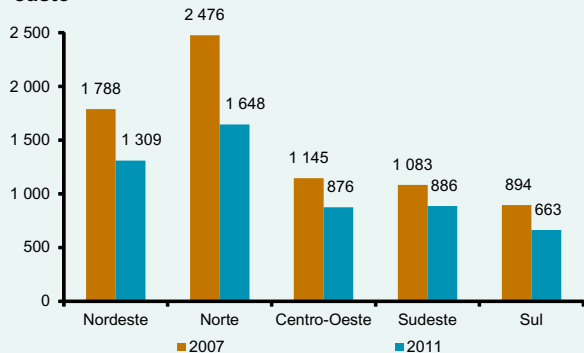
2/ Dados preliminares; maio de 2011.

disseminação desses mecanismos para a ampliação da capilaridade do SFN, possibilitando o acesso a serviços financeiros em pequenos municípios, nos quais a instalação de pontos convencionais não atende aos requisitos locacionais de custo e risco das instituições financeiras.

A ampliação do SFN nas regiões Norte e Nordeste, de 2007 a 2011, superou o crescimento de suas participações no PIB nacional no período. A região Nordeste passou a deter 14,7% do total de instalações bancárias convencionais no país em 2011, ante 13,1% em 2007, e 20,5% ante 19,4% das instalações de baixo custo, enquanto a sua participação no PIB passou de 13,1% para 13,5%. Na região Norte houve expansões respectivas de 0,7 p.p., na representatividade da região, tanto no conjunto das instalações convencionais, como nas de baixo custo, ante a elevação de 0,3 p.p. na participação da região no PIB.

Gráfico 1 – População por instalações bancárias

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil/Unicad

Gráfico 2 – População por instalações bancárias de baixo custo

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil/Unicad

Em que pese a maior participação do Norte e Nordeste no número de instalações convencionais e de instalações de baixo custo, manteve-se ainda relativamente mais elevada a relação população/instalações convencionais nessas regiões (Gráficos 1 e 2). Assinale-se que as estatísticas da região Centro-Oeste são fortemente influenciadas pelo Distrito Federal, que apresenta indicadores elevados de atendimento bancário.

A capilaridade alcançada no processo de inclusão financeira tornou possível a existência de postos de serviços financeiros em 100% dos municípios, avanço fundamental para a efetiva inclusão financeira da população brasileira. Contudo, embora as instalações de baixo custo possibilitem a ampliação da rede de assistência financeira, verifica-se que desigualdades regionais ainda persistem, sobretudo no que se refere a instalações bancárias convencionais. Assinale-se, nesse sentido, que no Norte e no Nordeste 46,1% e 48,9% dos municípios, respectivamente, não possuíam agência ou posto de atendimento bancário, ao final de 2011, enquanto

4/ Neste boxe, as informações sobre depósitos consideram os saldos existentes nos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal. Os dados sobre operações de crédito compreendem empréstimos, financiamentos, adiantamentos e operações de arrendamento mercantil de bancos múltiplos, comerciais, de investimento, de desenvolvimento (inclusive BNDES), Caixa Econômica Federal, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte e bancos de câmbio.

Tabela 4 – Instalações bancárias de baixo custo

Posições em 31.12

Região	Participação percentual por região geográfica					
	Postos de atendimento eletrônicos			Correspondentes		
	2007	2009	2011 ^{1/}	2007	2009	2011 ^{2/}
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	16,1	17,4	18,5	20,2	20,6	20,9
Norte	5,6	6,0	6,7	3,8	4,4	4,4
Centro-Oeste	8,6	8,7	8,6	7,9	8,3	8,0
Sudeste	52,5	50,7	48,9	47,4	44,7	45,0
Sul	17,2	17,2	17,3	20,7	22,1	21,6

Fonte: Banco Central do Brasil/UNICAD

1/ Dados preliminares.

2/ Dados preliminares; maio de 2011.

no Centro-Oeste, Sudeste e Sul esses percentuais situam-se em 36,3%, 21,9% e 20,9%, na ordem.

Em relação à segunda dimensão da inclusão financeira, a análise da evolução e distribuição regional dos depósitos e das operações de crédito, busca verificar o efetivo estabelecimento de relações entre os cidadãos e o sistema bancário, contribuindo, ainda, para a compreensão do recente processo de ampliação da inclusão financeira⁴. Estatísticas sobre a proporção dos depósitos por região geográfica confirmam a expectativa de que a maior atividade nas regiões Sudeste e Sul tende a se refletir na maior concentração de atividade bancária nessas regiões. Entretanto, a evolução dos depósitos entre 2007 e 2011 aponta aumento da participação das regiões Nordeste e Norte (Tabela 4). Para os depósitos à vista e de poupança, as participações regionais correspondem, aproximadamente, ao peso correspondente de cada região no PIB. Para os depósitos a prazo, a representatividade do Sudeste supera em 12 p.p. sua contribuição para o produto.

Tabela 5 – Depósitos por região

Posição em 31.12

Região	em %								
	Depósitos à vista			Depósitos de poupança			Depósitos a prazo		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	10,3	12,2	12,9	13,0	13,4	14,0	6,5	6,6	7,7
Norte	3,8	4,1	4,6	2,5	2,7	2,9	1,2	1,3	1,5
Centro-Oeste	8,4	9,0	9,8	5,8	5,7	5,9	12,4	8,4	9,9
Sudeste	64,0	60,6	58,6	61,0	60,4	59,6	66,2	70,7	67,4
Sul	13,5	14,1	14,1	17,7	17,9	17,6	13,6	13,0	13,5

Fonte: Banco Central do Brasil/ESTBAN

Tabela 6 – Relação depósito a prazo/depósito a vista

Região	2007	2009	2011
Total	2,3	4,0	4,9
Nordeste	1,5	2,2	2,9
Norte	0,7	1,2	1,6
Centro-Oeste	3,5	3,7	4,9
Sudeste	2,4	4,7	5,6
Sul	2,3	3,7	4,7

Fonte: Banco Central do Brasil

A relação entre os depósitos a prazo e os à vista é um indicador utilizado para avaliar o grau de aprofundamento do sistema bancário. A Tabela 6 aponta que todas as regiões apresentaram aumento dessa relação entre 2007 e 2011, com ênfase nas regiões Sudeste e Sul que superaram o crescimento médio verificado no país.

Quando se consideram as operações ativas das instituições financeiras, tem-se um quadro semelhante de concentração nas regiões Sudeste e Sul, cujas participações no total dos empréstimos superam as respectivas representatividades no

PIB nacional, mas com evidências de redução de desigualdade dada pelo maior crescimento no volume de crédito no Norte e o Nordeste no período (Tabela 6). Cabe destacar a evolução do crédito no Nordeste, que passa de 13,4%, em 2007, para 15% em 2011 no segmento de pessoa física, e de 8,9% para 11,9% no de pessoa jurídica, movimento associado ao dinamismo da economia nordestina, favorecida pelas políticas sociais de transferência de renda e pelos significativos fluxos de investimentos.

Tabela 7 – Operações de crédito por região

Posição em 31.12

Região	em %								
	Total			Pessoa física			Pessoa Jurídica		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	10,8	12,2	13,3	13,4	14,2	15,0	8,9	10,7	11,9
Norte	3,6	3,7	3,9	4,4	4,6	4,7	2,9	3,0	3,2
Centro-Oeste	9,5	9,2	9,1	13,0	12,0	11,7	6,8	7,0	7,0
Sudeste	56,9	56,8	55,5	48,9	49,2	49,1	63,1	62,6	60,8
Sul	19,2	18,1	18,2	20,3	19,9	19,6	18,4	16,8	17,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Tendo por objetivo a maior inclusão financeira dos agentes locais e os benefícios dessa inserção em termos de gestão do orçamento e estímulos sobre a renda, foram também desenvolvidos, entre outras iniciativas, programas e produtos específicos que impulsionaram esse processo. Nesse contexto, em 2003 foi criada a legislação sobre consignação de crédito em folha de pagamento salarial e de benefícios previdenciários, que, ao eliminar a necessidade de garantias tradicionais ou avais e permitir a redução da taxa de juros, facilitou o acesso ao crédito. Contribuiu da mesma maneira para a ampliação da inclusão financeira, a instituição da conta bancária simplificada, também em 2003, que é isenta de tarifas, com saldo limitado, sendo movimentada exclusivamente por cartão magnético ou outro meio eletrônico. No mesmo sentido, deve-se mencionar, ainda, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que estimula a concessão de microcrédito e de empréstimos voltados às camadas de menor renda.

Entre 2007 e 2011 as contas correntes ativas e as contas de poupança no Brasil elevaram-se

quase 20%, refletindo em boa medida a inclusão de grupos sociais que antes não acessavam o sistema financeiro. Assim, o avanço do processo de inclusão financeira também é evidenciado pela expansão de 23,6% do número de clientes pessoa física e de 44,7% de pessoas jurídicas, aferida pelas estatísticas de relacionamentos bancários.

Os resultados positivos alcançados nos últimos anos têm sido significativos, evidenciados não apenas pela ampliação dos volumes de crédito, de captações e do número de clientes, mas também pela redução da desigualdade regional no que tange aos indicadores financeiros e de inclusão financeira.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Edilson Rodrigues de Sousa

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe de Equipe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Cepa/SC	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Deral	Departamento de Economia Rural
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fenabrave-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GA	Grau de Abertura
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR-CO	Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste
IBCR-N	Índice de Atividade Econômica Regional – Norte
IBCR-NE	Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste
IBCR-S	Índice de Atividade Econômica Regional – Sul
IBCR-SE	Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor

ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICPN	Índice de Confiança dos Pequenos Negócios
IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe/UFRGS	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INC	Índice Nacional de Confiança
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IVV-Curitiba	Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba
LCD	Dispositivos de cristais líquidos
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PET	Politereftalato de etileno
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSI	Instrumento de Apoio a Políticas
RM	Rendimento médio
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMS	Região Metropolitana de Salvador
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul

SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TA	Taxa de atividade
TD	Taxa de desocupação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
VBP	Valor bruto da produção